

**ALFA**  
**Revista de Lingüística**

Editora  
UNESP

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

*Reitor*

José Carlos Souza Trindade

*Vice-Reitor*

Paulo Cezar Razuk

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

*Presidente do Conselho Curador*

José Carlos Souza Trindade

*Diretor-Presidente*

José Castilho Marques Neto

*Editor Executivo*

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

*Conselho Editorial Acadêmico*

Alberto Ikeda

Antonio Carlos Carrera de Souza

Antonio de Pádua Python Cyrino

Benedito Antunes

Isabel Maria F. R. Loureiro

Lígia M. Vettorato Trevisan

Lourdes A. M. dos Santos Pinto

Raul Borges Guimarães

Ruben Aldrovandi

Tania Regina de Luca

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

**ALFA**  
**Revista de Lingüística**

**Lingüística Histórica e  
História da Lingüística**

ISSN 0002-5216  
ALFAD5

Alfa	São Paulo	v.45	p.1-165	2001
------	-----------	------	---------	------

Correspondência e artigos para publicação deverão ser encaminhados à:  
*Correspondence and articles for publications should be addressed to:*

ALFA – Revista de Lingüística  
Praça da Sé, 108  
01001-900 – São Paulo – SP – Brasil

*Comissão Editorial*

Cristina Carneiro Rodrigues  
João Batista Toledo Prado  
Marco Antônio Domingues Sant'Anna  
Renata Maria C. F. Marquesan  
Sandra Aparecida Ferreira  
Sebastião Carlos Gonçalves

*Editor Responsável*

Carlos Eduardo Mendes de Moraes

*Secretária Executiva*

Cláudia Aparecida de Moraes

*Revisão dos Abstracts*

Cleide Antonia Rapucci  
Marco Antônio Domingues Sant'Anna

*Conselho Editorial*

Alceu Dias Lima (UNESP), Angela Cecília de Souza Rodrigues (USP), Arnaldo Cortina (UNESP), Ataliba Teixeira de Castilho (USP), Beatriz Nunes de O. Longo (UNESP), Clélia Candida A. S. Jubran (UNESP), Cristina Carneiro Rodrigues (UNESP), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Esmeralda Vailati Negrão (USP), Ester Mirian Scarpa (Unicamp), Francisco da Silva Borba (UNESP), Helena Hathsue Nagamine Brandão (USP), Hildo Honório Couto (UnB), Ieda Maria Alves (USP), Ingedore G. V. Koch (Unicamp), Jacyntho Luis Brandão (UFMG), João Antônio de Moraes (UFRJ), João Azenha Júnior (USP), João Wanderlei Geraldi (Unicamp), John Robert Schmitz (Unicamp), José Luiz Fiorin (USP), Kanavilli Rajagopalan (Unicamp), Leonor Sciliar Cabral (UFSC), Luis Antônio Marcuschi (UFPE), Luiz Carlos Travaglia (UFUB), Maria Augusta B. de Mattos (Unicamp), Maria Bernadete M. Aباurre (Unicamp), Maria Cristina da Cunha Pereira (PUC-SP), Maria do Rosario F. V. Gregolin (UNESP), Maria Helena de M. Neves (UNESP), Maria Luiza Braga (Unicamp), Maria Marta Pereira Shere (UnB), Maria Tereza C. Biderman (UNESP), Marilda do Couto Cavalcanti (Unicamp), Mary Aizawa Kato (Unicamp), Rafael E. Hoyos Andrade (UNESP), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Rodolfo Ilari (Unicamp), Rosemary Arrojo (Unicamp), Silvana Mabel Serani-Infante (Unicamp), Sirio Possenti (Unicamp), Vera Lucia Paredes Pereira da Silva (UFRJ), Zélia L. Veras de Almeida Cardoso (USP)

Publicação anual/*Annual publication*  
Solicita-se permuta/*Exchange desired*

ALFA – Revista de Lingüística (Fundação Editora da UNESP) São Paulo, SP, Brasil, 1962-1977, 1980  
Suplemento em: 1984, 28,  
1962-1977, 1-23  
publicação interrompida, 1978-1979  
1980-1989, 24-33  
1990-1996, 34-40  
1997, 41 – *n. esp.*  
1998, 42  
1998, 42 – *n. esp.*  
1999, 43  
2000, 44 – *n. esp.*  
2001, 45  
2002, 44  
ISSN 0002-5216

Os artigos publicados na ALFA – Revista de Lingüística são indexados por:  
*The articles published in ALFA – Revista de Lingüística are indexed by:*

Banco de Dados DARE – UNESCO; Bibliographie Latinoaméricaine D'Articles; BLL: Bibliography of Linguistic Literature; BLLDB: Bibliography of Linguistic Literature Data Base; Boletim Bibliográfico do Serviço de Documentação e Publicação, CENP – SP; Clase-Cich-Unam; Francis Data Base; MLA International Bibliography; Sociological Abstracts; Sumários Correntes em Lingüística; Sumários de Educação.

## APRESENTAÇÃO

A *Alfa* 45 tem como tema “Linguística histórica e história da linguística”. Traz, em sua estrutura, três seções. A primeira, relativa ao tema central do número, apresenta, como convidados a discuti-lo, dois nomes de reconhecida dedicação ao assunto, as pesquisadoras Diana Luz Pessoa de Barros, com o artigo “O discurso da norma na gramática de João de Barros”, e Rosa Virginia Mattos e Silva, com o artigo “Reconfigurações socioculturais e linguísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico”. Ainda dentro do tema central, temos os trabalhos de Ricardo Cavaliere, intitulado “Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil”, e o de Ademar da Silva e Albano Dalla Pria, com o título “A ordem variável do adjetivo em anúncios jornalísticos do século XIX: uma questão semântico-discursiva”, concluindo a primeira parte.

Na segunda parte, temos os trabalhos de Kanavillil Rajagopalan, “Representation of identities and the politics of representation in cognition”; de Wagner Ferreira Lima, “A variação da concordância verbal em textos escolares escritos”, e de Luciani Ester Tenani, “Rindo das piadas, manipulando a língua”, em que se apresentam os artigos de temática aberta.

Finalmente, na terceira parte deste número, apresentamos uma seção de debates (ou de opiniões), na qual convidamos os pesquisadores Carlos Alberto Faraco e Claudia Maria Xatara para expressarem suas idéias a respeito da presença dos estrangeirismos em nossa língua.

Como de costume, a Comissão Organizadora da *Alfa* deseja que os trabalhos apresentados sejam de importância para ampliar a discussão em torno dos estudos linguísticos, mantendo, assim, essa tradição de muitos anos.

*Carlos Eduardo Mendes de Moraes*  
Editor Responsável

## SUMÁRIO / CONTENTS

### TEMA CENTRAL: LINGÜÍSTICA HISTÓRICA E HISTÓRIA DA LINGÜÍSTICA

- O discurso da norma na gramática de João de Barros  
The norm discourse in João de Barros' *Grammar*  
*Diana Luz Pessoa de Barros* . . . . . 11
- Reconfigurações socioculturais e lingüísticas no Portugal  
de quinhentos em comparação com o período arcaico  
A comparison of socio-cultural and linguistic re-establishment  
in Portugal in the 16<sup>th</sup> Century and The Archaic Period  
*Rosa Virgínia Mattos e Silva* . . . . . 33
- Uma proposta de periodização dos estudos lingüísticos no Brasil  
A proposal of linguistics studies periodization in Brazil  
*Ricardo Cavaliere* . . . . . 49
- A ordem variável do adjetivo em anúncios jornalísticos  
do século XIX: uma questão semântico-discursiva  
Variable order of adjective in newspaper advertisements  
in the 19<sup>th</sup> Century: a semantic-discursive issue  
*Ademar da Silva e Albano Dalla Pria* . . . . . 71

### LINGÜÍSTICA

- Representation of identities and the politics of  
representation in cognition  
Representação das identidades e política de representação em cognição  
*Kanavillil Rajagopalan* . . . . . 87

■ A variação da concordância verbal em textos escolares escritos Verbal concord variation in written school texts <i>Wagner Ferreira Lima</i> . . . . .	97
■ Rindo das piadas, manipulando a língua Laughing at jokes, manipulating language <i>Luciani Ester Tenani</i> . . . . .	115
DEBATE / OPINIÕES	
■ Empréstimos e neologismos: uma breve visita histórica Borrowings and neologisms: a short history <i>Carlos Alberto Faraco</i> . . . . .	131
■ Estrangeirismos sem fronteiras Foreign words with no boundaries <i>Claudia Maria Xatara</i> . . . . .	149
ÍNDICE DE ASSUNTOS . . . . .	155
SUBJECTS INDEX . . . . .	157
ÍNDICE DE AUTORES/AUTHORS INDEX . . . . .	159

**TEMA CENTRAL:  
LINGÜÍSTICA HISTÓRICA E  
HISTÓRIA DA LINGÜÍSTICA**



## O DISCURSO DA NORMA NA GRAMÁTICA DE JOÃO DE BARROS

Diana Luz Pessoa de BARROS<sup>1</sup>

- **RESUMO:** O estudo sobre o discurso da norma na *Gramática* de João de Barros é parte de uma pesquisa em desenvolvimento acerca do discurso da norma em gramáticas da língua portuguesa, do século XVI à atualidade, no âmbito do projeto coletivo "História das idéias lingüísticas no Brasil: ética e política das línguas". As gramáticas são analisadas como discursos, na perspectiva teórica e metodológica da semiótica discursiva francesa. São examinados, particularmente, três procedimentos discursivos: as modalizações dos sujeitos e dos objetos, que constituem três tipos de discursos da norma – a norma natural, predominante em João de Barros, a norma prescritiva e a norma usual –; as projeções enunciativas de pessoa e de tempo na gramática em exame; as relações intertextuais entre o discurso da norma na gramática e os discursos gramaticais da época, com que João de Barros concorda, e também com o discurso colonialista português, o da Monarquia e o da Igreja, da época, discursos que sua gramática ajuda a construir, sobretudo pelos exemplos.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Semiótica discursiva; história das idéias lingüísticas; discurso da gramática; discurso da norma; intertextualidade.

Este estudo faz parte de um projeto em desenvolvimento sobre os conceitos e imagens da norma nas gramáticas e dicionários do português,<sup>2</sup> apresentando, de forma muito resumida, apenas alguns resultados da análise da gramática de João de Barros.

---

1 Departamento de Lingüística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – 05508-010 – São Paulo – SP.

2 No âmbito do projeto coletivo (Capes-Cofecub) sobre a história das idéias lingüísticas no Brasil, desenvolvido no Departamento de Lingüística da Unicamp, no Departamento de Lingüística da USP e na École Normale Supérieure de Lettres et Sciences Humaines, de Lyon.

O estudo organiza-se em duas partes: a primeira sobre as propostas teóricas e metodológicas desenvolvidas para a análise dos discursos da norma em gramáticas e dicionários; a segunda, sobre a análise da gramática selecionada.

### Questões teóricas e metodológicas<sup>3</sup>

O pano de fundo teórico do projeto coletivo são as propostas de Sylvain Aurox e seus colaboradores sobre o papel da gramatização das línguas nos estudos das idéias lingüísticas e na constituição das “línguas nacionais”.

A partir desses princípios, o projeto individual de exame do discurso da norma fundamenta-se na teoria e metodologia da semiótica narrativa e discursiva de linha francesa (Greimas & Courtés, s.d.; Fiorin, 1989; Barros, 1988 e 1990). Nesse quadro teórico, as gramáticas e os dicionários são analisados como **discursos**.

As gramáticas e os dicionários são considerados, ainda nessa perspectiva, discursos temáticos, com figuração apenas esparsa e ocasional. Os discursos temáticos devem ser examinados, na perspectiva da semiótica, como uma “cena” ou “espetáculo” enunciativo, ou seja, deve-se fazer a **análise narratológica** da enunciação.

A análise narratológica da enunciação considera dois aspectos fundamentais:

a) em primeiro lugar, que a instância da enunciação, desdobrada em enunciador e enunciatário, simula uma relação contratual entre um destinador e um destinatário;

b) em segundo lugar, que o sujeito da enunciação não é uma casa vazia, mas antes preenchida pelas crenças e conhecimentos, pelos valores da sociedade e da camada social a que pertence, caracterizando-se, portanto, como o lugar de cruzamento de muitos discursos, como o lugar da intertextualidade e da interdiscursividade.

As relações contratuais que se estabelecem entre enunciador e enunciatário são, para a semiótica, relações de comunicação e de manipulação. O enunciador propõe ao enunciatário um acórdo, realiza um fazer persuasivo para levá-lo a aceitar o contrato, e o enunciatário interpreta e aceita ou rejeita o contrato proposto.

---

3 Retoma-se, com pequenas alterações, a apresentação teórica e metodológica de artigo sobre a gramática de Fernão de Oliveira, no prelo.

O que se está chamando de “discurso da norma” nas gramáticas e nos dicionários deve ser entendido, assim, como um conjunto de procedimentos lingüísticos e discursivos que levam o enunciatário a acreditar na **verdade** e na **necessidade** de certos usos lingüísticos.

Dois blocos principais de procedimentos foram considerados para o exame do discurso da norma nas gramáticas e nos dicionários: os de modalização dos sujeitos e objetos e as projeções enunciativas da pessoa e do tempo.

Constroem-se três tipos de discursos da norma, a partir das modalizações dos discursos das gramáticas e dos dicionários e, muito provavelmente, das demais classes de discurso, ou seja, a partir da modalização pelo **ser** ou modalização de existência do objeto e das modalizações pelo **dever**, **querer** e **poder ser** ou **fazer**, que atribuem competência e existência ao sujeito.

A modalização pelo **ser** ou modalização de existência do objeto é a estratégia mais forte para o estabelecimento da norma, pois produz os efeitos de sentido de “naturalização” ou de “normatização”, isto é, de uso “natural” ou “normal” da língua: a língua **é** assim, o uso **é** aquele que está sendo mostrado. Em outras palavras, a norma explícita ou culta não se apresenta, nesse caso, como uma norma entre outras, mas como **a norma** ou a norma própria da língua. Aquilo que as gramáticas e os dicionários não contemplam **não é, não existe**. Esse tipo de discurso da norma, que pode ser denominada *norma natural*, produz também uma imagem de língua, a da **língua única, homogênea, sem variação**.

O segundo tipo de modalização constrói outro tipo de discurso da norma, isto é, **o discurso da boa ou da má norma**. De caráter prescritivo, esse tipo de discurso, no entanto, ao dizer que um uso **deve ser**, está pressupondo a existência de outros usos, ainda que “desqualificados”, “desprestigiados”, “feios” ou “errados”. A modalização pelo **dever** estabelece, assim, que certos usos devem ser, são obrigatórios, prescritos, em relação a outros que devem não ser. A imagem da língua, no discurso da norma prescritiva, é a de **língua heterogênea, mas com usos hierarquizados**.

Para o discurso da boa e da má norma concorrem, além da modalização pelo **dever**, as modalizações pelo **poder** e pelo **querer**.

A modalização pelo **querer** ocorre quando o enunciador pretende levar o enunciatário a **querer bem falar e escrever a língua**, ou seja, a ser um bom usuário, a ser um sujeito culto. Para tanto, os procedimentos utilizados são, em geral, o de qualificar o uso, de adjetivá-lo como

bom, correto, bem construído e o de referendar o uso por usuários de prestígio e de autoridade.

A modalização pelo **poder** cria o regime da facultatividade, da exceção, no quadro da normatividade, ao determinar o que é possível, admitido ou permitido. Dentro da concepção de língua heterogênea, variável, que caracteriza esse tipo de norma, a modalização pelo poder determina as variantes – diacrônicas, regionais, de registros, de modalidades – que podem ser ou não ser, nas fronteiras de aceitação da norma, estabelecendo graus de normatividade ou de inclusão ou não dos fatos lingüísticos na norma explícita ou culta, conforme o quadro que segue:

### Norma culta

### Fora da norma

1°	2°	3°	4°	5°	6°
usos naturais, que são, na escrita e na fala	usos prescritos, que devem ser, na escrita e na fala	usos aceitos, que podem ser, na escrita e na fala	usos aceitos, que podem ser, na fala, e recusados, que não podem ser, na escrita	usos proibidos, que devem não ser, na escrita e na fala	usos que não existem, que não são, na escrita e na fala
<b>norma prescritiva</b>					
<b>norma natural</b>					

Além dos dois tipos de norma apresentados, deve-se mencionar um terceiro, que poderia ser considerado como **ausência de norma**: todos os usos, todas as variantes são modalizadas pela existência, **todas são, todas existem**. Para se pensar em norma, nesse caso, só é possível a noção de norma pela freqüência de uso: os usos normais são os mais freqüentes em certas regiões, camadas sociais, modalidades de língua etc. A norma perde assim seu caráter “natural” ou “prescritivo”, para ser pensada como “usual”. As gramáticas e os dicionários “de usos” não têm, por sua vez, o caráter regulador da língua e se tornam descritivos e explicativos. Observe-se que também as gramáticas da norma única, natural, podem se apresentar como gramáticas descritivas desse único uso.

Três concepções de norma e de língua se apresentam, portanto:

<b>norma única, “natural”</b>	<b>norma prescritiva</b>	<b>norma usual, de freqüência de uso</b>
modalização pela existência, pelo ser, de um único uso	modalização pelo querer, dever e poder-ser e fazer	modalização da variação pela existência
língua homogênea, sem variação	língua heterogênea, com variação hierarquizada: variantes obrigatórias, possíveis, proibidas	língua heterogênea, variação não hierarquizada, a não ser pela freqüência de uso

Quanto às diferentes projeções enunciativas de pessoa e de tempo, nos discursos, fazem elas parte também dos recursos de persuasão do enunciador.

Para o exame das categorias de pessoa e de tempo, remete-se a Fiorin (*As astúcias da enunciação*, 1996). Serão feitas aqui apenas algumas rápidas observações sobre a questão. Como se trata de um discurso “científico”, de tipo temático, conforme já mencionado, em princípio as projeções de pessoa características dessa classe de discurso são:

a) **a terceira pessoa**, que produz efeitos de objetividade, próprios da ciência;

b) **a primeira pessoa do plural**, que corresponde, na verdade, a três procedimentos diferentes – a primeira pessoa do plural usada em lugar da primeira do singular, no chamado plural de autor, produzindo o efeito de sentido de autoridade, de conhecimento, de cientificidade; a primeira pessoa do plural empregada em vez da terceira do plural (indefinida), com o efeito de sentido de voz do senso comum ou dos gramáticos em geral, a que o enunciador se opõe; como primeira pessoa do plural mesmo, seja o nós **inclusivo** (eu + você(s), leitores desta gramática), seja o **exclusivo** (eu + ele(s)) – *nós, gramáticos, nós, lingüistas* – seja o **misto** (eu + você(s) + ele(s)) – *nós, usuários ou falantes da língua, nós, portugueses, nós, brasileiros*;

c) **a primeira pessoa do singular**, para produzir o efeito de **responsabilidade** e sobretudo de **originalidade**, de **novidade**, quando o sujeito quer contrapor-se a outro estudioso, distinguir-se do senso comum na área, marcar posição própria e nova.

Para o tempo, por sua vez, o discurso temático científico utiliza, em geral:

a) **o presente omnitemporal ou gnômico**, para “enunciar verdades eternas ou que se pretendem como tais” (Fiorin, 1996, p.151);

b) **o presente pontual**, que se apresenta como o tempo da elaboração do discurso da ciência, no caso, o presente da enunciação da gramática;

c) **o pretérito perfeito**, para marcar os momentos anteriores ao presente pontual da gramática;

d) **o futuro do presente**, para assinalar momentos posteriores ao presente pontual da gramática; para expressar ordem, em lugar do imperativo, no discurso da norma prescritiva; em lugar do presente, para produzir os efeitos de sentido de suposição ou dúvida, de probabilidade ou de atenuação.

Finalmente, para concluir esta rápida apresentação teórica, algumas palavras sobre as determinações sócio-históricas dos discursos da norma e das gramáticas e dicionários.

Para as questões de inserção das gramáticas e dos dicionários nos seus contextos sócio-históricos, duas soluções são possíveis no quadro da teoria semiótica: examinar "internamente" essas relações, no nível, sobretudo, da semântica do discurso, ou seja, examinar os temas e as figuras nas gramáticas e nos dicionários, por meio sobretudo dos **exemplos**, lugar privilegiado de exposição dos temas e das figuras; examinar as relações intertextuais que as gramáticas e os dicionários estabelecem com outros textos, principalmente as relações "mostradas" nessas gramáticas e nesses dicionários.

## **Análise do discurso da norma na *Gramática* de João de Barros**

Um primeiro exame das gramáticas mostrou que são os elementos "metalingüísticos" do discurso da gramática que mais explicitam os procedimentos de construção da norma, mencionados na parte teórica. Assim, foram considerados, na análise, as introduções, os proêmios, as dedicatórias, os comentários, as observações, as notas de rodapé, os capítulos iniciais e finais.

### ***Grammatica da língua portuguesa, de João de Barros (GL) (1540)***

Foram examinadas duas edições: a terceira, de 1957, organizada por José Pedro Machado (67p.), e a de 1971, de Maria Leonor Carvalhão Buescu, que contém também a *Cartinha (Grammatica da língua portuguesa com os mandamentos a Santa Madre Igreja)*, o *Diálogo em louvor da nossa língua* e o *Diálogo da viciosa vergonha*. As citações são da terceira edição, de 1957.

### **Modalização do discurso**

No "proêmio" de sua gramática, João de Barros refere-se à *Cartinha*, editada em 1539, como um texto de "fundamentos e primeiros elementos da Gramática", cujo objetivo era "levar os mininos a facilmente aprenderem a ler". Remete também à *Cartinha* para a dedicatória "ao Príncipe nosso senhor".

A *Gramática*, por sua vez, fornece, segundo o autor, “os preceitos da nossa gramática”, mas tem também caráter pedagógico. O termo gramática é definido como “um modo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos” (p.1). Diz ainda o autor que vai examinar a língua “não segundo convém à ordem da gramática especulativa, mas como requer a perceptiva, usando dos termos da Gramática Latina, cujos filhos nós somos, por não degenerar dela” (p.2).

Das citações apresentadas, três elementos devem ser ressaltados:

- a) o caráter pedagógico e prescritivo da gramática;
- b) a questão do “uso e da autoridade dos doutos”;
- c) a obediência aos esquemas da gramática latina.

O caráter pedagógico, além de ser explicitado no “proêmio” e no início da *Gramática*, quando o autor define o termo gramática, é mencionado também no decorrer da obra, sobretudo com referências aos “aprendizes” – *principiantes, mininos* – e à própria gramática – *introdução* ou *princípios*:

porque nossa tenção é fazer algum proveito aos mininos que por esta arte aprenderem, levando-os de leve a grave e de pouco a mais ... Aqui por causa deles trabalharei por ser o mais breve e claro que puder ... Assi que leixadas muitas particularidades da gramática latina e outras muitas da nossa, tratarei sòmente do necessário aos principiantes. (p.54)

porque nos havemos de conformar com as silabas que temos, como se pode ver na introdução, per onde os mininos podem aprender a ler. (p.57)

João de Barros faz algumas referências à variação de uso (*uso dos doutos*) e à boa e à má normas, no quadro, portanto, das normas prescritivas (o segundo tipo de norma que propusemos) e de uma concepção de língua heterogênea, com desigualdade de variantes. São poucas e pontuais, porém, as menções a esse tipo de norma.

Os discursos da boa e da má normas constroem-se sobretudo **esteticamente** – são elegantes e sonoros (têm o “consintimento da orelha”, p.43), no primeiro caso, e rústicos, feios e ruidosos (“a orelha recebe mal”, p.50), no segundo – e **eticamente** – são bons, corretos, verdadeiros e puros, no primeiro caso, e pecaminosos, viciosos, errados, no segundo (há poucos casos de má norma):

E por causa de elegância e não repetirmos tantas vezes a conjunção... (p.46)

E quem algum nome destes levar ao plural que a orelha possa sofrer, não incorrerá em pecado mortal. (p.13)

e comete-se quando, do fim de ua palavra e de principio de outra, se faz aiguma fealdade ou significa algua torpeza. (p.50)

E *apraz, jaço*, carecem de participio em bõa linguagem, porque os rústicos o formam muitas vezes. (p.37)

Isto não guardam eles pois vemos que na formação do plural dizem *cães, pães*, porque aqui vêm eles muito ao olho seu erro, porque não podem dizer *pãos, cãos*. (p.18)

Sabemos que na construção das normas prescritivas interferem as modalizações do **querer**, do **dever** e do **poder**.

A modalização do **querer** ocorre nas qualificações mencionadas, nas ordens sensoriais e afetivas – a elegância ou a rusticidade, a sonoridade, as conformidades ou desconformidades –, que, graças a aproximações ou afastamentos estéticos e passionais, fazem os usos desejáveis ou temíveis.

A modalização prescritiva por excelência (**dever**) aparece nos casos em que há determinação ética, em que os usos são marcados como prescritos ou necessários e como proibidos e ocorre principalmente na parte da ortografia da gramática de João de Barros:

logo a devemos escrever ao nosso modo. (p.57)

nós o devemos escrever com estas lêteras. (p.57)

A primeira e principal regra da nossa ortografia... (p.57)

E esta regra devemos ter em tôdaldas partes onde... (p.63)

nenhua dição ou silaba podemos escrever acabada em muda. (p.57)

nenhua dicção podemos escrever com lêtera dobrada. (p.57)

porque nos havemos de conformar com as silabas que temos, como se pode ver na introdução, per onde os mininos podem aprender a ler. (p.57)

A modalização pelo **poder**, que determina usos possíveis, impossíveis, inevitáveis etc., também é pouco empregada na *Gramática* de João de Barros. As variantes diacrônicas, regionais, de registro (coloquial, corrente, familiar, vulgar) e de modalidades falada ou escrita não são tratadas na gramática, a não ser por uma ou outra observação de passagem.

**A questão da diacronia** é mencionada principalmente na relação entre português e latim. Todas as questões da língua portuguesa tratadas na *Gramática* são comparadas aos fatos da língua latina, já que, para o autor, como a língua portuguesa é filha da latina, as duas línguas são, gramaticalmente, muito próximas, muito semelhantes:

E porque (como já disse) por sermos filhos da Língua Latina, temos tanta conformidade com ela que... (p.14)



São os modos acerca de nós cinco, como têm os Latinos. (p.29)

Porque tem esta natureza, ante de si não consente *n*, como *p* e *b*, que é regra dos Latinos. (p.63)

Nós e os Latinos, dados que pera numerar tomemos algumas lêteras do A.b.c., não guardamos... (p.56)

Esta segunda lêtera *B*, acerca de nós e dos Latinos, não tem... (p.61)

Repete-se, também, com freqüência, “como os Latinos têm ou usam”: “como alguns que os Latinos têm” (p.37); “o que também os Latinos usaram” (p.60).

O fato de a língua portuguesa aproximar-se da latina é considerado positivo e mesmo sinal de superioridade do português em relação a outras línguas românicas:

Esta lêtera *N* acerca de nós serve no princípio e fim da sílaba e nunca em fim de dição, porque não temos parte que se acabe nele, como, pelo contrario, os Castelhanos em *m*, no que fomos mais confôrmes aos Latinos. (p.64)

João de Barros reconhece, porém, diferenças em certos aspectos essenciais entre o português e o latim: **na existência do artigo; em algumas questões ortográficas; na estrutura e no tempo da sílaba; no comparativo e aumentativo; na composição; nos gêneros verbais, na passiva, principalmente; nas declinações; no léxico; nos tempos e conjugações verbais.**

João de Barros tem, portanto, consciência de certas diferenças fundamentais entre o latim e o português, aceita o fato de as línguas mudarem, mas as mudanças acabam sendo apontadas como “faltas”, e as soluções que propõe para as “faltas” são, em geral, copiadas também dos latinos e gregos: “suprimos pelo infinitivo, à imitação dos Gregos” (p.31); “suprimos este defeito por rodeio (como os Latinos fazem nos tempos que lhes falece a voz passiva)” (p.26); “E por este modo suprimos muitos nomes que desfalecem em nossa linguagem e a latina tem, o qual modo também os Latinos usaram” (p.10). Observe-se ainda que as “faltas” e “perdas” do português são assinaladas com termos ou locuções como: *não passar de, não ter mais que, suprir, defeito, desfalecer, carecer de.*

As questões até agora apontadas não são questões de variação diacrônica propriamente dita, mas antes de mudança lingüística. Levamos porém a acreditar que o autor aceita a variação diacrônica e que, em geral, considera melhor a mais antiga, mais próxima do modelo latino. Contribuem também para essas conclusões sobre a aceitação dos

usos marcados pela diacronia e da diferença de valoração entre variantes mais antigas e mais recentes, seus comentários sobre a *novidade* na gramática e na língua (“Nós, por fugir novidades, conformemo-nos com o uso” (p.61); “Mas já disse quão receoso sou de novidades” (p.64)).

A *Gramática* não examina a **variação regional**. As observações sobre variação no espaço são as das diferenças entre as línguas e não no interior de uma mesma língua. Em relação às demais línguas românicas, o português é, em geral, apontado como próximo delas ou como melhor. As demais línguas são *de negros* ou de povos bárbaros, muito inferiores ao *bom português*, como nas citações que seguem:

sem poer consoantes ociosas, como vemos na escritura italiana e francesa. (p.57)

assim nós podemos dizer que as nações de África, Guiné, Ásia, Brasil, barbarizam quando querem imitar a nossa [linguagem]. (p.47)

E não diremos *homem boa*, ca desfalece a ordem natural da construção per que nos havemos de entender e parecerá mais fala de negros, que de bom português. (p.43)

E como os que falam vasconço que trocam umas lêteras por outras. (p.57)

Do ponto de vista da **variação de registros**, três “falares” devem ser mencionados, embora não tenham sido examinados na gramática: há o falar dos “doutos”, o único prescrito e possível como “certo e justo”; há o falar, em geral pressuposto, dos “rústicos”, proibido e impossível; há no falar dos “doutos” um falar “comum” e um “incomum” (com figuras, por exemplo), ambos possíveis. O registro incomum inclui também os usos poéticos (p.47).

Na *Gramática* de João de Barros encontram-se pouquíssimas referências às **modalidades escrita e falada** da língua, em geral para lhes dar tratamento idêntico, como na definição de gramática: “é um modo certo e justo de falar e escrever” (p.1), “mas ainda algumas figuras e vícios que assi na fala como na escritura cometemos” (p.47). Em princípio, as regras apresentadas valem, portanto, para a fala e a escrita.

Examinados os raríssimos casos de modalizações pelo **querer, dever e poder** na *Gramática* de João de Barros, pode-se concluir que:

- esse tipo de modalização, e, portanto, a norma prescritiva, é pouco usado na gramática e, quando o é, constrói o discurso da boa norma e não o da má;
- quando há norma prescritiva, a variação é apenas entre os usos prescritos (dos “doutos”) e os proibidos (dos “rústicos”), só admi-

tindo usos possíveis no caso dos “comuns” e “incomuns” (figurados e poéticos);

- não se faz diferença, na gramática, entre as modalidades da fala e da escrita.

Se a modalização na *Gramática* de João de Barros não é a da norma prescritiva, tal como apontado, tampouco pode-se reconhecer nela uma norma de frequência do uso. João de Barros fala de **uso** lingüístico cerca de uma dúzia de vezes, em duas direções diferentes: para diferenciar, no âmbito de uma concepção prescritiva da norma, usos mais cultos e prescritos dos demais, que estariam fora da norma; no sentido de um fato lingüístico que existe na língua ou que é mais tradicional (sobretudo em relação à ortografia) ou freqüente (principalmente em relação às figuras e vícios), aproximando-se assim da concepção de norma usual, tal como foi definida. As citações que seguem exemplificam esses casos:

E outros muitos [diminutivos] que se formam e acabam em diferentes terminações, mais por vontade do povo que por regra de boa gramática. (p.9)

Nós, por fugir novidades, conformemo-nos com o uso. (p.61)

A qual figura [antitesis] é acerca de nós mui usada. (p.49)

Se, em alguns casos, a noção de uso é a de uma gramática de usos, são eles porém pouco numerosos e aplicados a questões muito particulares da gramática (ortografia e figuras). Pelo que já foi apontado não se pode pensar que a *Gramática* de João de Barros seja uma gramática que reconheça o caráter heterogêneo dos usos e que os hierarquize pela frequência de seu emprego (ou, mesmo, como foi visto, por razões estéticas e éticas).

Ao contrário, o exame das modalizações no discurso da *Gramática* de João de Barros leva-nos a concluir que a modalização é, por excelência, **a modalização de existência** de um único uso. Resultam daí, por conseguinte, as concepções de norma única ou natural e de língua homogênea, sem variação.

Em decorrência desse discurso da norma “natural” e da concepção de língua homogênea, são utilizados no texto apenas exemplos criados pelo autor, pois a norma “natural” não precisa ser referendada por usuários de autoridade e prestígio, devendo ser apenas exemplificada.

O quadro que segue mostra a inclusão e a exclusão dos usos na norma considerada culta, na *Gramática* de João de Barros, a partir do exame das modalizações realizado:

1°	2°	3°	4°	5°
usos naturais, que são, na escrita e na fala	usos prescritos (raros), que devem ser na escrita e na fala	usos aceitos, que podem ser (muito raros) na escrita e na fala: linguagem incomum (figurada, poética)	usos proibidos, que devem não ser (muito raros), na escrita e na fala: falar dos rústicos	usos que não existem, não são, na escrita e na fala
		norma prescritiva		
norma natural				

### Projeções enunciativas de pessoa e de tempo

A categoria de pessoa, na *Gramática* de João de Barros, organiza-se, em princípio, com os recursos utilizados no discurso científico temático e com algumas especificidades:

- a) a **terceira pessoa** (do singular ou do plural) é empregada:
- **para produzir o efeito de objetividade do discurso científico**, sendo o uso mais freqüente na gramática;
  - com o pronome **eles**, **para contrapor-se ao nós**, quando se quer marcar uma discordância, sem nomear de quem ou de que se discorda, em geral, da voz do senso comum (“E então **os que** pouco sentem querem remediar o seu desfalecimento escrevendo agalegradamente, poendo sempre o final em tôdaldas dições que acabam em *am*. E se a regra **deles** fosse verdadeira ... Isto não guardam **eles** pois vemos que ...” (p.18));
  - **em lugar da primeira pessoa do plural**, com “os gramáticos” em lugar de “nós, os gramáticos” (nós exclusivo eu + eles), para produzir o efeito de sentido de identificação com os gramáticos, de “pertencimento” ao seu grupo (há, nesse caso, com freqüência, alternância entre 3ª e 1ª pessoas, como em “a que os gramáticos chamam”, “a que chamamos”);
- b) a **primeira pessoa do plural** é usada:
- **em lugar da primeira pessoa do singular**, no chamado plural de autor, em que este fala em nome da ciência, uso que produz efeitos de autoridade e de cientificidade e que tem papel fundamental na *Gramática* de João de Barros, pois faz parte, com os recursos já mencionados de objetividade e de identificação com os gramáticos, das estratégias discursivas empregadas para marcar a inserção do autor e de sua obra no discurso gramatical dominante;

- como primeira pessoa do plural mesmo, **como nós exclusivo** (eu + eles, isto é, eu e os demais gramáticos ou nós, os gramáticos);
  - como primeira pessoa do plural mesmo, **como nós inclusivo** (eu + vocês, em que vocês são os destinatários da gramática);
  - e **como nós misto** (eu + vocês + eles), ou seja, **como nós, usuários da língua portuguesa, nós, portugueses**;
- c) **a primeira pessoa do singular** é utilizada:
- **como primeira pessoa do singular** mesmo, para produzir efeito de subjetividade e de verdade do que é visto, vivido ou para marcar uma tomada de posição contrária às expectativas gerais ou mesmo delas discordante, e é pouco freqüente (“Desta regra acima, em que **disse** os nomes terem dous números ... (p.12), “como ua oração a qual **eu vi** tirada em linguagem per um letrado” (p.51));
  - **em lugar da primeira do plural**, sobretudo do **nós misto**, havendo no caso uma certa vacilação de uso (para introduzir um exemplo encontram-se ora “como quando digo”, ora “como quando dizemos”);

d) **a segunda pessoa** aparece uma única vez, em lugar da primeira do plural (do **nós misto**), nos mesmos casos de introdução de exemplos em que, em geral, aparece também a primeira do singular (“E quando **disseres**: *Eu te mando tanto dinheiro, quanto me tu mandaste*” (p.7)).

Em síntese, as projeções de pessoa apontam três principais efeitos de sentido: **o de objetividade da ciência**, de participação no discurso científico dominante e de fusão do “eu” nesse **nós** discursivo; **o de subjetividade**, tímido e nem sempre bem explorado, ou seja, na verdade, o efeito é o de ausência de subjetividade; **o de inclusão do destinatário** no projeto de uma gramática com fins pedagógicos. Esses resultados serão retomados por ocasião do exame das relações contextuais. Observe-se por ora apenas que o discurso “objetivo” é o mais apropriado para a construção da norma natural, e que os usos da categoria de pessoa apontam um intenso diálogo de concordância com o discurso científico e gramatical dominante na época.

As observações sobre a temporalidade na *Gramática* de João de Barros indicam o uso geral do **presente do indicativo**, sobretudo do presente omnitemporal ou gnômico (Fiorin, 1996, p.150-1), apropriado também ao discurso da norma natural, que **é**, que se apresenta como uma “verdade eterna”, e ao da ciência: “Gramática é vocábulo grego”

(p.1), “Sílabas é ua das quatro partes da nossa Gramática” (p.3), “As cousas que têm medida e peso não têm plural” (p.13).

Bastante freqüente é ainda o **tempo futuro** (futuro do presente) empregado em duas situações:

- para organizar temporalmente a gramática e localizar o que será ou não feito nos capítulos seguintes (“E onde hão-de servir e quantos accidentes têm particularmente trataremos ao diante, no título de *Ortografia* (p.3));
- em lugar do presente, com que alterna, como futuro de atenuação (*Aumentativos são* aqueles que .... *Diminutivos serão* aqueles que .... *Demonstrativos são* aqueles que ... (p.28)).

O **passado** (pretérito perfeito) é usado tanto como tempo anterior ao presente da gramática (quando se refere aos gramáticos anteriores) quanto como tempo anterior ao momento em que se está no discurso da gramática (presente pontual).

### **Contexto sócio-histórico**

Na *Gramática* de João de Barros, foram examinados tanto os temas e figuras, que aparecem sobretudo nos exemplos e na figuração esparsa no texto, quanto algumas relações intertextuais mostradas – com os discursos gramaticais da época e com outros discursos sobre a língua, em geral discursos do senso comum.

Os exemplos na *Gramática* de João de Barros merecem uma observação acurada. Constituem quase um tratado de ensinamentos morais, religiosos e políticos. Desenvolvem-se alguns temas principais:

a) **ensinamento moral e de bons costumes**, conforme os discursos éticos dominantes, conforme os discursos do senso comum – amor à verdade, desapego às coisas materiais, amor à virtude; apego à justiça, cuidado com o que é seu, fazer bem aos pobres, crítica de costumes (dos “maus costumes”):

Os homens que amam a verdade folgam de a tratar em seus negócios. (p.7)

O homem verdadeiro tem pouco do seu. (p.12)

Os homens burlões têm pouca vergonha. (p.12)

No paço se pragueja fortemente. (p.27)

os homens que vão a Paris e estão no estudo pouco tempo, e folgam de levar boa vida, não ficam com muita doutrina. (p.27)

A mi, a ti, a ele, a nós, a vós e a tôdolos homens releva, compre, convém falar verdade. (p.27)

os homens bons amam a virtude. (p.14)

amo a virtude, avorreço o vício. (p.44)

amo a verdade dos homens. (p.45)

ó vergonha de moço. (p.45)

limpo de malícia, zeloso de justiça. (p.45)

manso aos humildes, cruel aos soberbos, brando aos seus, doce aos amigos, franco aos estrangeiros, semelhante a seu pai. (p.45)

ó homem perdido. (p.47)

Dos homens é obrar virtude, das aves avoar. (p.15)

este livro sempre andará limpo se o guardarem bem. (p.60)

Eu dou graças a Deus, faço bem aos pobres, empresto dinheiro a meus amigos e não dou logro aos onzeneiros. (p.44)

b) **ensinamento religioso e profissão de fé**, que se misturam com os ensinamentos morais, já que é a moral da religião católica a que perpassa o discurso (assume-se, várias vezes, a posição contrária à de Lutero, por exemplo):

o céu é habitação dos anjos e a terra morada dos homens. (p.12)

o pecar triste. (p.12)

oh! piedoso Deus! lembra-te de mim!. (p.14)

maravilho-me da grandeza de Deus, lembro-me dos seus benefícios, esquece-se dos meus pecados, porque eu uso das virtudes e careço dos vícios. (p.44)

Estou na igreja. (p.44)

a lei de Deus. (p.45)

contra Lutero, entre os bons, per bom caminho. (p.46)

com Deus, no céu, sem pecado. (p.46)

ó Deus, ó vós, ó homem perdido, ó malaventurado de pecador. (p.47)

Tu e Antônio e os bons homens com as mulheres devotas folgais de ouvir as vidas dos santos. (p.50)

A ti, Senhor, que este mundo de nenhuma cousa criaste e o conservas governando em seu ser, com providência eternal peço que Te lembres de mi. (p.52)

per o cordeiro pascoal dos Judeus, entendemos Cristo, nosso redentor, imolado por nossa redenção. (p.53)

o temor de Deus faz boa consciência. (p.59)

*Ler as obras de Lutero: nunca obedecer ao papa, é o mais seguro pera a salvação. Como julgaremos estas palavras não serem heréticas? com os pontos, porque a parte nunca tem força neste entendimento e onde se acosta, ali cai. Aqui*

destrui a precedente e não a seguinte, ca dizemos: *Ler as obras de Lutero nunca: obedecer ao papa, é o mais seguro pera a salvação.* (p.67)

**c) valorização da ciência, do livro, do ensino e do papel do gramático** (e do destinatário da gramática):

eu li o livro que me tu mandaste, o qual entendi muito bem. (p.7)

eu tiro muita doutrina dos livros. (p.15)

a matéria bem feita apraz ao mestre. (p.59)

essa tua palmatória se a eu tomar, far-te-ei lembrar esta regra. (p.59)

leio os livros, aprendo ciência, oiço gramática e ganho honra. (p.44)

eu vou à escola. (p.40)

vou à escola. (p.44)

eu amo a ciência. (p.44)

António lê. (p.59) [António é o nome do filho, que aparece em boa parte dos exemplos]

a ti releva aprender ciência e a mi convém dar doutrina. (p.27)

eu aprovo tua doutrina. (p.40)

eu amo os moços, os quais folgam de aprender. (p.43)

António, tu irás ler a lição. (p.43)

**d) elogio das coisas portuguesas** (língua, povo, cidades, costumes etc.) e, em contrapartida, crítica aos demais povos (como foi visto no exemplo sobre os homens “que vão a Paris”, entre outros), estando aí incluídos elogios aos governantes portugueses da época:

El-rei D. João o primeiro venceu a batalha real e passou em África e tomou Ceuta aos Mouros e tornou-se a este reino vitorioso, onde faleceu já de muita idade. (p.49)

O Tejo, rio principal da Europa, entra no mar em Lisboa, cidade das mais nobres do mundo. (p.50)

El-Rei D. João, Nosso Senhor, o terceiro deste nome, que ora reina nestes reinos de Portugal, por mãos de muitos e bons oficiais de pedraria, que mandou buscar per todo o seu reino, mandou fazer mui fortes arcos de pedraria com que veio água da Fonte da Prata à cidade de Évora. (p.50)

**e) temas históricos, literários ou filosóficos**, para mostrar erudição, conhecimento em outras áreas, além da gramatical, embora sejam em geral lugares-comuns:



Heitor foi melhor cavaleiro que Aquiles. (p.10)

bem prudente e sagazmente se houberam os Romanos contra os Cartagineses. (p.45)

Alexandre, César, Aníbal, Pompeu e Pirro foram grandes capitães. (p.46)

dos filósofos, Sócrates ou Platão ou Aristóteles... (p.46)

**f) a história de sua gramática e o papel de seu filho nessa história**, ou seja, temas pessoais que envolvem, entre outras, a questão da dedicatória ao príncipe e da autoria da gramática:

como se perguntassem: – *De quem é esta arte de Gramática?*. Pode-se responder: – *Do Príncipe, nosso senhor.* (p.14)

João de Barros foi o primeiro autor que pôs a nossa linguagem em arte e a memória de Antônio, seu filho, que a levou ao príncipe nosso senhor, não será esquecida. [exemplo para uso de artigo] (p.17)

Eu escrevo esta Gramática pera ti ... Eu, João de Barros, escrevo Gramática pera ti, Antônio. (p.19)

esta arte é espremida em Lisboa. (p.59)

Deve-se observar ainda que boa parte dos exemplos está em primeira pessoa do singular. Transfere-se, de alguma forma, para os exemplos a assunção da subjetividade, muito embora, como vimos, os temas tratados sejam os do senso comum.

Em conclusão, pode-se dizer que, além do discurso gramatical dominante, já mencionado, entrecruzam-se no discurso da gramática outros discursos também dominantes: o discurso político da monarquia, o discurso ético-religioso da época, o discurso ufanista português. João de Barros, ao que tudo indica, é “um homem do seu tempo”. Chama a atenção o fato de que esses temas não sejam explicitados no discurso científico da gramática, como em Fernão de Oliveira, por exemplo, mas apareçam principalmente nos exemplos e nas projeções enunciativas.

Antes de concluir, é preciso examinar mais efetivamente as relações que se estabelecem entre o discurso da *Gramática* de João de Barros e o discurso gramatical dominante e que já foram, em parte, apontadas na análise das projeções enunciativas de pessoa e de tempo.

Como vimos anteriormente, ao definir gramática, tipos e partes, no início de seu trabalho, João de Barros diz e mostra ser obediente aos esquemas gramaticais latinos. O autor insiste na aproximação das duas gramáticas, do mesmo modo que na semelhança dos fatos de linguagem das línguas latina e portuguesa. Assim como todas as questões de

língua portuguesa tratadas na *Gramática* são comparadas aos fatos do latim, as escolhas e nomenclaturas gramaticais o são aos modos como as examinam os gramáticos latinos.

O emprego de um mesmo sistema gramatical para o latim e o português justifica-se, em João de Barros, de quatro modos: a língua portuguesa é filha da latina; as duas línguas – latim e português – são semelhantes, tendo elas, em geral, os mesmos fatos lingüísticos; a gramática latina fornece a metalinguagem científica necessária ao estudo do português; há nomes já tradicionais, conhecidos, seja pelo uso, seja por serem “próprios”, “naturais”, nos fatos de linguagem. Discordâncias dos gramáticos latinos praticamente não existem. As citações que seguem mostram algumas das aproximações mencionadas:

a imitação dos quais [latinos] (por termos as suas partes) dividimos a nossa Gramática. (p.2)

usando os termos da Gramática Latina, cujos filhos nós somos, por não degenerar dela. E também porque as ciências requerem seus próprios termos, por onde se não de aprender com as obras mecânicas, instrumentos com que se fazem, sem os quais nenhuma destas cousas se pode entender nem acabar. (p.2)-

E porque (como já disse) por sermos filhos da Língua Latina, temos tanta conformidade com ela que convém usarmos dos seus termos, principalmente em cousas que têm seus próprios nomes, dos quais não devemos fugir. (p.14)

são os modos acerca de nós cinco, como têm os Latinos. Portanto, seguiremos a sua ordem e termos. (p.29)

conformando-me com a ordem dos latinos. [para a significação dos advérbios] (p.39)

Os Latinos (a quem nós seguimos)... (p.41)

Nós tomaremos da nossa construção o mais necessário, imitando sempre a ordem dos Latinos, como temos de costume (p.42)

porque, como os Latinos não podem dizer *che*, *chi*, senão mediante esta lètera *h*, assi nós não podemos dizer *que*, *qui*, senão mediante *u*. (p.62)

Ao presente vejamos as espécies do nosso barbarismo, os vocábulos dos quais ainda que sejam gregos, tomaremos como tomaram os Latinos e levando a sua ordem. (p.47)

Poderíamos continuar a arrolar citações em relação aos aspectos mencionados e em que sobressaem os empregos de “imitar”, “seguir”, “filhos”, “conformar-se com”, entre outros. Mencionaremos apenas a grande repetição de “chamam os latinos” ou “a que os latinos chamam” (“E a este nome ajetivo chamam os Latinos (como já disse) *positivo* em respeito do comparativo (p. 10) (p. 14, 15, 21, 26, 27, 29, 44, entre outras)).

Um dos efeitos de sentido mais significativos da *Gramática* de João de Barros é, portanto, o de pertencer ao discurso gramatical dominante da época, o da gramática latina, mas também o das primeiras gramáticas das línguas vulgares (das italianas, sobretudo). Há um efeito de “pertencimento”, de incorporação, que se faz sentir em relação também aos demais gramáticos. Os gramáticos não são, em geral, mencionados por nome próprio, e sim nomeados genericamente como “os gramáticos” ou “os latinos”, quando se quer marcar que são gramáticos latinos. O caráter não-marcado do nome contribui também para esse efeito genérico de existência de um discurso gramatical único ou dominante e de “pertencimento” a esse discurso.

É nesse quadro do discurso dominante da “ciência” gramatical da época, dos discursos políticos da Monarquia e da religião e do discurso ufanista português que se coloca e se explica o **discurso da norma natural**, na *Gramática* de João de Barros.

Para concluir, deve-se repetir que as gramáticas do século XVI, de Fernão de Oliveira e de João de Barros, constroem o discurso da norma única e natural e da língua homogênea, que dialoga em conformidade com o discurso nacionalista e ufanista português. Há, porém, diferenças entre elas: em Fernão de Oliveira, o discurso gramatical contrapõe-se ao discurso gramatical dominante, ao passo que em João de Barros, ambos caminham na mesma direção. As conseqüências para o discurso da norma dessa resistência ao discurso gramatical vigente são, em Fernão de Oliveira, o cruzamento dos três tipos de discurso da norma, embora predomine o da norma única e natural. A conformidade do discurso gramatical de João de Barros com o discurso gramatical dominante resulta, por sua vez, no discurso quase exclusivamente da norma única e natural, que foi visto.

Em relação aos outros discursos sociais, o discurso da *Gramática* de João de Barros dialoga também, e de novo em conformidade, com os discursos prescritivos políticos, religiosos e morais, de sua época, e o de Fernão de Oliveira concorda apenas com o discurso nacionalista-racista que fundamenta os impérios coloniais.

Os recursos usados para a construção dos discursos da norma nas duas gramáticas apresentam também diferenças e semelhanças. Em comum, há os fatos que seguem: ausência de citações de autores e emprego de exemplos criados pelo autor, estratégia própria do discurso da norma única e natural; projeções de pessoa que produzem efeitos de sentido de objetividade e de cientificidade (terceira pessoa, primeira do plural pela primeira do singular); utilização quase exclusiva do presente

omnitemporal, adequado também ao discurso da norma única e natural; quase ausência de discursos da boa e da má normas e de modalizações pelo querer, pelo dever e pelo poder. As diferenças dizem respeito sobretudo às questões da contraposição de Fernão de Oliveira aos discursos gramaticais dominantes e à incorporação desses discursos e dos demais discursos políticos, morais e religiosos por João de Barros. Para contrapor-se aos discursos dominantes, Fernão de Oliveira serve-se sobretudo das projeções de pessoa e de tempo (uso freqüente da primeira pessoa do singular e dos futuros do presente e do pretérito de atenuação), da mesma forma que João de Barros utiliza as projeções, para com eles concordar (uso da terceira pessoa em lugar da primeira do plural, do nós exclusivo – nós, os gramáticos –, para marcar sua participação no discurso científico dominante). Além disso, Fernão de Oliveira constrói a relação entre língua e nação, principalmente no corpo de sua gramática “ensaística” e “indisciplinada” e de modo explícito. João de Barros insere-se no discurso gramatical dominante também no corpo da gramática e de modo claro, mas, em relação aos demais discursos sociais, são os exemplos que estabelecem os laços entre as normas linguísticas, religiosas e morais. Finalmente, o discurso da *Gramática* de Fernão de Oliveira espalha-se nas três ordens – na da racionalidade, na dos afetos (pelo amor à pátria) e na dos sentidos (pela “corporalidade” dos sons e das letras), ao passo que o de João de Barros pauta-se, principalmente, pela racionalidade.

Enquanto Fernão de Oliveira vive as ambigüidades da época, em que parece, em certas questões, desajustado, João de Barros é, como disse, “um homem do seu tempo”, em conformidade com os discursos dominantes do período. Explicam-se assim os motivos que levaram a *Gramática* de João de Barros a “fazer escola”.

BARROS, D. L. P. de. The norm discourse in João de Barros' *Grammar*. *Alfa* (São Paulo), v.45, p.11-32, 2001.

- **ABSTRACT:** *The study on norm discourse in João de Barros' Grammar is a part of a research which is being developed on norm discourse in Portuguese Language grammars, from 16<sup>th</sup> Century to the present, inside the realm of a team project called "History of Linguistics Ideas in Brazil: ethics and politics of languages". These grammars are analysed as they were discourses, from both theoretical and methodological perspectives of French Discursive Semi-*

*otics* Particularly we examine three discursive procedures both the subject and the object modalizations, with three types of norm discourse, namely the natural norm, which is predominant in João de Barros, the prescriptive norm and the usual norm, the enunciative projections of person and time in the grammar which is being examined, the intertextual relations between norm discourse in the grammar and the grammar discourses at that time, with which João de Barros agrees, and also with the Portuguese colonialist discourse, the one of monarchy and the one of church at that time, which João de Barros helps to build with his grammar, mostly through examples

- **KEYWORDS** Discursive semiotics, linguistics ideas history, grammar speech, norm speech, intertextuality

## Referências bibliográficas

- ALÉONG, S. Normes linguistiques, normes sociales, une perspective anthropologique. In: BÉDARD, E., MAURAIS, J. (Ed.) *La norme linguistique*. Paris: Le Robert, s.d.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- BARROS, D. L. P. de. *Teoria do discurso*. Fundamentos semióticos. São Paulo: Atual, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 1990.
- \_\_\_\_\_. A propósito do conceito de discurso urbano oral culto: definições e imagens. In: PRETI, D. (Org.) *O discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas, 1997.
- BARROS, J. de. *Gramática da língua portuguesa*. 3.ed. Organizada por José Pedro Machado. Lisboa: s.l., 1957. (1.ed. 1540).
- \_\_\_\_\_. *Gramática da língua portuguesa*. *Cartinha, gramática, dialogo em louvor da nossa linguagem e dialogo da viciosa vergonha*. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971. (1.ed. 1540).
- BUESCU, M. L. C. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978. (Biblioteca Breve, v.18).
- COLLINOT, A. de, MAZIÈRE, F. *Un prêt à parler: le dictionnaire*. Paris: PUF, s.d.
- FÁVERO, L. L. *As concepções lingüísticas no século XVIII*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.

- FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1989.
- \_\_\_\_\_. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática, 1996.
- GREIMAS, A. J., COURTÈS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, s.d.
- GUIMARÃES, E. Sinopse dos estudos do português no Brasil. *Relatos*, 1994. Publicação do Projeto História das Idéias Lingüísticas, n.1.
- OLIVEIRA, F. de. *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. 3.ed. por Rodrigo de Sá Nogueira, Lisboa: s.l., 1936. (1.ed. 1536).
- \_\_\_\_\_. *Gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1975. (1.ed. 1536).
- ORLANDI, E. O Estado, a gramática, a autoria. *Relatos*. Publicação do Projeto História das Idéias Lingüísticas, n.4, 1997.

# RECONFIGURAÇÕES SOCIOCULTURAIS E LINGÜÍSTICAS NO PORTUGAL DE QUINHENTOS EM COMPARAÇÃO COM O PERÍODO ARCAICO

Rosa Virgínia MATTOS E SILVA<sup>1</sup>

- **RESUMO:** Neste artigo são apresentados efeitos de novas reconfigurações socioculturais e lingüísticas quinhentistas, em relação ao período arcaico, nos estudos histórico-lingüísticos sobre o português. São eles: a questão da autoria; o início dos estudos metalingüísticos sobre a língua portuguesa; o início do português como "língua de ensino"; a difusão do livro impresso e não mais "manuscrito" e a ampliação do campo literário.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Lingüística histórica; história da língua portuguesa; português arcaico; português moderno.

## Introdução

Tenho como objetivo aqui traçar de maneira sintética algumas reconfigurações socioculturais e lingüísticas que se implementam no Portugal de quinhentos, ou seja, o século XVI, com a finalidade de indicar que, para as pesquisas que tratam da história da língua portuguesa no seu passado mais remoto, o período arcaico e os inícios do moderno, tais reconfigurações se refletem na documentação escrita remanescente, base de que se dispõe para os estudos históricos do passado de qualquer língua não-ágrafa.

O tema foi motivado como uma reflexão para o projeto coletivo do "Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR)", intitulado

---

<sup>1</sup> Departamento de Letras Vernáculas - UFBA - 40170-290 - Salvador - BA.

“O português quinhentista: estudos lingüísticos”. Vale dizer que o arco de tempo sobre o que pesquisa o PROHPOR abarca a história da língua portuguesa das origens ao século XVI e daí para a frente inflete em direção da história do português brasileiro.

As características lingüísticas que tipificam o período arcaico do português se apresentam consistentemente na documentação remanescente do século XIII ao XIV, e até a segunda metade do século XVI algumas delas permanecem e outras desaparecem (Mattos e Silva, 1994), tanto que, nas propostas de periodização da língua portuguesa, se costuma propor uma primeira fase do português arcaico até fins do século XIV e uma segunda, para alguns autores *português médio*, cujo limite final é impreciso e divergem os estudiosos da história do português. Uma data simbólica para Ivo Castro (1991, p.243) seria 1536, porque nela foi representado o último auto de Gil Vicente – *Floresta de enganos*; morre Garcia de Rezende e se publica o primeiro estudo metalingüístico sobre o português, a *Gramática da linguagem portuguesa* de Fernão de Oliveira.

Enquanto uma cronologia seriada, relativa e sistemática de fatos lingüísticos que existiam no período arcaico mais recuado e vão desaparecendo do século XIV para o XVI, não se pode propor, com dados intralingüísticos, os inícios do português moderno ou clássico (prefiro *moderno*, porque *clássico* implica sempre uma concepção relacionável à documentação literária e, para os estudos lingüísticos, a produção não-literária tem *status* similar como fonte de pesquisa para o passado das línguas). No Grupo de Pesquisa PROHPOR, temos considerado que 1536/1540 são datas sociolingüísticamente motivadas para os inícios dos tempos modernos da língua portuguesa, já que se inicia então o processo progressivo de normatização com a gramática já referida de Fernão de Oliveira e a *Gramática da língua portuguesa*, de 1540, de João de Barros.

Ivo Castro, na sua conferência *Para uma história do português clássico* (1996, p.137), localiza o português clássico nos séculos XVI e XVII e caracteriza como de importância idêntica e inter-relacionados, sem hierarquização, os seguintes fatos socioculturais e lingüísticos: a entrada do português na Galáxia de Gutemberg; o desenvolvimento da língua literária; o português como (meta)linguagem sobre si mesmo e o transbordamento da língua portuguesa dos limites da comunidade em que inicialmente era usada.

Neste texto desenvolverei esta questão, centrando-me no século XVI, e considerarei os seguintes aspectos, que, tal como Ivo Castro, con-



sidero necessariamente inter-relacionados e sem hierarquização, mas que, por clareza expositiva, há que itemizá-los:

- a) a produção do texto do período arcaico para os anos quinhentos;
- b) a recepção do texto escrito no período arcaico e sua ampliação, a partir do século XVI;
- c) os novos mecanismos de controle do uso lingüístico no Portugal quinhentista em relação aos séculos anteriores;
- d) o alargamento do campo literário e a figura do autor nos tempos modernos que se iniciam.

### **A produção do texto do período arcaico para os anos quinhentos**

Seguindo o historiador medievalista Armindo de Souza (1993, v.2, p.532-3), há que se ter claro que o período arcaico (prefiro *arcaico* a *medieval*, porque, no âmbito lingüístico, características ultrapassam a data que a história costuma usar para o fim da Idade Média, 1492) se caracteriza pela oralidade. Nesse tempo não ultrapassaria o montante de 2% a "elite intelectual", a sua grande maioria ligada ao mundo religioso dos mosteiros e das dioceses, à Igreja católica, enfim, e a segmentos da nobreza. Como diz o autor, "o povo mesmo é noite para nós" (*ibidem*, p.533).

Tirante a documentação não-literária, jurídico-notarial, tanto particular como oficial, que começa a ser escrita em português, concorrendo com o latim, nos inícios do século XIII (talvez antes, como vem demonstrando Ana Maria Martins, 1999), que é constante, a partir de então, pela necessidade da organização jurídico-administrativa da sociedade, a documentação que, genericamente, pode-se chamar de literária era de produção restrita. Escrita por "profissionais da escrita", os escribas dos *scriptoria* monásticos sobretudo, mas provavelmente também outros ligados a nobres intelectuais como talvez ocorresse em torno de D. Pedro, conde de Barcelos, certamente o principal nobre intelectual da primeira fase do período arcaico, falecido em 1354.

Nas palavras de outro historiador medievalista, Oliveira Marques (1964, p.192):

A divulgação destas e doutras obras [literárias] não se podia alargar a um público vasto. O livro era caro e raro. A não ser tratando-se de obras religiosas,

como bíblias, missais, antifonários e demais livros de ofício, cuja necessidade de disseminação punha em movimento dezenas ou até centenas de tradutores, obras literárias de outra espécie conheciam "tiragens" de um, dois ou três exemplares. Mandava-se copiar o livro A ou o livro B porque o rei ou um grande senhor havia manifestado interesse em o possuir.

Decorrente disso é que a tradição textual dos manuscritos medievais portugueses se caracteriza, em geral, pelo *codex unicus*, sendo poucas as obras de que se dispõe de mais de um testemunho, a partir dos quais se pode, por vezes, fazer um *stemma codicum*, que indicará testemunhos que se perderam, por razões inatingíveis, com o passar do tempo. Veja-se, como exemplo, o *stemma* proposto por Giuseppe Tavani (1988, p.55-121) para as relações históricas entre os três códices remanescentes do *Cancioneiro medieval* profano ou o que propus para as versões medievais portuguesas dos *Diálogos de São Gregório*, as três com que trabalhei, dos séculos XIV e XV e as que provavelmente desapareceram ou ainda não foram encontradas (1989, p.56).

Outro aspecto significativo para o que intenciono aqui é a questão da datação e local de produção do texto no período arcaico. Com exceção dos documentos notariais, localizados e datados no final, os textos literários podem ser situados em um momento desse período por fatos referidos no decorrer do texto, como é o caso, por exemplo, do *Orto do esposo*, mas, na maioria das vezes, essa localização no tempo só poderá ser feita pelas características paleográficas e/ou lingüísticas do próprio texto. Raro é aquele que, no final, indica a data de sua realização.

Além disso, muitas vezes, o texto foi escrito pela primeira vez em um desconhecido momento, mas dele ficou uma cópia posterior. Um bom exemplo é o da versão portuguesa da *Demanda do Santo Graal*, que se supõe ter sido traduzido do francês no século XIII, mas dela o *codex unicus* remanescente é do século XV. Mais interessante ainda é a cópia manuscrita, situável entre 1536 e 1546 (Castro, 1979), do *José de Arimatéia*, também do ciclo do Graal, tradução talvez contemporânea à da *Demanda*, mas desse códice inicial não restam fragmentos que mostrem as suas origens recuadas.

Essas questões da localização no tempo e no espaço dos manuscritos do período arcaico exigem que, para cada documento a ser trabalhado lingüisticamente, se busque, com rigor, reconstruir a história textual de cada um deles, problema que começa a ficar menos complexo já no século XV, quando se pode, com maior clareza e precisão, saber, por exemplo, quando foi escrita a produção da época da dinastia de Avis.

Tanto aquela escrita pelos príncipes e reis dessa dinastia como a nova historiografia que se inicia com Fernão Lopes pela década de 20 do século XV.

Nos anos quinhentos, embora a tradição do livro manuscrito não tenha se encerrado de repente (basta lembrar-se dos códices manuscritos e ricamente decorados da chamada "leitura nova" do tempo de D. Manuel e a já referida cópia de 1536/1546 do *José de Arimatéia*) com a implementação da imprensa, que chega a Portugal cinquenta anos depois do invento de Gutenberg, questões de localização no tempo e no espaço de edições *princeps*, datadas, já reconfiguram o panorama aqui esboçado sobre características da produção escrita do período arcaico.

Se aceitarmos como textos inaugurais do período moderno as gramáticas de 1536 e de 1540, de Fernão de Oliveira e de João de Barros, respectivamente, veremos no texto já impresso: na primeira, no colofão está: "Acabouse de imprimir... em Lisboa, e) casa de Germão Galharde a XXVIJ dias do mês de janeyro de mjl e quinhentose trinta e seis annos da nossa salvação" e, na portada da segunda, estão em latim indicados o lugar, Lisboa; o tipógrafo, Luis Rodrigues, e a data, em romano, MDXL. Germão Galharde e Luis Rodrigues estão entre os principais donos de casas impressoras do Portugal quinhentista, sendo o principal deles Valentin Fernandes, o grande primeiro dono de casa impressora portuguesa, responsável pela edição da *Vita Christi* de 1498 que, durante muito tempo, foi considerado o primeiro livro impresso em Portugal. Pesquisas recentes recuam essa data para 1487, com a impressão, em hebraico, do *Pentateuco* por Samuel Gacon, livro impresso em Faro, além de outros incunábulo da década de 80 do século XV (Mendes, 1995, s. v. *Incunábulo*).

A imprensa não só alargará a divulgação da produção textual, mas facilitará um aspecto dos estudos histórico-lingüísticos que, com maior precisão, poderão datar e localizar os dados sobre os quais se processarão as análises de fatos lingüísticos.

## **A recepção do texto escrito no período arcaico e sua ampliação a partir do século XVI**

Não ultrapassaria de 2% a elite intelectual do século XII ao XV em Portugal, como afirma o historiador, já referido, Armindo de Souza, caracterizando-se esse período pela oralidade. Não obstante havia então

escolas de vários tipos e podem ser classificadas na tipologia seguinte: "Universidade, escolas catedrais, escolas capitulares, escolas monásticas, escolas conventuais, 'escolas palacianas', escolas municipais, escolas paroquiais e escolas domésticas" (Souza, 1993, v.2, p.534). Depois de descrevê-las, o autor conclui: "É certo que essa rede de escolas atinge pouca gente" (ibidem, p.540).

No seu livro *A sociedade medieval portuguesa*, Oliveira Marques (1964, p.187) descreve também essa realidade e afirma: "Aprendia-se portanto a ler e escrever em latim mas ninguém falava já latim no Portugal dos séculos XII a XV, a não ser com embaixadores estrangeiros". Acrescento que também, muito provavelmente, no âmbito eclesial, monástico e secular.

O mesmo autor, destacando que desde D. Dinis o português tenha sido convertido em língua oficial, afirma que:

a verdade é que nunca escolas e mestres particulares o ensinavam até fins da Idade Média... o português era ouvido no berço, falava-se depois naturalmente e escrevia-se (os que escreviam) sem nunca se ter aprendido. Daí o fato de a linguagem escrita se aproximar notavelmente da linguagem falada. (Ibidem, p.187)

A língua de ensino era, portanto, o latim. Que os textos medievais manuscritos em vernáculo seriam mais para serem ouvidos que lidos fica indicado, por exemplo, no sistema complexo da pontuação dos manuscritos medievais que, a par de uma surpreendente sistematicidade lógico-gramatical, sinalizavam também necessidades prosódicas, como pôde demonstrar, em recente pesquisa de mestrado, Machado Filho (1999).

Os inícios do século XVI reconfiguram tal situação tipicamente medieval. Inicia-se, aos poucos, a laicização da cultura letrada, sem desprestígio do ensino e do conhecimento do latim e da cultura latina, mas, aos poucos, o português começa a ser língua de ensino, alargando o âmbito dos receptores da documentação escrita em vernáculo.

Sem dúvida, a implementação da imprensa em Portugal, a partir da penúltima década do século XV, e o uso do papel, em substituição ao pergaminho, tornaram a produção escrita menos rara e menos cara, diferente do que ocorre nos séculos anteriores.

Há informações seguras de que *cartinhas/cartilhas* existiram antes e depois da mais célebre e ricamente ilustrada de João de Barros, impressa em 1539, um ano antes de sua *Gramática*. Esse tipo de texto foi pressionado, certamente, pela necessidade da colonização do império ultramarino que se estabelecia na África e na Ásia.

Conforme M. L. Buescu, e, baseada em Damão de Góis, já em 1504 eram enviados livros para o Congo, entre eles, provavelmente *cartinhas*; em 1512 e 1515 seguem para a Abissínia e para o oriente novas remessas de livros de que faziam parte *Cartinhas* (Buescu, 1971, p.XXV). Em 1521, D. Duarte de Menezes manda entregar duzentas cartilhas, um *Flos Sanctorum* e 34 evangelhos para Goa, também Cananor e Malaca (Curto, 1998, v.1, p.424). Contudo, conforme esse historiador da cultura quinhentista afirma, só a partir de meados do século XVI será possível falar de “esforços regulares de exercício de uma política educativa” (ibidem).

O mesmo historiador, Ramada Curto, ao levantar a questão sobre quem “melhor protagoniza o uso do vernáculo escrito na Lisboa de Quinhentos”, informa que:

então no Largo do Pelourinho lisboeta existiam muitos homens assentados diante de uma mesa, espécie de escrivães, copistas ou notários sem caráter de oficiais públicos, os quais se entregavam às mais diversas tarefas da escrita: cartas de amor, elogios, orações, versos, sermões, epicédios e também requerimentos em outros papéis, tanto em estilo chão como pomposo. (Curto, 1993, v.3, p.359)

Ainda informa que os “mestres de ensino das primeiras letras”, em Lisboa, apontam para um aumento ao longo do século XVI: “de 30 ou 34 em 1551-1552 passam a 60” nos inícios do século XVII, também nessa época duplicava-se a população lisboeta. Questiona, contudo, que pouco se sabe acerca das diversas formas de alfabetização (ibidem, p.360). Apresenta outro indicador para o uso do vernáculo: entre os juizes de Coimbra que sabiam assinar o nome “de 1533 a 1567, a percentagem mais elevada é de 9%, enquanto de 1572 a 1581 passam a existir percentagens de 15%, 17% e 20%” (ibidem).

Esses fatos depreendidos pelo historiador da cultura do Portugal quinhentista mostram a implementação do uso escrito do vernáculo, em várias camadas da sociedade, embora as fontes para isso sejam rarefeitas. As *cartinhas/cartilhas*, os mestres-escola, os escrivães públicos não-oficiais a serviço da sociedade em geral reconfiguram tempos diferentes daqueles em que a língua de ensino era o latim, quando agora a recepção do vernáculo escrito espraia-se pela sociedade.

Nesse novo enquadramento social, não é de admirar que comecem a surgir as reflexões sobre o português como “(meta)linguagem de si mesmo”, na expressão já referida de Ivo Castro, e o desencadeamento do processo, que veio a ser contínuo no passar da história, o da normatização da língua portuguesa, não só pelas exigências do livro impres-

so do português como língua de ensino, mas também pela necessidade decorrente da expansão colonial, em que, como se sabe, desde Nebrija, ou mesmo antes, a “língua é companheira do Império” (cf. Asensio, 1991 [1974]).

Com essas novas reconfigurações socioculturais, o texto escrito se distanciará da “voz”, ou seja, da variabilidade do uso falado, e fixará escolhas, que a autoridade dos gramáticos respaldará, o que não ocorria, explicitamente, até 1536. Esse fato terá efeitos evidentes sobre os estudos histórico-lingüísticos acerca da documentação, a partir de quinhentos, em relação aos séculos anteriores.

### **Os novos mecanismos de controle do uso lingüístico no Portugal de quinhentos em relação aos séculos anteriores**

Como referido, o português era escrito, a partir do século XIII, sem que as pessoas o estudassem para escrevê-lo. Escreviam como ouviam e, certamente, dentro de certas tradições de escrita conhecidas pelos “profissionais da escrita” e próprias aos *scriptoria* monásticos e seculares do Portugal medieval.

É do conhecimento geral que, até finais do século XV, não existiam ou não sobreviveram produções metalingüísticas sobre o português. Oliveira Marques (1964, p.187) afirma que entre os séculos XII e XV “usaram-se internacionalmente dicionários explicativos, mas de latim. Em Portugal ficou-nos um pequeno glossário de verbos com a forma latina e a tradução portuguesa”.

Provavelmente outros instrumentos semelhantes necessários ao trabalho da tradução latim/língua vernácula, tão implementada durante todo o período medieval, terão existido, mas até nós só chegou o manuscrito alcobacense, hoje na Biblioteca Nacional de Lisboa, catalogado como CDIV286 (Valle Cintra, 1960, p.69; e Cepeda, 1995, p.102), editado por Henry Carter na revista *Romance Philology* em 1952-1953. Esse indício remanescente pode ser uma evidência de que outros semelhantes tenham existido, que pesquisas em arquivos poderão vir a revelar.

A partir de finais do século XV, as chamadas “línguas vulgares”, por oposição ao latim, ou seja, os vernáculos da Europa ocidental, não só românica, começam a ser gramatizados. No caso dos “vulgares” da Península Ibérica, o texto mais famoso é o de António de Nebrija, a sua gramática do castelhano, publicado em 1492, não por coincidência ano da unificação imperial da Espanha e da descoberta da América, sob a égide dos reis católicos Izabel de Castela e Fernando de Leão. A “língua

companheira do Império” motivou o surgimento dessa gramática que veio a ser, se não modelo, no sentido estrito, das duas primeiras gramáticas sobre o português, a de Fernão de Oliveira de 1536 e a de João de Barros de 1540, pelo menos móvel e inspiração dos inícios dos estudos metalinguísticos sistemáticos sobre o “vulgar”, língua portuguesa.

As nossas duas primeiras gramáticas, quase coetâneas, são de orientações claramente distintas, e seus autores, que conviveram na corte de D. João III, são personalidades de perfil e caráter opostos, bem delineados por Maria Leonor Buescu no seu livro *Historiografia da língua portuguesa* (1984) e em outros textos de sua autoria, tema de que é especialista.

Para os estudos histórico-linguísticos sobre o passado do português, parece-me muito positivo que se disponha de uma gramática, basicamente de cunho descritivo, como a de Fernão de Oliveira, e outra, autodefinidamente, “preceitiva”, ou, em termos atuais, prescritivo-normativa. A meu ver, esses textos de orientações distintas se complementam e são fundamentais para uma aproximação já explicitada sobre vários aspectos da língua portuguesa da primeira metade de quinhentos.

Fernão de Oliveira centra-se nas “vozes” e na forma de sua articulação, dando informações claras sobre fonética e fonologia, como demonstrou Eugenio Coseriu, no seu clássico estudo *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira*, recém-editado (Torres & Assunção, 2000), além de apresentar precisas informações sobre as “dicções”, parte de sua gramática que hoje chamaríamos de Morfologia e Lexicologia, na qual inclui preciosas informações diacrônicas, diatópicas e diastráticas, além de informar sobre empréstimos.

João de Barros centra-se nas “lêteras” e não nas “vozes”, e apresenta, ao fim de sua *Gramática*, a primeira proposta para a ortografia do português. Desenvolve, em grande parte de sua obra, o estudo da “dicçam”, num enfoque que a tradição gramatical sobre o português continua a seguir, com modificações, é claro, com base nas classes de palavras, considerando também a sua morfologia.

Ambos pouco tratam da sintaxe. Fernão de Oliveira anuncia outro livro sobre a “construçam”, que não fez ou se perdeu. João de Barros, ao concluir o estudo das “classes”, aborda alguns aspectos da “construçam das partes”, ao qual se segue um longo estudo sobre as “Figuras”, ou seja, metaplasmos e figuras da Retórica, segundo a tradição de Quintiliano.

Com esses dois textos inaugurais, iniciam-se os estudos gramaticais sobre o português, vencendo, é claro, nos séculos seguintes, com modificações, a orientação “preceitiva” de João de Barros.

A propósito dessas duas gramáticas, diz o historiador Ramada Curto (1993, v.3 p.358):

obras fundadoras de um trabalho de normatização e de reflexo sobre a língua portuguesa, elas já participam de um novo programa intelectual. Em primeiro lugar, trata-se de definir um programa, inspirado no já referido tópico de Nebrija, segundo o qual a língua deverá acompanhar o império. Fernão de Oliveira é quem melhor o apresenta, ao afirmar: "Apliquemos o nosso trabalho a nossa língua e gente e ficará com maior eternidade a memória dela, e não trabalhemos em língua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas, que sempre a possamos ensinar a muitas outras [gentes]".

A par dessas gramáticas, surgem também nos meados do século XVI os primeiros trabalhos lexicográficos com os dicionários – latim/português e português/latim – de Jerônimo Cardoso com edições sucessivas a partir de 1552 até 1570 (Teysier, 1980, p.38). Só nos fins do século XVIII – 1789 – teríamos o primeiro dicionário português/português, a primeira edição do célebre dicionário do brasileiro, em exílio, Antônio Morais e Silva.

Confrontando-se o que ocorreu entre os séculos XIII e XV, com novas produções metalingüísticas da primeira metade do século XVI e o que veio a seguir nesse campo, fica evidente que, para os estudos histórico-lingüísticos sobre o português no período arcaico, só contamos com a documentação remanescente e os dados que dali depreendemos. Nos estudos sobre o português quinhentista não podemos ignorar e avaliar as informações e contribuições das primeiras produções metalingüísticas sobre o português e os inícios da normatização que neutralizarão, em parte, a variabilidade, não só grafemática, que caracteriza os textos do período arcaico e os tornam excelentes, embora complexos informantes, para dar pistas sobre os percursos históricos que tomarão as formas de expressão em português. Seleções serão feitas pelos escritos posteriores do século XVI, a partir de quando, de certo modo, tornam-se menos apreensíveis as realizações conviventes dos usos lingüísticos reais.

## **O alargamento do campo literário e a figura do autor nos tempos modernos que se iniciam**

O chamado "campo literário" no período arcaico pode-se admitir que é de, relativamente, fácil delimitação. Para além da contínua produção não-literária, a partir da segunda metade do século XIII, classificada



por Cintra (1963) em textos notariais, leis gerais, leis locais (forais, foros ou costumes), a produção literária, em sentido lato e por oposição à documentação não-literária, é geralmente classificada em três categorias, no que se refere à prosa, a par do *Cancioneiro medieval profano e religioso*: a) as narrativas "ficcionais", que têm como representantes os "romances" de cavalaria do *Ciclo do Graal*, traduzidos do francês, e o misterioso, quanto às origens, *Amadis de Gaula*; b) a prosa religiosa, na sua maioria traduzida do latim, que é uma produção vasta, melhor exemplo são os numerosos códices da coleção alcobacense e de Santa Cruz de Coimbra; c) a prosa historiográfica.

Essas três grandes categorias de textos literários, além do *Cancioneiro medieval*, caracterizam a primeira fase do português arcaico, isto é, até finais do século XIV, e seus autores e/ou copistas, em geral, não são conhecidos, exceto os poetas dos *Cancioneiros*.

A partir do século XV, com as mudanças histórico-políticas, decorrentes da definição do espaço territorial português e da definição da identidade nacional, em razão da histórica vitória de Aljubarrota contra os castelhanos, liderada por D. João I, fundador da dinastia de Avis, o panorama da documentação literária se reformula. Novos tipos de texto, *lato sensu* literários, aparecem, como é o caso dos de autoria conhecida da dinastia de Avis: D. João I, D. Duarte, D. Pedro, duque de Coimbra, que, sendo príncipes escritores, vão elaborar textos não só de temática pragmática – *O livro da montaria* de D. João I e a *Ensinança de bem cavalgar toda sela* de D. Duarte –, mas também textos filosóficos, como o *Leal conselheiro* de D. Duarte. Já a essa altura aponta, no âmbito cortês, indícios de uma preocupação com a erudita literatura da Roma clássica, como é o caso das traduções, vinculadas a D. Pedro, duque de Coimbra, do *De Oficiis (O livro dos ofícios)* de Cícero e do *De Beneficiis (O livro da virtuosa benfeitoria)* de Sêneca. Começa assim a surgir, na primeira metade do século XV, a figura do autor.

A historiografia, também já autoral, o que não acontecia na primeira fase do período arcaico, inflete e se delimita no âmbito da história de Portugal, e não mais, como antes, nas grandes compilações, quais sejam as *Crônicas gerais*. Essa inflexão para a história de Portugal aponta e se inicia com Fernão Lopes, cuja obra se situa entre 1418 e 1454. Seguem-se a ela os outros vários cronistas oficiais do reino, dos quais foi ele o primeiro. Desde então estão definidos com clareza datas e autores dos textos produzidos na historiografia de quatrocentos.

A prosa religiosa continua sempre, como companheira da Igreja católica, por toda a Idade Média e nos séculos seguintes. Quanto à poesia,

Garcia de Rezende, que falece em 1536, reúne poemas de vária natureza que recobre textos da segunda metade do século XV aos inícios do XVI.

Há já, portanto, uma reconfiguração no campo literário no século XV para o XVI, por oposição aos séculos XIII e XIV, a primeira fase do português arcaico.

Nos anos quinhentos, porém na segunda metade do XV, há já uma nova orientação na historiografia que, a partir de Gomes de Zurara, centrar-se-á na expansão portuguesa, orientação que terá, certamente, como obra mais significativa as *Décadas da Ásia* ou *Ásia* de João de Barros, textos cuja impressão (não são mais manuscritos) se inicia em 1552.

O fato mais relevante, contudo, em oposição ao período arcaico, é o surgimento, na segunda metade do século XVI, do primeiro cânone literário, que, em sentido metafórico, representa, de certo modo, uma “normativização” do literário, quando arrola as obras principais do século e que está explícito, em 1574, no *Diálogo em defesa de nossa linguagem*, de Pero Magalhães de Gândavo, historiador e segundo ortógrafo do português, que seleciona um elenco de escritores e suas obras, para ele as mais significativas de então:

Francisco de Sá Miranda nas comédias e nos versos, João de Barros, autor da *Ásia*, a *Imagem da Vida Cristã* de Frei Heitor Pinto, a prosa de Lourenço de Cárcere, Francisco Moraes, Jorge Ferreira de Vasconcelos e Antônio Pinto, os versos de Luis de Camões “de cuja fama o tempo nunca triunfará”, de Diogo Bernardes ou de Antônio Ferreira e, ainda a *Gramática* de João de Barros, bem como a *História da antiguidade de Évora* de André de Rezende. (Curto, 1993, v.3, p.161)

Como qualquer cânone, a subjetividade e, provavelmente, a sensibilidade em relação às escolhas dominantes na sociedade de então conduzem este à relação de autores que, para um contemporâneo, serão os mais significativos.

Assim, com a normativização progressiva da língua, também se inicia a “normativização” do campo literário, ambas ausentes do período arcaico e que vão caracterizar os novos tempos modernos.

Para quem está centrado nos estudos histórico-lingüísticos, tanto as avaliações iniciais dos primeiros gramáticos como o recorte canônico de Gândavo sobre a produção literária são elementos novos que devem ser considerados. São guias, a serem criticamente avaliados, para os autores de pesquisas lingüísticas do português de quinhentos, que, inevitavelmente, não podem deixar de estar conscientes ao definir um *corpus*

documental para o estudo do português do século XVI. Sem se esquecer de que, tanto para o período arcaico como para o século XVI, o intermediador, inevitável, para os estudos histórico-lingüísticos são as edições confiáveis sobre que se deve pesquisar, já que não se pode, em geral, trabalhar com os documentos originais ou manuscritos ou impressos.

## Finalizando

Os fatores de natureza sócio-histórica e cultural selecionados para problematizar reconfigurações socioculturais de quinhentos, em relação ao período arcaico, como se disse no início, estão certamente inter-relacionados e se enquadram nas mudanças que distinguem os “tempos modernos” do “tempo dos manuscritos medievais”, que avançavam de vários pontos da Europa para a sua margem ocidental.

As novas formas de produção do texto escrito ampliam a atividade da escrita e, portanto, da sua recepção, a leitura, e essas, condicionadas não só pelo livro impresso que avança, mas também pela implementação dos que escrevem e do ensino das “línguas vulgares”, trazem como decorrência uma necessidade de normatização, de seleção entre os usos orais conviventes, para os escritos. Normatização que não apenas atinge a língua, mas a sua expressão na literatura, condicionando assim o surgimento de escolhas literárias, que pela primeira vez se define no cânone de Gândavo. A figura do autor diluída na primeira fase do período arcaico, definindo-se na primeira metade do século XV, impõe-se no século XVI.

A pesquisa lingüística sobre a documentação quinhentista não deve ignorar esses fatores, pelo menos, que configurarão de forma diferenciada os *corpora* a considerar:

- o universo documental, a partir dos anos quinhentos, se amplia;
- apresentam-se explícitos, ou identificáveis, autores, datas, locais em que os textos foram escritos;
- afasta-se ainda mais da “voz”, dos usos reais, que podiam ser, em parte, rastreados pela variabilidade da escrita documentada nos manuscritos do período arcaico;
- torna-se assim, pode-se dizer, menos empiricamente motivada, a partir dos anos quinhentos, a reconstrução histórica do nosso passado lingüístico.

MATTOS E SILVA, R. V. A comparison of socio-cultural and linguistic re-establishment in Portugal in the 16<sup>th</sup> Century and The Archaic Period. *Alfa (São Paulo)*, v.45, p.33-47, 2001.

- **ABSTRACT:** *Here we present effects of new socio-cultural and linguistic re-establishment on the historical linguistic studies about the Portuguese language. We discuss the authorship question; the beginning of the metalinguistic studies on the Portuguese language; this language as matter of teaching at school; the diffusion of the printed books and the literary field increasing.*
- **KEYWORDS:** *Historical linguistics; history of Portuguese language; old Portuguese; modern Portuguese.*

## Referências bibliográficas

ASENSIO, E. La lengua compañera del império. In: CASTRO, I. et al. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991[1974]. v.2, p.319-34.

BARROS, J. de. *Gramática da língua portuguesa*. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações de M. L. Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras, 1971[1540].

BUESCU, M. L. *Historiografia da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1984.

CASTRO, I. et al. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991. v.1.

CASTRO, I. Para uma história do português clássico. In: *Actas do Congresso Internacional sobre o português*. Lisboa: Colibri, 1996. v.2, p.135-50.

CEPEDA, I. *Bibliografia da prosa medieval portuguesa*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995.

CURTO, R. Língua e memória. In: MATTOSO, J. (Org.) *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. v.3, p.357-73.

\_\_\_\_\_. A língua e o império. In: BETHENCOURT, F., CHAUDURI, R. *A história da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. v.1, p.414-33.

MACHADO FILHO, A. V. *A pontuação em manuscritos medievais portugueses*. Salvador, 1999. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

MARQUES, O. *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1964.

- MATTOS E SILVA, R. V. Para uma caracterização do período arcaico do português. *D. E. L. T. A.*, v.10 (n. especial), p.247-76, 1994.
- MENDES, M. Incunábulo. In: TAVANI, G., LANCIANI, G. *Dicionário da literatura medieval portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1995.
- OLIVEIRA, F. de. *Gramática da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2000[1536].
- SOUZA, A. A cultura. In: MATTOSO, J. (Org.) *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. v.2.
- VALLE CINTRA, M. A. *Bibliografia de textos medievais portugueses*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1960.
- TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1980.

## UMA PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO DOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS NO BRASIL

Ricardo CAVALIERE<sup>1</sup>

- RESUMO: Uma das tarefas que reclamam a atenção de quem se dedica à pesquisa historiográfica no Brasil diz respeito à periodização dos estudos filológicos e lingüísticos produzidos no cenário acadêmico brasileiro, das origens aos nossos dias. A par dos períodos de maior projeção intelectual, dada a riqueza e abundância dos textos escritos sobre a língua, outros mantêm-se à margem da investigação sistemática, fato que inibe uma avaliação mais severa e fidedigna sobre o percurso do pensamento lingüístico em nossa terra. A proposta de periodização que se oferece neste ensaio busca fazer referência a todos os momentos do percurso trilhado pela lingüística e pela filologia no Brasil, com citação de autores e obras mais significativos, sobretudo nos períodos mais antigos, que, por terem completado um ciclo de influências e manifestações no panorama geral dos estudos lingüísticos, prestam-se a uma avaliação crítica mais sólida. Já nos períodos mais recentes, são reconhecidos, à semelhança dos demais, como manifestações claras dos processos de continuidade e descontinuidade que caracterizaram a lingüística no Brasil, sem que, entretanto, se possa sobre eles traçar juízo definitivo tendo em vista os efeitos ainda presentes de sua manifestação em nosso cenário acadêmico.
- PALAVRAS-CHAVE: Historiografia; periodização; lingüística e filologia no Brasil.

Não foram muitos os estudiosos das questões historiográficas que se impuseram a tarefa de edificar uma periodização dos estudos lin-

---

1 Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – UFF – 24210-200 – Rio de Janeiro – RJ.

güísticos e filológicos no Brasil. Considerando que a própria trajetória da produção científica brasileira nesses campos ainda não mereceu obra de maior fôlego, naturalmente ainda ressentimo-nos de uma visão abrangente de todo o percurso já feito, de tal sorte que se possam segmentar com rigor e precisão os momentos de continuidade e descontinuidade que se evidenciam nas novas vertentes do caminho trilhado.

Dentre os lingüistas que se dedicaram à periodização dos estudos filológicos no Brasil, cito Antenor Nascentes e Silvio Edmundo Elia. O primeiro, falecido em 1972, traça no texto *A filologia portuguesa no Brasil* (Nascentes, 1939) uma linha evolutiva dos estudos sobre a língua em que figuram o **período embrionário**, que vai dos tempos em que começou a cultura brasileira até 1834, data da publicação do compêndio *Gramática da língua nacional*, de Pereira Coruja; o **período empírico**, que vai dessa data até a publicação da *Gramática portuguesa* de Júlio Ribeiro em 1881, com acentuada tendência histórica; e o **período gramatical**, que vai de Júlio Ribeiro até 1939, ano em que se funda a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil.

Já Silvio Elia, no volume *Estudos de filologia e lingüística* (Elia, 1975), oferece-nos o texto *Os estudos filológicos no Brasil*, em que procura traduzir uma visão crítica do percurso de nossos estudos gramaticais desde a metade do século XIX até os anos 60 do século passado, época em que redigiu o texto. A proposta de periodização de Silvio Elia promove grande avanço ao tema, sobretudo por emitir opinião sobre trabalhos e autores que lhe foram contemporâneos, não obstante com respeito a esses tenha traçado juízo mais elogiativo que avaliativo.

Ele denomina **período vernaculista** o lapso temporal que “coincide grosso modo com o advento e o triunfo da escola literária denominada Romantismo” (Elia, 1975), evocando como termo *a quo* a data expressiva da Independência do Brasil. Trata-se de período em que a descrição gramatical ainda não se impusera como tarefa basilar do gramático, senão a prevalência de formas tidas como modelares, que expressam um ideal da vernaculidade tido por expressão máxima do bem-dizer. Em seguida, abre-se, na visão de Silvio Elia, o **período científico**, composto de duas fases: a primeira, de 1880 a 1900, de forte impulso renovador, com acolhimento dos novos métodos de investigação em que despontam as “primeiras investigações da direção filológica” (Elia, 1975, p.121); a segunda, de 1900 a 1960, um grande lapso temporal que finda justamente na década em que nosso grande lingüista trouxe a lume o texto historiográfico a que me refiro.

Certamente, podem-se fazer reparos à periodização de Sílvio Elia, não obstante nela se revele grande esforço de síntese e coesão. Seu período vernaculista, por exemplo, esquece o que se fez antes da Independência, de tal sorte que algumas obras então produzidas nem sequer merecem alusão genérica, como se não expressassem um ideário norteador dos estudos vernáculos predominantes na época. Assim, nomes do início do século XIX, ligados ao fazer gramatical no Brasil, como é o caso de Madureira Feijó – português, mas com uma edição brasileira de sua gramática –, Frei Caneca e Moraes e Silva,<sup>2</sup> não de levar-se em conta numa proposta de periodização, até porque seus textos não diferiam quanto ao método de outros que saíram a lume após a Independência; a rigor volumes de cunho meramente didático, pautados pela concepção da gramática como repositório de normas do bem-dizer.

Ainda sobre a periodização de Sílvio Elia, nota-se nela certa desconsideração da grande vertente do período dito científico, surgida com o contributo de Joaquim Mattoso Câmara Jr. para o desenvolvimento dos estudos lingüísticos no Brasil. A rigor, os efeitos da presença de Mattoso Câmara Jr. no cenário lingüístico brasileiro são verdadeiramente cruciais para os rumos enveredados no século XX, a partir da década de 1940, conforme procurarei comentar adiante. Elia, entretanto, prefere batizar todo o longo percurso da segunda fase – que vai de 1881 até aproximadamente 1960 – como de “direção filológica”, em evidente descompasso com manifestações relevantes do fazer científico brasileiro no curso desse lapso temporal, absolutamente divergentes de semelhante linha investigatória.

Vale ainda mencionar que o próprio Mattoso Câmara Jr. redigiu aqueloutro texto sobre o percurso dos estudos filológicos no Brasil, com ênfase em determinadas figuras exponenciais, como Manoel Said Ali e João Ribeiro. Também não cuida o mestre fluminense – não diria por equívoco, senão por preferência – de um relato das idéias, porém, dos homens, de cunho severamente pontual, satisfazendo-se em tecer juízo sobre a contribuição dos filólogos mais expressivos, com ordinário tom elogiativo, não obstante aqui e ali revele certa interpretação enviesada das tendências doutrinárias. Incorre, por assim dizer, na imagem que nos oferece Foucault sobre a dispersão dos fatos tratados: sua história não é, pedra sobre pedra, a construção de um edifício (Foucault, 2000).

---

2 Há quem admita ser Moraes e Silva filólogo português, por ter nascido e produzido sua obra no período colonial.



Algumas posições de Mattoso Câmara Jr. sobre o perfil científico de certos filólogos parecem-me indevidas. Cite-se, por exemplo, sua referência a Mário Barreto, notoriamente ligado à escola filológica do português europeu, em cuja obra afirma haver “uma ocorrência do presente com as linhas do desenvolvimento histórico da língua, que aquela escola dependia em termos neogramáticos” (Câmara Jr., 1972, p.200). Quanto a Sousa da Silveira, filólogo da geração legatária do período científico, afirma ter-se destacado “por um espírito de rigor neogramático, que não se encontra nas obras de seus antecessores” (ibidem, p.204). Não creio, sobretudo quanto à teoria lingüística, que se possa atribuir a esses dois nomes real influência neogramática.

Mário Barreto, como bem revela sua obra, tinha uma personalidade científica reta e rigorosa. Seguiu aquela vertente do empirismo exacerbado em que toda afirmação teórica é exaustivamente corroborada com *corpora* de linha literária. Nada em seus textos, entretanto, revela influência dos neogramáticos, senão o rigor metodológico; já as bases do mentalismo, da sintaxe psicológica, por exemplo, que tanto ao grupo de Leipzig e seus seguidores, como é o caso de Hermann Paul, não estão no modelo seguido por Barreto. Há, decerto, uma determinada tendência de qualificar como neogramático qualquer modelo de investigação pautado pelo rigor e pelo historicismo, o que decididamente não procede. Quanto a Sousa da Silveira, a vertente de sua obra dedicada à descrição gramatical é claramente fundada nos estudos histórico-comparativistas. Percebeu-o, por sinal, o olhar lúcido do próprio Mário Barreto, que não escondia o prazer de encontrar entre nós um filólogo que, como ele próprio, seguia as trilhas abertas pela filologia lusitana: “Felicitou-o como a um dos discípulos mais distintos da escola de filologia, digna da mais alta estima, e que se desenvolve e fortifica cada vez mais, criada por Leite de Vasconcelos, Gonçalves Vianna e Carolina Michaëlis” (Pereira, 1945).

Por sinal, o verdadeiro legado do paradigma neogramático no Brasil está na obra de Said Ali, sobretudo nos estudos sintáticos publicados nas *Dificuldades da língua portuguesa*, em que nosso mestre desfila uma rica argumentação sobre estruturas como **se** indeterminado e **se** apassivador, com base na tese de “função psicológica de agente indeterminado” em estruturas como *compra-se o palácio* e *morre-se de fome*<sup>3</sup> (Ali, 1966a, p.92). Nesse estudo, aliás, Said Ali cita nominalmente

---

3 Os exemplos são do próprio Said Ali.

as obras de Hermann Paul, *Prinzipien der Sprachgeschichte*, e de Gabelentz, *Die Sprachwissenschaft*, que tratam da distinção entre termos psicológicos e termos gramaticais.

Considerando que a lingüística e a filologia no Brasil sempre se apoiaram em cânones de paradigmas estrangeiros, não estaríamos distanciados da verdade científica se erigíssemos um quadro periódico-historigráfico dos estudos brasileiros com fulcro nessa escola ou nessas linhas de investigação ao longo de tempo. Seria uma hipótese de denominação em que se reconheceriam os trabalhos produzidos em determinadas épocas em face de suas influências doutrinárias. Semelhante procedimento, certamente, funcionaria bem para os primeiros períodos do século XXI e metade do século XX, em que lingüística e filologia não tinham faces claramente distintas. A partir de Mattoso Câmara Jr., entretanto, em meados do século XX, as fontes doutrinárias só se renovam claramente na vertente de estudos sobre a linguagem a que se resolveu denominar propriamente lingüística. Já a filologia, assim entendida como o estudo da língua no texto, manteve-se fiel aos velhos cânones historicistas, cunhados pela "geração de ouro" da filologia portuguesa formada por Carolina Michaëlis, Leite de Vasconcelos, Gonçalves Viana, entre outros. Os estudos dialetológicos, que, segundo algumas opiniões, estariam ligados à linha investigatória da filologia, na verdade seguiam orientações teóricas pontuais, quando não se esteavam na metodologia da geografia lingüística herdada do século XIX.

Voltando ao problema de periodização, julgo ser difícil erigir um modelo pautado por fontes doutrinárias envolvendo conjuntamente a filologia e a lingüística brasileiras a partir da quarta década do século XX. Isso porque, a partir desse momento, as fontes de lingüística já não são as mesmas da filologia, tanto que se faz observar a grande aceitação de que goza a lingüística estrutural nos estudos de língua vernácula desde então publicados. Como o modelo proposto pelo estruturalismo, extremamente formal, distanciado da análise do texto, em nada contribuiu para o avanço da filologia, esta manteve-se fiel ao historicismo herdado do século XIX, enquanto via a lingüística enveredar por novas e cativantes sendas ao longo de todo o século XX.

Disso resultou, como se sabe, certa discriminação da filologia, excluída aos poucos da discussão científica e ausente das novas teses acadêmicas ao longo de vários anos. Há hoje certa retomada do percurso aberto pela filologia, sobretudo no concernente ao papel da palavra na concepção do texto, como se observa em determinada vertente da Análise do Discurso voltada para a análise lexical (Maingueneau, 1997). É fato,

entretanto, que, no Brasil, a filologia estagnou durante décadas, muito por causa do “modismo” da lingüística estrutural, mas também em razão do “envelhecimento” de suas fontes doutrinárias. Os cursos oficiais de lingüística nas universidades brasileiras, que já buscavam, desde as origens, clara inspiração no estruturalismo – haja vista os conteúdos do curso pioneiro de Mattoso Câmara Jr. na Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1938<sup>4</sup> – firmaram-se do final da década de 1960 até boa parte da década de 1980, como divulgadores eficientes dessa escola, com predominância avassaladora da pesquisa sincrônica com *corpora* em língua oral.

Uma solução alternativa, a de distinguir o percurso dos estudos lingüísticos daquele trilhado pelos estudos filológicos, não nos parece útil do ponto de vista historiográfico, porque quebra a necessária unicidade que semelhante procedimento requer. Além disso, ficaria a filologia “marginalizada” a partir de certo momento, já que, como se observou nos parágrafos precedentes, sua produção na área da pesquisa universitária brasileira sofre intensos reveses, sobretudo nos anos 1970, cujos motivos, além dos já citados, vão do desprestígio da língua literária, a rigor, da norma escrita em geral como objeto de investigação, à certa – e indevida, diga-se de passagem – “vinculação necessária” entre a filologia e a gramática normativa, que caíra em desgraça durante largo período no meio universitário.

Outra questão, atinente à produção acadêmica, dificulta a construção de um quadro de periodização dos estudos sobre a língua no Brasil. Refiro-me à concepção dos textos escritos ao longo de todo o nosso percurso historiográfico. A leitura dos textos dos séculos XIX e boa parte do século XX, por exemplo, revela grande predominância dos compêndios gramaticais, seguidos dos estudos especializados – majoritariamente volumes sobre sintaxe, morfologia, fonologia e ortografia – e das teses acadêmicas, sobretudo aquelas elaboradas para concursos públicos. Hoje, entretanto, o perfil das obras publicadas sobre linguagem não é o mesmo. Proliferam em grande maioria os estudos pontuais, em que se exploram temas de grande especificidade, seguidos das teses acadêmicas, ordinariamente adaptadas para versão editorial. Já as obras extensas, que procuram dar tratamento abrangente sobre a gramática do português, figuram em flagrante minoria.

---

4 Interessante notar que, com a extinção da UDF e posterior criação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, o curso de Lingüística Geral de Mattoso Câmara Jr. foi interrompido por vários anos e reiniciado em 1948 com uma turma de apenas três alunos: Rosalvo do Vale, Solange Pereira de Vasconcelos e Maximiano de Carvalho e Silva.

A rigor, a partir dos anos 1970, com a maior disseminação de programas de capacitação docente em nível estadual, cujas verbas são destinadas a cursos de pós-graduação, publicação de periódicos e organização de eventos, os textos científicos passaram a ter menor extensão e maior especificidade, um tipo de trabalho ordinariamente divulgado em dado encontro científico e depois publicado na forma de artigo. Ou mesmo ensaios curtos, publicados em periódicos, em capítulos de obras coletivas, essas últimas à feição dos volumes temáticos que tanto popularizaram e até hoje gozam de especial aceitação. O fato se deve, possivelmente, a uma nova ordem editorial, combatida por crise econômica, aparentemente infundável, em que se busca repartir o espaço – e também as verbas – de publicação, de tal sorte que se possa dar conta da grande e difusa produção científica.

Esse fato, talvez, tenha inibido o surgimento de um volume, de um dado livro que considere um marco historiográfico, tendo em vista os efeitos de ruptura e reconstrução da ordem acadêmica dele decorrente, como ocorre com a *Grammatica portuguesa*, de Júlio Ribeiro, no século XIX, e *Princípios de lingüística geral*, de Mattoso Câmara Jr., na primeira metade do século XX. Semelhante hipótese não se pode acaatar sem ressalvas, já que outros fatores certamente contribuem para que um dado texto emblemático surja no cenário científico. Fato é que, com o dinamismo da difusão do saber, com o compartilhamento de experiências dentro da universidade moderna, em que o objeto se desnuda a vários olhares nos grupos de trabalho, as novas conquistas deixam de surpreender, porque já não se restringem ao esforço pontual de poucos pesquisadores.

Em síntese, já não vivemos a época de um Júlio Ribeiro, que lutava por uma descrição gramatical na forma e na função da palavra, em oposição ao generalizado pendor para uma descrição pautada pelo racionalismo de Port-Royal, ou a época de um Manoel Said Ali, que lia os neogramáticos, enquanto os demais ocupavam-se do historicismo comparativista de Bopp, Grimm, Darmesteter, ou dos vernaculistas europeus. Já não há um Mattoso Câmara Jr. que se abeberava na fonte estruturalista de Saussure, Bloomfield e Jakobson, enquanto a maioria mantinha-se fiel a Diez, Meyer-Lübke, Gonçalves Vianna e Leite de Vasconcelos. Com efeito, caso o atual trânsito do saber científico, em que as trocas e contribuições mútuas são intensas e proficuas, já caracterizasse os anos em que viveram esses grandes nomes da nossa história lingüística, decerto não nos teriam eles surpreendido como o fizeram.

O problema, pois, no que tange à construção de um quadro periódico dos estudos sobre a linguagem no Brasil, desdobra-se em várias faces, que inibem a aplicação de um critério homogêneo. Se considerarmos a publicação de obras expressivas, por exemplo, como marco de uma nova vertente, de novos rumos, haveremos de encontrá-las em dado período mas não em outros. Se levamos em conta a ocorrência de fatos relevantes para a difusão e o desenvolvimento desses estudos, como é o caso da inclusão da disciplina Linguística Geral nos cursos de Letras da antiga Universidade do Distrito Federal, também não teremos em todo momento de transição. A hipótese mais acatável de organizar um quadro vinculado às tendências teóricas, às escolas lingüísticas ou às fontes doutrinárias certamente enfrentaria óbices severos em dada época, como a dos anos 1940 e 1950, em que a tradição filológica coexistiu com a modernidade da lingüística estrutural.

Julgo possível uma tentativa de periodização heterogênea, com fulcro em dois fatores: as fontes teóricas, que dão feição a novas ordens no desenvolvimento e difusão dos estudos lingüísticos, e as obras representativas desses momentos de ruptura. As fontes teóricas conferem unicidade e identidade ao período, ao passo que as publicações atuam como marcos históricos de sua vigência. Quanto à denominação dos períodos, tenho que se possam usar termos que façam referência genérica ao momento em foco, como uma espécie de palavra-síntese de seu perfil, o que, sem dúvida, também vai muito ao gosto pessoal.

## **O período embrionário: das origens até 1802**

Cabem, agora, duas palavras sobre fato não menos complexo. Se admitirmos que o trabalho de periodização só pode encetar-se pela análise dos textos sobre a linguagem, cumpre linearmente definir um objeto: que é um texto lingüístico brasileiro? A indagação procede na medida em que uma dada obra, que desfruta de grande valor historiográfico para alguns, pode não ser considerada idônea para muitos pesquisadores, entre outros motivos, por não ser aceita como genuína expressão de nossa produção científica. Há, em princípio, dois caminhos para deslindar essa questão: o primeiro serve-se de um critério *ratione loci*, ou seja, decorrente da publicação do texto dentro das fronteiras nacionais, independentemente de sua autoria. Nesse caso, textos aqui publicados por cientistas estrangeiros também haveriam de considerar-se nacionais. O

outro caminho pauta-se por critério *ratione auctoris*, com atribuição de *status* nacional somente a textos que tenham sido escritos por lingüistas ou filólogos brasileiros.

Uma questão subliminar, entretanto, confere maior complexidade à bifurcação inicial, já que aqui a escolha certamente definirá o que é *texto brasileiro*, mas não o que é *texto lingüístico*. Na busca dessa última definição, vislumbramos algumas opções: texto lingüístico é o que trata apenas de lingüística geral, ou o que também trata especificamente de língua vernácula? Hão de considerar-se também os textos sobre línguas vernáculas estrangeiras publicados no Brasil? Decerto que a discussão desse tema requer mais espaço – e significativo esforço –, razão por que adoto aqui uma solução *ad hoc*, que diz respeito unicamente à proposta de periodização encerrada neste estudo, qual seja, a de considerar texto lingüístico brasileiro o que trata de questões sobre lingüística geral, filologia, língua vernácula nacional ou língua não oficial falada em território nacional.

No que tange à questão da nacionalidade, julgo mais conveniente resolvê-la de acordo com o critério *ratione loci*, razão por que estabeleço o marco inicial de um primeiro período historiográfico na publicação da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta (1990), cuja primeira edição data de 1595.<sup>5</sup> A *Gramática* de Anchieta, por sinal, foi escrita cerca de quarenta anos antes de sua *editio princeps*, fato que lhe confere maior caráter precursor. Se o critério *ratione auctores* fosse o agasalhado, então havia de situar-se o termo a *quo* dos estudos lingüísticos no Brasil bem mais tarde, pois não era Anchieta brasileiro, como se quer; eram os demais missionários jesuítas ou leigos que trataram de questões lingüísticas no Brasil no século XV ou XVI. O critério evidencia-se, decerto, como inaceitável quando lembramos que inúmeros filólogos e lingüistas que participaram e ainda participam da formação do pensamento lingüístico no Brasil – como é o caso de Charles Grivet, do padre Augusto Magne e, bem mais recentemente, de Antony Naro – nele não se enquadrariam.

Julgo, pois, conveniente denominar **período embrionário**, termo que peço emprestado a Antenor Nascentes (1939) – embora nosso filólogo o tenha usado para caracterizar lapso cronológico diferente –, esse grande segmento que vai de 1595, ano em que é publicada a *Arte de*

---

5 Sabe-se que entre a primeira versão, manuscrita, e a tradição impressa, a obra de Anchieta sofreu inúmeras modificações de conteúdo lingüístico.

*gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta, a 1802, quando surge entre nós a *Epitome da grammatica portugueza*, de Antonio Moraes Silva. Trata-se, a rigor, de um período pré-histórico, na medida em que os estudos filológicos em toda a sua extensão são esparsos e sem nenhum valor significativo como expressão do pensamento lingüístico no Brasil. Entretanto, devemos considerá-lo ao menos no que tange à formação intelectual dos que, efetivamente, a partir do século XIX, viriam construir as bases de nossa verdadeira identidade nos estudos sobre a linguagem. Diga-se ainda que a pesquisa pouco se tem aventurado na busca de textos gramaticais do período embrionário, veio que talvez se venha a enriquecer com a pesquisa nos imensos arquivos públicos e privados, repletos de documentos dos séculos XVII e XVIII, os quais se mantêm até hoje à espera de mãos investigadoras.

## **O período racionalista: de 1802 a 1881**

A publicação do *Epitome da grammatica portugueza*, de Antonio Moraes Silva, pode situar uma nova vertente dos estudos gramaticais no Brasil com fulcro na tradição dos compêndios didáticos lusitanos, que, até então, seguiam as bases da gramática latina aplicadas ao vernáculo. Sem dúvida, trata-se de um momento coeso em nossa produção gramatical por seguir uma linha de estudos uniforme, com objeto bem definido: o ensino da norma literária na escola de nível elementar. Vislumbram-se, entretanto, nesse período, as primeiras manifestações do estudioso brasileiro sobre fatos da língua como expressão de uma nacionalidade emergente, sobretudo após a data expressiva da Independência.

Com notável presença do chamado "grupo maranhense", formado, entre outros, por Antônio Gonçalves Dias, Odorico Mendes e Francisco Sotero Reis, a par de conhecidos vernaculistas, como Charles Grivet, autor da *Grammatica analytica da lingua portugueza*, publicada em 1865, o período racionalista deixou marcas profundas no ensaio português do século XIX, constituindo, sem dúvida, o primeiro modelo de produção gramatical que perdurou por mais de uma geração de estudiosos da língua vernácula. A principal crítica que se lhe põe, decerto, reside na pouca ou mesmo nenhuma importância que então se dedicava ao estudo do português brasileiro, de tal sorte que nossas gramáticas mais se resumiam a copiar regras e dispositivos dos compêndios congêneres lusitanos.

Nesse momento dos estudos sobre a língua no Brasil desponta em qualidade a obra de Francisco Sotero dos Reis. Em sua *Grammatica portugueza*, cuja terceira edição – a mais recomendada – é de 1877. Sotero avança em considerações importantes sobre a natureza da linguagem humana, demonstrando conhecer os limites entre a ciência lingüística, que despontava nos grandes centros europeus, e a arte gramatical. À primeira denominava **Grammatica Geral**, “sciencia dos princípios imutaveis e geraes pronunciada ou escripta em todas as linguas”, e à segunda, **Grammatica Particular**, ou seja, a arte de “applicar os princípios imutaveis e geraes da palavra ás insituições arbitrarías e usuaes de qualquer lingua” (Reis, 1871, p.V).

No que tange à estrutura, a obra de Sotero segue o paradigma dos compêndios vernáculos europeus que dividiam a matéria gramatical em **etimologia, sintaxe, ortografia e prosódia**. Nesse modelo, a sintaxe recebia tratamento igualitário ao da ortografia, por exemplo, fruto da obsessão purista que acabava por empanar a fundamentação teórica e a própria descrição do fato gramatical. A obra de Sotero – como, por sinal, a de todos os autores de maior relevância do período – também revela, em face das fontes diretas, sensível influência da descrição lingüística herdada da *Grammaire de Port Royal*, inclusive no que tange à sinopse gramatical, à teoria sintática calcada no tripé sujeito-verbo-atributo, e na conhecida hipótese dos verbos substantivos e verbos adjetivos.

## O período científico: de 1881 a 1941

Os ecos dos estudos histórico-comparativistas europeus, iniciados nos primeiros anos do século XIX, chegaram-nos com considerável atraso, certamente em razão da forte tendência de estudo vernáculo com conotação meramente normativa, predominante no período racionalista. O contributo da nova Ciência Lingüística, dedicada à construção da história da língua como fenômeno universal, e mergulhada no estudo exaustivo das línguas clássicas, não conseguiu ambiente propício para florescer em terras brasileiras senão a partir da segunda metade do século. Contribuíram para uma mudança de atitude as então recentes teses sobre o evolucionismo lingüístico, em que despontam os textos de Schleicher, que buscavam trazer para a investigação dos seres vivos, a par da metodologia inovadora proposta por nomes como Schlegel, Whitney e Max Müller. Surge, enfim, um novo olhar sobre a gramática, em que o objeto, o fato gramatical, deixa de ser contemplado para ser analisado.



O primeiro texto sistêmico em que se interpretaram as novas tendências é, sem dúvida, a *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro, cuja primeira edição é de 1881. Nos dois decênios finais do novecentos, explode uma riquíssima produção lingüística, entre teses de concursos, gramáticas históricas e descritivas, quase todas destinadas ao estudo anatómico da palavra. Citem-se, por constituírem exemplo emblemático, as teses *Archaismos e neologismos* e *Themas e raizes*, oferecidas pelo filólogo Fausto Barreto às bancas de seus dois concursos à cátedra do Colégio Pedro II. Barreto, um estudioso da história natural, convenceu-se de que era possível aplicar na língua os mesmos métodos de investigação utilizados na biologia, com ênfase marcante nos estudos etimológicos.

Esse primeiro momento do período científico, que bem se pode denominar **fase fundadora**, estende-se até o primeiro decênio do século XX, com ampla produção de compêndios de língua vernácula em que muitas páginas se dedicavam aos estudos etimológicos, não obstante se ocupassem primordialmente da descrição do português contemporâneo. São dessa fase nomes como Máximo Maciel, Manuel Pacheco da Silva Júnior, Lameira Andrade, Alfredo Gomes, Heráclito Graça, Eduardo Carlos Pereira, entre outros, a par de dois grandes lingüistas que, beneficiados pelo extremado saber científico e pela vida longa, seguiram curso mais prolongado e profícuo em sua caminhada acadêmica: João Roberto e Manoel Said Ali. Cumpre também observar que certos nomes, como o de Ernesto Carneiro Ribeiro, percorreram trilhas anteriores ao cientificismo reinante no final do século XIX, com perfil de início racionalista, para finalmente acatar sem reservas as novas teses da Ciência Lingüística.

Uma nova feição, de caráter mais filológico, estaria por iniciar-se na geração seguinte, sobretudo no que tange às fontes doutrinárias e ao objeto de pesquisa. Enquanto a corrente de Júlio Ribeiro pautou-se por uma doutrina em que os fundamentos gerais da história da língua aliam-se a uma descrição minuciosa da palavra como objeto de análise em todas as partes da gramática – fonologia, morfologia, sintaxe e, em alguns textos, semântica –, uma nova vertente busca inspiração na filologia de Diez e Meyer-Lübke, agasalhada sem ressalvas e bastante enriquecida no estudo do português em razão dos trabalhos da “geração de ouro” lusitana, já aqui mencionada, de que faziam parte Carolina Michaëlis, Leite de Vasconcelos, Epifânio Dias, Gonçalves Vianna, José Joaquim Nunes e Júlio Moreira.

Com essa novel abordagem do fato gramatical, que dá início a uma **fase legatária** dos primeiros esforços empreendidos pelo período cien-

tífico, o pesquisador ou filólogo ocupa-se essencialmente com o fato em língua vernácula, pautado por minuciosa pesquisa etimológica e pelo comparativismo típico da romanística européia, no intuito de privilegiar as formas gramaticais mais fidedignas em face da tradição vernácula e da origem clássica. Um traço particular dessa fase, ademais, diz respeito ao uso de *corpus* eminentemente literário, em que dominam os clássicos portugueses, para abonar teses sobre construções vernáculas contraditórias. Não se abandonam, decerto, o rigor científico e o espírito positivista que estiveram na formação do período científico; percebe-se, isto sim, uma mudança de interesse na pesquisa, de tal sorte que questões mais abrangentes, como a construção do paradigma verbal ou o problema das partes do discurso, cedem espaço para aspectos idiossincráticos do português, tais como as construções com *se*, as regências e os casos mais raros de concordância verbal. Busca, enfim, uma descrição mais minuciosa das construções portuguesas, de tal sorte que se distingam as dignas de uso em norma elevada, por serem as mais abonadas pelo texto literário.

Essa constatação não diminui o valor científico dos trabalhos então produzidos, já que, nessa arqueologia do ideal vernáculo, constroem-se estudos magníficos sobre o funcionamento da gramática do português, com especial enfoque na sintaxe e na morfologia. Integram a fase legatária do período científico, que vai até o final dos anos 1930, nomes de escol como Otoniel Moa, Silva Ramos, Mário Barreto, Sílvio de Almeida, estes num primeiro momento, além de Souza da Silveira, Augusto Magne, Antenor Nascentes, José Oiticica, Clóvis Moneiro e Cândido Jucá (Filho). Cumpre ainda notar, como já assinalado anteriormente, que a intensa produção intelectual que caracteriza a obra de João Ribeiro e Said Ali – membros da fase fundadora falecidos, respectivamente, em 1934 e 1953 – conferiu a ambos participação ativa também nessa fase legatária, havendo-se destacado Said Ali pelo vanguardismo na macrovisão da sinopse gramatical em sua *Gramática secundária*, cuja primeira edição remonta ao início dos anos 1920 (Ali, 1966b) e nos estudos semânticos em língua oral publicados nos *Meios de expressão e alteração semântica*, vindos a lume no início dos anos 1930 (Ali, 1971).

## **O período lingüístico: de 1941 aos nossos dias**

O ato de política educacional que maior repercussão provocou nos rumos dos estudos lingüísticos no Brasil certamente está na organiza-

ção do curso de Letras da UDF, no final dos anos 1930, em cujo *currículo* básico decidiu-se incluir a disciplina Lingüística Geral. Percebe-se haver na época noção inequívoca de que a lingüística merecia estudo teórico específico, emergindo como disciplina em nível superior e evidenciando-se como objeto da pesquisa universitária. Com efeito, em todo o percurso até então traçado nos estudos lingüísticos, o objeto imediato da descrição era a língua vernácula, mesmo nos primeiros momentos do período científico, não obstante nessa época as teses sobre lingüística geral se evidenciassem em considerável ênfase.

Não se pode negar, entretanto, que jamais anteriormente se dedicara atenção específica à teoria lingüística, assim entendida como objeto desvinculado da análise do fato gramatical em português, ou mesmo da área mais abrangente da romanística. A inclusão da disciplina Lingüística Geral no *currículo* da UDF, pois, viria desviar as atenções acadêmicas para as teses universais sobre a língua, para o estudo e a reflexão sobre os paradigmas teóricos, sem necessária referência ao português, que continuava, obviamente, a merecer estudo particular em outras disciplinas da grade curricular.

A primeira turma de Lingüística Geral no Brasil foi regida por José Oiticica (Silva, 1984), mas, por motivos não muito esclarecidos, o autor da *Teoria da correlação* não conseguiu cumprir os objetivos esperados. Após uma profunda reforma de conteúdos nos cursos da UDF, convocou-se o professor Joaquim Mattoso Câmara Jr. para dar seguimento ao curso no ano de 1938, cujas aulas deram origem aos textos que viriam, por iniciativa de Sousa da Silveira (cf. Silva, 1984), a ser publicados na *Revista de Cultura* em 1939 e 1940. No ano seguinte, o trabalho saiu em volume único com o título *Princípios de lingüística geral como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa*. A lingüística, enfim, passava de matéria adjetiva a matéria substantiva no Brasil.

A ordinária referência que se faz a Joaquim Mattoso Câmara Jr. como introdutor da lingüística no Brasil, a meu juízo, merece certo reparo. Sabemos que foi ele o executor de um programa destinado a divulgar nos meios acadêmicos os estudos de lingüística geral. Sabemos também que a ele se deve o ingresso do paradigma estruturalista entre nós, com fulcro nas teses já mundialmente acolhidas acerca dos elementos estruturais do sistema lingüístico, com ênfase nas formas mínimas significativas. Mattoso Câmara Jr., por sinal, cuidava de diferenciar em seus estudos a nova ordem, para ele uma “nova disciplina interessada justamente nesta função lidimamente lingüística”, que teria surgido

a bem dizer simultâneamente, na Europa e nos Estados Unidos da América. Lá, sob inspiração das doutrinas e Saussure em lingüística, com as pesquisas e as elocubrações dos lingüistas russos e tcheques reunidos no famoso Círculo Lingüístico de Praga, a partir de 1925. Na América teve uma primeira concretização com Edward Sapir, também na década de 20, e em seguida se consolidou e em parte reformulou com o ensinamento de Leonard Bloomfield, desde 1933, e os trabalhos de uma numerosa escola de discípulos diretos e indiretos. (Câmara Jr., 1973, p.15)

Enfim, a Mattoso Câmara Jr. devemos a implantação da lingüística geral no cenário acadêmico brasileiro, em suas bases estruturalistas.<sup>6</sup> Dizer que a ele devemos a introdução da lingüística no Brasil é fazer supor, *contrario sensu*, que seus antecessores nem sequer se envolveram com a lingüística como ciência, o que decididamente é inverídico. A antiga ordem, que se abeberava nas lições de Bopp Whitney, Scheicher, Bréal, Max Müller e outros – para referirmo-nos à fase fundadora do período científico –, bem como nas teses de Meyer-Lübke, Diez, Adolfo Coelho, e dos neogramáticos em geral – para mencionarmos os que compuseram a fase legatária do mesmo período –, não pode ser qualificada como meramente “filológica” ou “normativa”. Utilizava, decerto, um aparato teórico que envelheceu rapidamente, inerme ante a avassaladora febre estruturalista dos anos 1920, que até hoje produz estudos de excelente nível. Fato é que o que se produziu no Brasil em matéria de linguagem, antes de Mattoso Câmara Jr., também tinha amparo conceptual na lingüística.

Considerando, entretanto, que o cisma teórico-metodológico que se estabeleceu no cenário brasileiro após a publicação de *Princípios de lingüística geral* trouxe, entre outras novidades, a consolidação da lingüística como ciência autônoma dentro da Universidade, com decorrente produção científica desatrelada do dogmatismo vernaculista e alheia a qualquer compromisso didático, creio ser cabível denominar essa fase como **período lingüístico**, estabelecendo seu marco inicial no ano de 1941, em que vem a público os *Princípios de lingüística geral*,<sup>7</sup> a mais importante obra teórica sobre linguagem escrita no Brasil em todo o século XX. Nesse período, que se prolonga até nossos dias,

---

6 Mattoso Câmara Jr. usava o termo “lingüística descritiva”, em aposição a “lingüística histórica”, para caracterizar o paradigma que surgiu no século XX com Saussure, L. Hjelmslev, Anon Marty, J. Firth, Bloomfield, entre outros (Câmara Jr., 1979).

7 Essa obra emblemática de Mattoso Câmara Jr. recentemente mereceu detido estudo da Profa. Nil-da Cabral, com vistas ao estabelecimento do texto definitivo.

abre-se de plano uma fase estruturalista, pelos exatos motivos que venho alinhavando, na qual, além da óbvia presença de Mattoso Câmara Jr., pode-se incluir o nome de Sílvio Edmundo Elia.

A Sílvio Elia, decerto, não se pode atribuir uma “postura” estruturalista, já que sua riquíssima obra percorre sem dificuldades outros paradigmas da descrição lingüística no século XX, aí incluindo-se a filologia românica e a sociolingüística. Sua contemporaneidade ao trabalho desenvolvido por Mattoso Câmara Jr., a par de sua feição receptiva aos estudos de lingüística geral, confere ao saudoso mestre, um dos fundadores dos cursos de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, perfil absolutamente compatível com a nova ordem de estudos sobre a linguagem no Brasil. Prova o espírito vanguardista de Sílvio Elia a explicação que o mestre carioca oferece (Ranauro, 1997, p.79) para a conhecida polêmica travada com José Oiticica. O problema girou em torno do termo **fonologia**, presente no volume *Compêndio de língua e literatura*, publicado no ano de 1951 em co-autoria com a Profa. Jeannete Budin. No referido livro, Elia abre uma nota de rodapé para comentar o sentido que **fonologia** tinha numa nova vertente de descrição proposta por Nicolas Trubetzkoy em seu *Grundzüge der Phonologie* (publicado em 1939). O fato irritou profundamente Oiticica, que já usara o termo **fonologia** em seu conhecido *Manual de análise (léxica e sintática)*, de 1953, e, portanto, se sentira “roubado”. A verdade é que, como bem assinala Elia, o sentido que tem o termo fonologia na obra de Oiticica em nada se aproximava dos conceitos disseminados pela Escola de Praga.<sup>8</sup>

Não obstante, resta inequívoco que a geração filológica que florescera nas décadas de 1920 e 1930, alheia ao percurso alternativo que o cisma de 1941 abriu, tenha formado novo e excelente grupo de pesquisadores, fiéis às bases da filologia românica, porém receptivos a novas influências, ainda que de modo superficial. Esses “novos filólogos” mantiveram certos princípios herdados ao período científico, com a produção de gramáticas para o ensino fundamental, a centralização dos estudos em língua vernácula e a importância do estabelecimento de uma norma padrão, calcada em *corpus* literário (agora, clássicos portugueses e brasileiros). Não rejeitaram a lingüística geral, mas escudaram-se de absorvê-la sem reservas em seus trabalhos, razão por que

---

8 O primeiro estudo que aplica a fonologia da Escola de Praga entre nós é a tese de doutoramento de Mattoso Câmara Jr., intitulada *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, publicada em 1953. Bem antes, porém, as teses de Trubetzkoy já tinham sido objeto de comentário em resenha de Serafim da Silva Neto no n.10 da *Revista Filológica*, saído a lume em 1941 (Ranauro, 1997, p.79).

logo se lhes conferiu um papel de “oposição” aos que se dedicavam exclusivamente aos estudos estruturalistas. Nessa primeira fase do período lingüístico, cria-se uma atmosfera densa e hostil, que encobre uma “guerra” de interesses e prestígio entre filologia e lingüística no Brasil.

Os membros do “grupo filológico” mantiveram o domínio do pensamento gramatical no ensino elementar, como era de supor, até meados dos anos 1970. Dele participaram, dentre outros, grandes nomes da descrição gramatical, que hoje são freqüente e indevidamente citados como membros da “tradição gramatical brasileira”.<sup>9</sup> Ismael Coutinho, Ernesto Faria Júnior, Cândido Jucá (Filho) – este último pertencente a um período de transição entre a fase legatária do período científico e o período lingüístico –, a par de figuras exponenciais como Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Gladstone Chaves de Melo, Jesus Belo Galvão, Carlos Henrique da Rocha Lima, Renato Mendonça, Theodoro Maurer, Isaac Nicolau Salum, Mário Pereira de Sousa Lima, Silveira Bueno, Albino de Bem Veiga, e tantos outros que a memória não me permite agora citar. Num momento posterior, essa corrente viu nascer o trabalho emérito de Evanildo Bechara, Leodegário de Azevedo Filho, Ângela Vaz Leão, Almirio Macedo, além de outros que bem se inscrevem nesse perfil de investigação filológico.<sup>10</sup>

Diga-se ainda que, embora tenha erguido pilares que o tornaram se não absoluto, certamente predominante no ensino e na pesquisa dos fatos lingüísticos até o final da década de 1970, o estruturalismo logo se viu acompanhado de novas correntes da lingüística contemporânea na conquista de novos adeptos dentro do ambiente universitário. A onda de estudos sobre a oralidade, inclusive com a criação de grandes projetos de pesquisa em nível nacional – cite-se o “Projeto de Estudo da Norma Lingüística Culta de Algumas das Principais Capitais do Brasil”, depois conhecido como “Projeto **Nurc**” – deu oportunidade ao trabalho respaldado na sociolingüística variacionista, com suas propostas de investigação baseada em questionários e levantamento de dados. Focaliza-se a pesquisa no melhor entendimento de uma norma urbana culta, por ser ela a expressão mais evidente da língua em termos nacionais. Nas palavras de Juan Lope Branch, lingüista mexicano que coordenou

---

9 São, na verdade, membros do período linguístico que herdaram as bases da tradição gramatical iniciada no período científico

10 A mais recente edição da *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara (1999), revela novos rumos da descrição gramatical agasalhados pelo eminente lingüista, com fulcro na teoria de Eugênio Coseriu, Herculano de Carvalho e Mattoso Câmara Jr.

o “Proyecto de Estudio del Habla Culta de las Principales Ciudades de Hispanoamerica”, um projeto mais abrangente do que o “Nurc” brasileiro, “*no hay duda de que, de todas las realizaciones del habla existentes en una nación, la urbana normal o standard – es la más importante y digna de estudio, puesto que suele ser el foco de irradiación lingüística desde el cual se extienden los hechos de la lengua al resto del país*” (Bem Veiga, 1971, p.99).

Os estudos sincrônicos dominam a Universidade, acolhendo a simpatia de grandes pesquisadores, entre os quais se podem citar alguns envolvidos com o “Projeto Nurc” no Brasil dos anos 1970: Nélson Rossi, Celso Cunha, Isaac Nicolau Salum, Ataliba de Castilho, Cidmar Teodoro Pais, Enzo del Carratore. Cria-se, ademais, com a divulgação intensa dos novos rumos de pesquisa certa confusão – sem que, para tanto, tenha contribuído o trabalho correto dos pesquisadores envolvidos – sobre o conceito de norma urbana culta, obviamente restrito à manifestação oral da linguagem, mas que, para muitos professores menos cuidadosos, se estendia ao padrão escrito. Com isso, o ensino do português na escola fundamental e média luta por modernizar-se, atualizando as matrizes normativas às novas conquistas da pesquisa lingüística, sem contudo deixar sempre claro que certas variáveis normativas ditas “cabíveis” em língua oral não se podiam aplicar sem restrição à língua escrita.

Ainda nessa fase inicial do período lingüístico, que melhor julgo denominar **estruturalista** – pela predominância marcante do modelo na produção acadêmica brasileira até finais dos anos 1970 –, há de observar-se a crescente criação de linhas de pesquisa com inspiração em novos modelos da lingüística norte-americana, notadamente a Gramática Gerativa, que em face do severo formalismo e, numa certa medida, do percurso pontificado por grandes lapsos de ruptura teórica, não alcançou a mesma disseminação que a escola estruturalista usufruiu nos meios acadêmicos. Algumas tentativas de descrição do português com inspiração nos modelos iniciais da Gramática Gerativa encontram-se nos volumes *Análise sintática*, de Miriam Lemle; *A Gramática Gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa*, de Mário Perini; e *Sintaxe gerativa do português*, de Lúcia Lobato – sem contar com inúmeros artigos em periódicos e obras coletivas. O aparato teórico dessa vertente de investigação no Brasil, naturalmente, busca inspiração predominantemente na obra de gerativistas norte-americanos, como Noam Chomsky, George Lekoff, Ray Jackendoff e Paul Postal.

Como alternativa ao veio gerativista e à onda avassaladora do estruturalismo, eixos demasiadamente formais, em cujo entorno desenvolve-

ram-se as teses universitárias dos anos 1970 e de boa parte dos anos 1980, surge, em meados dessa década, uma pujante vertente que retoma a análise lingüística do texto e a investigação da língua em uso pelo falante. Essa nova rota, na realidade, expressa uma nova fase do período lingüístico, a que se pode denominar **fase diversificada**, em que o foco da atenção sai das entranhas da gramática, para expandir-se no ambiente sem fronteiras dos usos lingüísticos. Cria-se, pois, um cenário em que cooperam modelos teóricos díspares, não obstante tangentes, como o da sociolingüística laboviana, do funcionalismo inspirado no trabalho de T. Givón, na pragmática de Stephen Levinson, a par do campo imenso aberto pela análise do discurso (em seus conhecidos ramos: o francês e o anglo-saxão),<sup>11</sup> com significativa presença da semântica argumentativa inspirada no trabalho de Oswald Ducrot e Patrick Charaudeau, entre outros. Já a antiga ordem filológica, que se vira obliterada pelo culto ao formalismo ortodoxo do estruturalismo, volta a respirar maior vigor, renovada em modelos de investigação da língua no texto, a par da retomada dos estudos diacrônicos, agora em novas bases calcadas em *corpora* não literários, sobretudo em fontes documentais que auxiliam na reconstrução da trajetória do português no Brasil. Contribuí, por seu turno, para essa diversificação, uma nova ordem científica, em que a iniciativa pessoal cede espaço para grupos de trabalho organizados em nível nacional, invariavelmente vinculados aos programas de pós-graduação das universidades estatais.

Ao tratar dessa **fase diversificada**, acometem-me as dificuldades próprias de quem visa fazer a história de seu tempo, o que, do ponto de vista epistemológico, haver-se-á mesmo de considerar impossível. Surgem problemas que o olhar recente não resolve, como o de verificar que experiências em articulação constituem efetivo domínio de saber, distinguindo-se de meras experiências passadas. Algumas premissas inarredáveis da práxis historiográfica, como é o caso do *princípio da contextualização* (Koerner, 1995), resultam inaplicáveis, já que a proximidade dos fatos inibe a exata – para não dizer isenta ou imparcial – avaliação do momento político-científico-cultural em que surgem e se disseminam as idéias.

Quando, por exemplo, dirigimos o olhar para a segunda metade do século XIX no Brasil, enxergamos sua *episteme*, que emerge do discurso

---

11 Não discuto aqui, embora seja pertinente, a questão polêmica sobre as relações entre a análise do discurso e a lingüística. No Brasil, inegavelmente, a análise do discurso vem crescendo em grupos sem formação específica na lingüística.



formulado no âmbito das ciências em geral, com identidades claras de princípios, um conjunto de relações que está em todo o discurso científico dessa época. O olhar sobre o passado pode observar essa “fatia de história comum a todos os conhecimentos e que imporia a cada um as mesmas normas e os mesmos postulados, um estágio geral da razão, uma certa estrutura de pensamento a que não saberiam escapar os homens de uma época – grande legislação escrita, definitivamente, por mão anônima” (Foucault, 2000, p.217). O olhar sobre a contemporaneidade, infelizmente, segmenta-se em recortes que deixam o todo invisível.

CAVALIERE, R. A proposal of linguistics studies periodization in Brazil. *Alfa* (São Paulo), v.45, p.49-69, 2001.

- *ABSTRACT: One of the most important tasks the researcher of linguistic historiography must afford in Brazil concerns the establishment of periodization. Not only the periods of more intensive scientific production, but also those in which linguistics and philological works were not so expressive must be recognized as part of a process, so that an actual and exact approach of linguistic thought in Brazil can be made. This paper offers a proposal of periodization that makes reference to all theoretical streams in philological and linguistic works, from the beginning to the present time. Earlier periods, in which the “atmosphere of opinion” can be studied on more reliable basis, deserve more substantive comments. Recent periods, on the other hand, are object of special reference as an evident expression of linguistic knowledge, as well as part of the whole process of continuity and discontinuity that characterises the development of linguistic ideas in Brazil. Its treatment, however, reveals absence of a definite opinion, as a result of the contextualization problems the historiographer faces when dealing with the scientific practice of his time.*
- *KEYWORDS: Historiography; periodization; linguistics and philology in Brazil.*

## Referências bibliográficas

- ALI, M. S. *Dificuldades da língua portuguesa*. 6.ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1966a.
- \_\_\_\_\_. *Gramática secundária da língua portuguesa*. 7.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966b.

- ALI, M. S. *Meios de expressão e alterações semânticas*. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- ANCHIETA, J. de. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Ed. fac-similar. São Paulo: Loyola, 1990.
- BEM VEIGA, A. do. Projeto do estudo da norma lingüística culta em algumas capitais do Brasil. *Littera (Rio de Janeiro)*, n.3, ano I, p.99, 1971.
- CÂMARA JR., J. M. Os estudos do português no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Dispersos (Rio de Janeiro)*, Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de lingüística descritiva*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1973.
- ELIA, S. Os estudos filológicos no Brasil. In: *Ensaio de filologia e lingüística*. Rio de Janeiro: Grifo, 1975.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 6.ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- KOERNER, K. Persistent issues in linguistic historiography. In: \_\_\_\_\_. (Ed.) *Professing linguistic historiography*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3.ed. São Paulo: Unicamp, Pontes, 1997.
- NASCENTES, A. A filologia portuguesa no Brasil. In: *Estudos filológicos*. s.l.: s.e., 1939.
- OITICICA, J. *Manual de análise (léxica e sintática)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1953.
- PEREIRA, C. de A. Uma carta de Mário Barreto ao Prof. Sousa da Silveira. *Alfa-Ômega (Rio de Janeiro)*, n.2, p.9-12, nov.1945.
- REIS, F. S. dos. *Grammatica portugueza accomodada aos principios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica*. 2.ed. revista, corrigida e annotada por Francisco Sotero dos Reis e Americo Vespucio dos Reis. São Luiz: Typ. R. d'Almeida, 1871.
- RANAURO, H. *Contribuição à historiografia dos estudos científicos da linguagem do Brasil*: Silvio Elia e João Ribeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, FEUC, 1997.
- SILVA, M. de C. e. *Sousa da Silveira: o homem e a obra, sua contribuição à crítica textual no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

# A ORDEM VARIÁVEL DO ADJETIVO EM ANÚNCIOS JORNALÍSTICOS DO SÉCULO XIX: UMA QUESTÃO SEMÂNTICO-DISCURSIVA

Ademar da SILVA<sup>1</sup>  
Albano DALLA PRIA<sup>2</sup>

- RESUMO: Neste trabalho, analisamos os adjetivos atributivos em anúncios de jornais paulistas do século XIX para identificar o que determinaria o uso de Adj+N ou N+Adj. Categorias sintático-semânticas sozinhas não explicam tal variação. A correlação entre elas e o contexto discursivo predetermina a escolha de uma posição no sintagma, demonstrando que a posição pós-nominal – típica do adjetivo – é, em alguns casos, relativa.
- PALAVRAS-CHAVE: Anteposição; posposição; adjetivo avaliativo/determinativo/classificador.

## Introdução

As estruturas sintagmáticas N+Adj e Adj+N – *cachorro bonito* e *bonito cachorro* – existem desde os primórdios da língua portuguesa. Ao longo da evolução dessa língua, uma estrutura tem sempre sobrepujado a outra em número de ocorrências, prevalecendo, no século XX, a posposição do adjetivo. Essa variação tem sido estudada por vários gramáticos e linguistas que descrevem, categorizam e apontam algumas causas para a variação do adjetivo no sintagma, sem, contudo, chegar a uma explicação precisa.

---

1 Departamento de Letras Modernas – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

2 Aluno do curso de Letras da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Araraquara – SP.

Achamos que, além das categorias sintático-semânticas, deve haver algo mais no uso dos adjetivos que determina essa variação. Para tentar demonstrar isso, analisamos anúncios de jornais paulistas do século XIX, confrontando-os com dados atuais.

## A ordem variável do adjetivo no sintagma

Segundo Cohen (1979), no português arcaico/médio, por mais de três séculos, a ordem preferencial era Adj+N e, a partir da metade do século XVIII, passou a prevalecer um maior número de posposição:<sup>3</sup>

		Séculos						
		XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
1° texto	anteposição	63%	82%	31%	64%	72%	37%	23%
	posposição	37%	18%	69%	36%	28%	63%	77%
2° texto	anteposição	89%	82%	65%	78%	30%	31%	18%
	posposição	11%	18%	35%	22%	70%	69%	82%

Taxas altas de anteposição no século XIV – 63% e 89% – caem para 23% e 18%, no século XX, tendência que permanece até os dias de hoje, prevalecendo maior ocorrência de N+Adj. A grande quantidade de anteposição até o século XVIII se deve à estrutura SOV em latim, ou seja, operadores à esquerda do núcleo (verbo). Evoluindo, o português fixa modernamente a estrutura SVO, possibilitando a ocorrência de operadores à direita e à esquerda do núcleo da qual a dupla posição do adjetivo é consequência natural.

Na perspectiva tipológica da *Harmonia transcategorial* de Howkins (1982), uma língua com operadores verbais dos dois lados deve ter, no sintagma nominal, operadores pré e pós-nome: Adj+N é harmônico com Suj+V e N+Adj com V+Obj.

Para Kato (1988), que se baseia nessa perspectiva tipológica, o fato de o português admitir construções com verbos impessoais e com sujeito posposto demonstra a maior produtividade da posição pós-verbal preenchida por operadores do que a pré-verbal. Conseqüentemente, a

3 A autora utilizou dois textos representativos de cada século (do XIV ao XX), sem explicitar o tipo. Aproximadamente 150 SNs foram extraídos de cada texto, perfazendo um total de 2.100.

posição pós-nominal é também mais produtiva, o que explica o maior número de adjetivos nela. Os poucos adjetivos que ocupam a posição pré-nominal são do tipo atitudinal, codificando uma opinião do falante.

Além da tendência evolutiva, esses estudos demonstram sintática e quantitativamente o prevalecimento de uma posição, mas os dois usos continuam presentes. Afirmar, portanto, que a anteposição expressa a atitude do falante é uma definição vaga. Uma resposta para isso talvez esteja na liberdade de colocação dos constituintes na sentença do latim clássico, explicitada por Câmara Jr. (1979). Para ele, apesar de “livre”, havia implicitamente dois fatores regendo a colocação: um gramatical, fixo, e outro, livre, fazendo que, na linguagem literária, em nome de motivações estilísticas, estruturas fixas fossem frequentemente substituídas por colocações mais soltas existentes na língua.

Diferentemente do francês, a fixação da ordem das palavras, na evolução do português, não foi tão rigorosa, ficou entre os dois extremos: nem tão rígida nem tão livre, o que é comprovado pela variação dos adjetivos no sintagma. A posposição é a ordem mais comum (menos marcada), porque cumpre o princípio funcional básico do sistema: o máximo valor informativo deve estar no fim dos predicados (núcleos): nominais e/ou verbais. Daí, a maior produtividade de N+Adj (*momento agradável*). Sem essa carga informativa e descritiva (denotativa), a anteposição caracteriza-se como um típico recurso estilístico (conotativo), o que a torna posição mais marcada (cf. Tarallo, 1994). Tal informação adiciona algo mais à nossa busca: além de atitudinal, a anteposição é recurso de estilo em textos literários.

Apesar de as duas possibilidades coexistirem, sabe-se hoje que a colocação do adjetivo não é absolutamente livre, segue alguns princípios explicitados nas subclasses. Para Borba (1996), os classificadores, como um modo de relacionar entidades, são sempre pós-nominais, e os qualificadores, como uma maneira de conceber (apreciar, avaliar, julgar) o mundo, aceitam as duas posições com vários tipos de implicações semânticas. A posposição é denotativa, e a anteposição conotativa (cf. Câmara Jr., 1979).

Para Neves (2000), os adjetivos também podem ser qualificadores e classificadores. Os primeiros são graduáveis e intensificáveis e expressam valores semânticos de modalização (epistêmica e deontica) e de avaliação (intensificação, atenuação, definição). Para a autora, a posição do qualificador não é absolutamente livre e sugere três situações quanto à determinação de sua ordem: (a) **livre** – o mesmo adjetivo pode ocorrer nas duas posições sem alteração de sentido; (b) **fixa** – é obriga-

toriamente anteposto ou posposto; (c) **pertinente** – há alteração de sentido resultante da posição e, nesse caso, a posposição tem valor descritivo e a anteposição apreciativo. Observa que essa posição é comum nas obras literárias pelo grande efeito de sentido (de subjetividade) proporcionado. Cunha & Cintra (1985) e Rocha Lima (1982) referem-se a esse mesmo tipo de texto e de causas para explicar o uso da anteposição. O adjetivo posposto possui valor objetivo, descritivo: *noite **escura**, homem **gordo***, e o anteposto, subjetivo: ***escura** noite, **bela** paisagem*.

Acreditamos que subjacente a esse recurso estilístico de textos literários, mencionado por quase todos os autores, está o contexto discursivo. Ainda que extremamente precisas, as categorias sintático-semânticas sozinhas não explicam a variação dos adjetivos no sintagma nominal. Deve haver uma correlação entre elas e o contexto discursivo na escolha de uma posição.

Como já observado, para tentar demonstrar isso, analisamos anúncios de jornais paulistas do século XIX (de 1828 a 1899).<sup>4</sup> Durante a organização desses anúncios, Guedes & Berlinck (2000) sugerem que, no *corpus* analisado, há uma liberdade quanto ao uso das duas ocorrências do adjetivo no sintagma nominal e, ao contrário de Cohen (1979), um aparente prevalectimento de anteposições. Procurando averiguar essas quantidades e identificar o que determinaria o uso de Adj+N ou N+Adj, analisamos o mesmo *corpus*, confrontando-o com dados atuais e com a categorização que ora propomos.

## Uma proposta de categorização

Pela análise de dados extraídos de textos do século XX (jornalístico, religioso, científico, literário e guia de instrução) e de subsídios da gramática tradicional e da lingüística moderna, chegamos a uma proposta, simples mas abrangente, de categorização sintático-semântica para adjetivos em posição atributiva.<sup>5</sup> Podem ser: **determinativos, avaliativos e classificadores**.

**Adjetivos determinativos** – antepõem-se ao nome, delimitando sua extensão. Assim como os “adjetivos determinativos” da gramática

---

4 Foram extraídos de jornais arquivados em órgãos públicos de São Paulo, Araraquara, Campinas, Jaú, Piracicaba e Ribeirão Preto, e compilados e organizados por Guedes & Berlinck (2000).

5 Esta classificação é resultado do projeto em andamento: *A correlação entre a expressão do adjetivo no grupo nominal do inglês e do português*.

tradicional, esse grupo inclui tanto os que quantificam como determinam o nome, até mesmo porque a idéia de quantificação está relacionada a de determinação. Veja-se o exemplo: "Morte e casamento são quase a **única ligação** entre as suas personagens e o enredo".

**Avaliativos** – têm sua aplicação dependente de julgamento subjetivo.<sup>6</sup> Podem ocorrer **pospostos** ou **antepostos** (*rosto bonito, decadente clube*).

**Avaliativos pospostos** – determinam um subconjunto do conjunto designado pelo nome que lhes precede e expressam propriedade que, no contexto, tem função descritiva. Podem modificar tanto a intensão quanto a extensão do nome. Veja-se *libidinosa* em: "Bruxa" é uma *mulher libidinosa* envolvida com Satanás".

Salientamos que, às vezes, o mesmo adjetivo pode mudar de categoria com a posposição ou vice-versa. Em *um certo relógio*, **certo** é determinativo. Já em *um relógio certo*, é avaliativo posposto.

**Avaliativos antepostos** – tornam-se uma propriedade inerente ao nome, que é tomado por uma propriedade que lhe foi atribuída. Aplicam-se à intensão do nome e, diferentemente dos avaliativos pospostos, **não** determinam um subconjunto do conjunto designado pelo nome. Exemplo: "Era possível amar mesmo nas mais **perigosas circunstâncias**".

**Classificadores** – não expressam propriedade, apenas relacionam entidades, classificando-as. Ocorrem sempre pospostos. Modificam a extensão do nome e, como os avaliativos pospostos, colocam-no numa subclasse, só que, nesse caso, de forma objetiva, por isso são definitórios. Dividem-se em dois grupos: (1) **argumentais** – expressam o que seria o complemento do nome, por isso são interpretativamente argumentais.<sup>7</sup> *florestas tropicais, sudeste asiático*. Nos dois exemplos, estão subjacentes as interpretações: *florestas dos trópicos* e *sudeste da Ásia*; (2) **não-argumentais** – classificam sem possuir interpretação argumental: *mudanças políticas, romance experimental, método formal, holocausto nuclear*.

---

6 A subjetividade está presente na língua como um todo. Quando dizemos que o uso do adjetivo **avaliativo** depende de um julgamento subjetivo, fazemos referência à afetividade que há por parte do falante, relacionada ao conjunto de crenças, valores, opiniões e registro do que ocorre no mundo objetivo (cf. Borba, 1996).

7 Menuzzi (1992) afirma que alguns adjetivos comportam-se "interpretativamente como NPs argumentais" (p. 151) e, como o português lineariza seus argumentos à direita do núcleo, esses adjetivos ficam impossibilitados de ocorrer antes do nome.

## Análise

No século XIX, os anúncios jornalísticos do Estado de São Paulo tinham a função de divulgar produtos, eventos ou serviços:

1 – Vende-se uma **bonita parelha** de *cavallos mansos* (sic)<sup>8</sup> para carro; para ver e tratar no Largo de São Francisco, ferrador. (1879:417)

Os dados **bonita parelha** e *cavallos mansos*, prototípicos das principais ocorrências no *corpus*, revelam a convivência das duas estruturas Adj+N e N+Adj. Todavia, após quantificarmos os SNs dos 783 anúncios, encontramos maior ocorrência de posposições, confirmando a constatação de Cohen (1979) para o século XIX:

Estruturas	Nº de SNs
Adj+N	912 (45,55%)
N+Adj	1090 (54,45%)
Total de SNs	2002

No entanto, a proximidade do número de anteposições (912) ao de posposições (1090) é fato que não se pode ignorar.<sup>9</sup> Deve haver algo que motive a escolha de uma posição em detrimento da outra e as categorizações semânticas não dão conta de explicá-las totalmente.

Essa aproximação existe nos textos literários do século XX<sup>10</sup> porque esse tipo de discurso favorece explorar as relações de subjetividade do uso lingüístico no qual o adjetivo tem papel central. Visto que parte dos anúncios do *corpus* analisado tem a finalidade de enfatizar para o leitor a qualidade da coisa anunciada, a função expressiva da linguagem está em jogo e o enfoque sobre o adjetivo anteposto talvez contribua para realçar a propriedade subjetiva que expressa.

8 As transcrições dos anúncios, em Guedes & Berlinck (2000), conservam o padrão ortográfico do século XIX. Para evitar a repetição de "sic", salientamos que fizemos o mesmo nos dezesseis exemplos apresentados.

9 Guedes & Berlinck (2000) não operaram quantitativamente, por isso o aparente prevailecimento de anteposições por elas sugerido se deva, talvez, a essa proximidade.

10 No projeto em andamento: "A correlação entre a expressão do adjetivo no grupo nominal do inglês e do português", constatamos que, quantitativamente no português do século XX, prevalece o adjetivo posposto (72,70%), mas que, dependendo do tipo de texto, essa porcentagem pode variar. Nos textos literários, o número de anteposições (46,64%) se aproxima do número de posposições (53,36%). Ao contrário do que ocorre nesse tipo de discurso, que privilegia a subjetividade, e, portanto, a anteposição do adjetivo, em discursos jornalísticos e científicos, nos quais a objetividade é priorizada, os dados apresentam um número maior de adjetivos **classificadores**.



Dentre os anúncios, foi possível destacar três grupos: **compra, venda e divulgação de produtos em geral, informações gerais** (*oferta de serviços, achados e perdidos, eventos, mudança de endereço e cobranças*) e **compra, venda e fuga de escravos**.

### Compra, venda e fuga de escravos

O objetivo desses anúncios é, simplesmente, descrever os escravos. Quando se trata de fuga, retratam de maneira neutra e real suas características para fins de identificação. Veja-se o exemplo:

1 – Em Novembro de 1825 fugio desta Cidade ... uma *escrava parda* de nome Maria ... terá a idade de 22 annos, *estatura ordinaria*, clara, *cabellos apertados*, *testa pequena*, *sobrancelhas negras* e carregadas sobre os *olhos negros*, *nariz meio afilado*, *boca pequena*, **bons dentes**, e claros: uma **pequena grossura** no lado do pescoço ... *peitos pequenos*, *barriga elevada*, *pernas finas* ... levou saia, e *baeta azul*, *camizas e vestidos brancos*, *baeta preta* ... Quem d'ella lhe der noticia ... receberá trinta mil réis de alviçaras. (1828:360)

Note-se que os adjetivos em itálico são avaliativos pospostos. Nesse tipo de anúncio, destaca-se a supremacia de N+Adj em relação à forma Adj+N, que ocorreu duas vezes (**bons dentes** e **pequena grossura**). Essa amostra revela o ocorrido nos cem textos:

Posição	Categoria	Nº de ocorrências	%
Anteposição	Avaliativo Ant.	37	8,93
	Determinativo	44	10,62
Posposição	Avaliativo.Posp.	306	73,92
	Classificador.	27	6,53
Total		414	100,00

Encontramos 81 (19,55%) adjetivos antepostos e 333 (80,44%) pospostos. Como a posposição está mais relacionada à descrição, torna-se uma posição privilegiada e o número de avaliativos pospostos se sobrepõe com 306 casos.

Além dos avaliativos pospostos, foi encontrada uma pequena quantidade de classificadores (27), em geral da nação de origem do escravo: *nação Benguella* (1828:360), *nação Mussanbique* (1828:359), *nação munjollo* (1828:362).

Excetuando-se 44 ocorrências de determinativos: **diferentes** *padrões* (1870:282), *unicos depositarios* (1899:271), **ultimos** *figurinos* (1899:275), os 37 casos de anteposições se referem a avaliativos antepostos, ou seja, a uma propriedade que se quer enfatizar. Veja-se *bom* em: **bons** *dentes* (1828:360); **bom** *carreiro* (1872:289); **boa** *dentadura* (1872:289); **bom** *padeiro* (1830:377); **boa** *gratificação* (1853:390). É comum esse adjetivo ocorrer anteposto nesses anúncios. Tem a finalidade de se referir a uma propriedade individual, inerente e não temporária do nome que modifica. Já em:

2 – VENDE-SE Cinco *escravos bons* e acostumados á lavoura (1879:433),

a intenção é destacar uma subclasse. Dentre os escravos, os que estão sendo vendidos são bons para o trabalho. A anteposição de outros adjetivos, além de *bom*, nesses anúncios, é mais comum quando se trata de venda e se quer valorizar o produto:

3 – Ama de leite ... precisa-se de uma **boa** *ama*, sadia e com **abundante** *leite*, captiva ou liberta. Paga-se **bom** *ordenado*, mas exige-se sem filho (1879: 412).

## Compra, venda e divulgação de produtos em geral

Esses anúncios têm por objetivo aguçar o interesse do consumidor. Para tanto, apresentam, descrevem e enfatizam as qualidades do produto. Nos 309 anúncios, as duas posições são bem recorrentes, mas o número de anteposições – 464 (54,72%) – supera o de posposições – 384 (45,28%):

Posição	Categoria	Nº de ocorrências	%
Anteposição	Avaliativo Ant.	390	46,00
	Determinativo	74	8,72
Posposição	Avaliativo.Posp.	264	31,13
	Classificador.	120	14,15
Total		848	100,00

A estratégia de enfatizar as propriedades do produto, atribuindo-lhe uma notoriedade, realiza-se por meio de avaliativos antepostos. Veja-se o exemplo:

4 – Vende-se uma **excelente** *chacara* em um dos melhores arrabaldes da cidade, tendo um **lindo** *sobrado* para residencia, com **extenso** *quintal*, sendo parte do quintal ... e *outra parte* constando de **grande** *pasto*. Vende-se só a chacara

e vende-se também com mais tres casas ao lado que dão **bons** *alugueis*, á vontade do comprador... (1879:426)

A anteposição contribui de maneira significativa para a função expressiva (conativa) do anúncio. Não é apenas uma *chácara excelente* que está à venda, mas uma **excelente chácara**. Pela anteposição do adjetivo, o nome *chácara* é tomado por sua propriedade. **Lindo, extenso, grande e bons** são propriedades que, a partir de um ponto de vista, tornam-se inerentes ao produto.

O mesmo se aplica ao exemplo (3). Não se anuncia uma ama-de-leite qualquer, mas uma **boa ama** com **abundante leite** e por isso paga-se um **bom ordenado**. Vejam-se outros exemplos:

5 – ... a **verdadeira** *Maravilha* do Seculo XIX!! Os *sabios estudos* de muitos anos e as *sucessivas experiencias* do **ilustrado e inteligente** senhor M. Morato... (1889:440)

6 – ... Este **prodigioso** *producto* da *mechanica* é superior ... basta-nos lembrar o **imenso** *sucesso* que acaba de obter nos Estados Unidos... (1889:443-5-6)

7 – ... os **habeis** *professores* Alberto Neute e Gabriel Franzen

8 – ... *machinas* de *costura* dos **afamados** *auctores*. (1887:438)

Embora haja valorização do produto via avaliativos antepostos, os anúncios mantêm o caráter descritivo, o que justifica o número de avaliativos pospostos não ser tão inferior ao de antepostos. Note-se o traço descritivo dos avaliativos pospostos (em itálico) no anúncio que segue:

9 – ... tem algumas *capoeiras*, e o mais tudo é *matto virgem* ... tem *aguas abundantes*, e altas, e aptas por isso para todo o genero de *Engenhos* ... tem *Engenho* de *agua-ardente*, e *alambique bom* ... Vende-se esta propriedade com seis *escravos bons* ... (1828: 353)

Às vezes, um mesmo adjetivo aparece ora posposto ora anteposto, explicitando as diferenças de sentido resultantes das trocas de posição:

10 – João Francisco Espingardeiro tem um sortimento de *espingardas* de um **novo** *systema* chamado *Pistão* cuja superioridade é incontestavel a respeito das de *pedra* – Tambem poem as de *pedra* ao *systema novo*. (1828:361)

Quando o anunciante opta por *systema novo*, refere-se àquele que passou a existir, dentre os sistemas. Isso se explicita na relação com o sistema de *pedra*. Já o *novo systema* possui individual e inerentemente a propriedade de “ser novo”. Não é relacional e não se insere em nenhu-

ma subclasse como o *systema novo*. O mesmo se aplica aos exemplos seguintes:

- 11 – ... acaba de receber um *grande sortimento* de meias francesas. (1853:394)
- 12 – ... Uma *carroça grande* com 3 *animaes excellentes*. (1889: 262)
- 13 – Vende-se por *modico preço*, n'esta cidade, uma casa de telha.... (1879:458)
- 14 – Animaes de sella para aluguel ... no Hotel Ovidio, a *preço modico*. (1897:314)

Dentre os antepostos, há 74 casos de adjetivos determinativos: **ultimo** vapor (1874:298); **unica** garantia (1889:447); **diversos** arvoredos (1879:458). Entre os pospostos, há 120 classificadores: *junta central* de *hygiene publica*. (1879:423); *charutos bahianos* (1899:350); *governo imperial* (1879:413).

Às vezes, a troca de posição implica mudança de categoria. Em *governo imperial*, o classificador *imperial* é interpretado como “do império” e coloca *governo* numa classe objetivamente. Já em: “publico desta *imperial cidade* (1853:394)”, tem-se uma cidade que não é necessariamente a “do império” e que *imperial*, neste contexto, significa *importante, relevante*. É, portanto, avaliativo.

### Informações gerais

O objetivo desse tipo de anúncio é chamar a atenção do leitor para um determinado evento ou serviço (viagens, leilões, mudanças de endereço, empregos, achados e perdidos):

- 15 – COM URGENCIA Precisa-se de um *bom copeiro*, para casa de familia, que tenha *comportamento affiançado*; trata-se na Ladeira Porto Geral número 2. (1879:427)

A semelhança com os de compra e venda se reflete no número de ocorrências. Em 374 anúncios, houve 373 (50,40%) casos de posposição e 367 (49,60%) de anteposição:

Posição	Categoria	Nº de ocorrências	%
Anteposição	Avaliativo Ant.	268	36,22
	Determinativo	99	13,38
Posposição	Avaliativo.Posp.	208	28,10
	Classificador.	165	22,30
Total		740	100,00

Como nos anúncios de compra e venda, o maior número de avaliativos antepostos (268) resulta, muitas vezes, do recurso de enfatizar as propriedades do evento ou serviço anunciado. Vejam-se os adjetivos em negrito:

16 – HOTEL ... abre-se no dia 15 do corrente, um **grande** hotel ... tendo **excelentes** *commodos* para passageiros ... **optimo** *cosinheiro* e um copeiro que falla francez ... Tem alem disso dois **bonitos** *carros*... (1872:292)

O tom descritivo permeia os 208 casos de avaliativos pospostos (*manchas* **amarellas**, *capada* **curta**, *notícia* **exata**, *cantores* **exaltados** (1880:463). Os números de adjetivos determinativos e classificadores mantêm-se constantes em relação aos outros tipos de anúncio.

## Conclusão

No total de anúncios jornalísticos paulistas do século XIX prevalecem as posposições (54,45%).<sup>11</sup>

A interação entre uma categorização sintático-semântica e diferentes tipos de discursos resultou em variações quantitativas e qualitativas entre os anúncios: (a) nos referentes a compra, venda e fuga de escravos prevalecem as posposições (80,45%), destacando-se os avaliativos pospostos (73,92%); (b) nos de compra, venda e divulgação de produtos prevalece a anteposição (54,72%), destacando-se os avaliativos antepostos (46,00%); (c) nos informativos prevalece a posposição (50,40%), destacando-se os avaliativos antepostos (36,22%).

Os dados demonstram que a posição pós-nominal – típica do adjetivo – é relativa. Dependendo do contexto discursivo, perde espaço para as anteposições. Portanto, tal variação está vinculada à classe do adjetivo e ao tipo de discurso no qual se insere. É ele que, no momento da enunciação, vai definir a escolha do falante pelo valor objetivo (denotativo) / subjetivo (conotativo) expresso pelo adjetivo. Em suma, articulação entre discurso e características sintático-semânticas do adjetivo predetermina o seu uso no sintagma.

---

11 Embora nossa análise se limite aos anúncios de jornais paulistas do século XIX, é possível inferir que o mesmo padrão de ocorrência desses constituintes se confirme para os demais estados como também para anúncios do século XX.

SILVA, A. da, DALLA PRIA, A. Variable order of adjective in newspaper advertisements in the 19<sup>th</sup> Century: a semantic-discursive issue. *Alfa (São Paulo)*, v.45, p.71-83, 2001.

- **ABSTRACT:** *In this paper, we analyse the attributive adjectives in advertisements found in the 19<sup>th</sup> Century newspapers of cities of the State of São Paulo in order to identify what would determine the use of Adj+N or N+Adj. Syntactic-semantic categories by themselves do not explain such variation. The interaction between them and the discursive context predetermine the choice of a position in the phrase, which demonstrates that the typical post-nominal position of the adjective is, in some cases, relative.*
- **KEYWORDS:** *Postposition; anteposition; evaluating/determining/classifying adjective.*

## Referências bibliográficas

- BORBA, F. S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.
- CÂMARA JR., J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- COHEN, M. A. O posicionamento do adjetivo no sintagma nominal português. *Centro de Estudos Portugueses da Faculdade de Letras da UFMG*. Belo Horizonte, v.12, p.58-62, 1979.
- CUNHA, C., CINTRA L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- GUEDES, M., BERLINCK, R. de A. (Org.) *E os preços eram commodos... anúncios de jornais brasileiros – Século XIX*. São Paulo: Humanitas-Publicações FFLCH-USP, 2000. (Série Diachronica, v.2).
- \_\_\_\_\_. A ordem variável do adjetivo no SN: análise de “jornalísticos textos paulistas” do século XIX, 2000. (Mimeogr.).
- HOWKINS, J. A. Cross-category, X-bar and the predications of markedness. *Journal of Linguistics*, v.18, p.1-35, 1982.
- KATO, M. A. A sequência Adj+N em português e o princípio da harmonia trans-categorial. *Letras & Letras*, v.4, n.1-2, p.205-13, jun.-dez. 1988.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 22.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.
- MENUZZI, S. M. *Sobre a modificação adjetival do português*. Campinas, 1992. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

TARALLO, F. *Tempos lingüísticos – Itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1994.

# LINGÜÍSTICA



# REPRESENTATION OF IDENTITIES AND THE POLITICS OF REPRESENTATION IN COGNITION

Kanavillil RAJAGOPALAN<sup>1</sup>

- **ABSTRACT:** In this paper, I make a plea for viewing representation as first and foremost a political matter. I argue that by so doing we may avoid the many of pitfalls of contemporary theories of cognition as they attempt to tackle the issue of representation. Most of these problems have to do with the fact that representation is treated exclusively as a mimetic or theatrical question. The fact of the matter is however that representation also has a political dimension. Indeed it has always had this political dimension which, counterintuitive though it may seem at first glimpse, manifests itself even in very the attempt to aestheticise the whole issue of representation (as in some versions of postmodernism) or to deny its role altogether as a *tertium quid* between the external world and the cognising mind (as in contemporary neo-pragmatism). I also contend that, by recognising the political nature of representation, we also pave the way for endorsing the thesis that the mind is a social construct, thereby taking some steam out of the thesis of "mind-brain identity" (so-called "identity theory of mind").
- **KEYWORDS:** Cognition; representation; politics; realism; idealism; ideology; anti-representationalism.

## Objectives

In this paper, I shall make a case for the politics of representation as an essential preliminary step towards a theory as to how human agents

---

<sup>1</sup> Departamento de Linguística – Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp – 13081-970 – Campinas – SP. rajan@iel.unicamp.br.

come to cognise the external world. My starting assumption is best summed up in the following words of Ian Hacking (1983, p.132): "Human beings are representers. Not *homo faber*, I say, but *homo depictor*. People make representations". There is, however, an important proviso that I would suggest. It is that depiction is one form of doing; so that the apparent stand-off between *homo faber* and *homo depictor* is more a matter of focus than of mutual exclusion. If I am right in my claim, it will have the consequence that the individual's comprehension of the world "out there" is always already moulded by the collective, societally constructed 'world-view' which is itself the product of the multiplicity of political and ideological interests that inform the process of representation.

Succinctly put, my thesis is the following. Representation is a process shot through with political connotations. And, like politics, representation is a public, not private, affair. Evidently, my thesis flies in the face of a number of deeply entrenched dogmas about representation. For instance, it defies the assumption tacitly still held by many researchers in cognitive science and artificial intelligence that man is essentially an automaton, a sophisticated computer and that the human mind is nothing but a complex software (or a "wetware", as some describe it, to highlight its physiological moorings). The reason why the analogy breaks down is that computers are a-political, but man, by his very nature, isn't. Another dogma that my claim calls into question is the view that the community or the social set-up of which the individual is a part plays little or no role in the way she forms her mental representations of the world. This is so because, being public, what determines the content of representations is not the individual mind that is supposedly free to filter the input it receives in either idiosyncratic (relativism) or predetermined (transcendentalism) ways, but the community at large that creates perceptual moulds such as myths, mores, cultural stereotypes, role models, taboos, prejudices etc. (What guarantees community membership is, to a considerable extent, the individual's success in assimilating the publicly available representations that together constitute the community's world-view.) Finally, the thesis about the political nature of representation will put a damper on the time-honoured dispute between the upholders of epistemological realism and the advocates of idealism. Naïve realism will be shown to be inadequate to the extent political considerations are claimed to decisively affect our perception of mind-external reality and idealism's insistence on the independence of the individual mind – what the English philosopher Ryle (1949) pooh-poohed as the "ghost in the machine" –

will be countered by the claim of public availability as the hallmark of all representations.

## **Cognition and the nature of representation**

Researchers working in the field of cognition – and this includes those who follow the mainstream computational approach as well as the advocates of the contending connectionist programme – have long advanced their theoretical claims on the strength of the assumption that cognition is fundamentally a matter of operating mental entities that in turn represent real world entities. Differences of opinion mostly have to do with the exact nature of representation – for instance, whether it is resemblance (similarity) that explains it or some sort of covariance. Of course one should be wary about making sweeping generalisations here. “Cognitivism, like life and pasta, comes in a bewildering variety of forms”, as Andy Clark reminded us not very long ago (Clark, 1989, p.9). I shall, however, assume that, by and large, cognitivists agree that our knowledge of the external world is somehow mediated by the representations we make of it – a view rejected downright by pragmatists (more on this below).

Representing an object involves, among other things, distinguishing it from the other objects in the perceptual/cognitive field and delineating its contours. While this may turn out to be a relatively easy matter when one is thinking in terms of primary, concrete objects, problems of all sorts crop up as attention is turned to abstract, second-order objects that figure prominently as we start theorising about the universe. As a matter of fact, it is arguably the case that the vast majority of the objects that we represent to ourselves are abstract entities. What makes them abstract is the fact that they have already been through successive cognitive operations in the past. None of them is, in other words, “raw” or “cognitively innocent”. So pervasive (and, at the same time, ever so elusive!) is this phenomenon that one may even begin to wonder if the so-called “concrete” objects that the cognising mind apprehends are not, after all, the products of a steady process of naturalisation which is itself an ideologically mediated form of representation. And, as far as the cognising mind is concerned, there is no principled way of making a distinction between an (highly) abstract object such as, say, a theory of cognition itself and, say, any of the humdrum material objects within the immediate visual range.

## **Toward a preliminary characterisation of the politics of representation**

Politics, like ethics to which it is subordinated, involves the exercise of choice. And choice in turn implies the existence of a hierarchy of values. The wide-spread perception that Nature knows no ethics is predicated on the belief that in nature there are only facts, no values. To claim, therefore, that representation is a political process is to claim that representation is culturally mediated and that it involves choices that attend to specific interests. It is also a claim to the effect that our apprehension of the world of reality is never a matter of simply forming mental images (or whatever) of entities that exist independently of us, but positing entities that serve some ulterior interests, often unbeknownst to ourselves. That is to say, ideology plays an important part in the way we construe our material world. Furthermore, many – perhaps most, if not all – of these interests are fabricated by the society in which we live, so that what they attend to is more appropriately characterised as a set of “wants” rather than “needs”. Where ideology steps in is in the all-too-familiar process of putting a veneer of immediacy and spontaneity over these wants so that they appear to be deeply embedded needs. In our post-modern times, the omnipresence of marketing has made a complete mockery of the distinction between wants and needs which much of the economic thinking of the 19<sup>th</sup> and early 20<sup>th</sup> Centuries took for granted.

Politics of representation is also meant to underscore the impossibility of approaching the very issue of representation except from a political perspective. In other words, the political dimension is inalienable. And this has consequences even for the thesis of anti-representationalism. Anti-representationalism, it turns out, is one way in which the politics of representation can be carried to fruition. Anti-representationalism portrays (or, equivalently, *represents*) the time-honoured thesis of representationalism (along with the entire metaphysics that traditional philosophy has bequeathed to us) as politically uncongenial to our interests. To say this is not to engage in a purely verbal quibble. Note that, when contemporary pragmatists reject representationalism, they are not doing so on what would be a self-defeating claim to the effect that anti-representationalism is a *better* or *more accurate* account of how we interact with the external world. Their claim of the superiority of anti-representationalism over, say, orthodox truth-condi-

tional theories of meaning is that it is more conducive to our well-being, thanks to its capacity to rid us of a number of insoluble problems of our own making *viz*, those that stem from the assumption that language presents the truth about the world by representing it faithfully or corresponding to it. The ultimate appeal of anti-representationalism lies in its exhortation to *choose* what is to our best interest. It represents our relation to the world we live in as one of what we make of it rather than what it happens to be independently of our volition. *Anti-representationalism is thus representationalism understood in its inalienable political dimension.*

### **A prima facie case for the politics of representation**

Perhaps the most pressing argument for the political nature of representation is that it provides a neat framework for explaining the phenomenon of *misrepresentation* - long recognised as a persistent problem for theories of representation. Cummins (1989) argues that both similarity theories and covariance theories of representation are hard put to it to account for radical misrepresentation. On the other hand, Apperly & Robinson (1998) point out that, by denying a concrete, causal link between the external world and the mind, representationalism explains how the mind is endowed with the faculty of imagination - misrepresentation being the price-tag that comes with it.

What makes misrepresentation intractable and ultimately unaccountable for in many theoretical orientations is that it is tacitly assumed that in representation the default case is realistic representation. A case in point is Searle's thesis (1979) that the key to fictionality is "pretending" which in effect denies that fiction can represent anything at all, except through some devious manoeuvres. According to Searle, then, fiction is one form of misrepresentation. Prevarication is another (Searle explicitly rejects the "common misinterpretation" of Plato, according to which Plato thought fiction consisted of lies). Searle does not go into the specific question as to why people care for fictional discourse at all - except for the rather evasive remark that "there is no simple or even single answer to that question" (Searle, 1979, p.74). Searle does mention, *en passant*, that an important work of fiction conveys a "message" or "messages" which are conveyed *by* the text but are not *in* the text (*ibidem*).

The claim that representation “normally” works realistically is far from clear. For one thing, there is the obvious issue as to whether such a representation of how representation works is to be itself taken as true to an independently existing reality “out there”. Hacking (1983, p.139) gives the following argument against assuming that representation is normatively tied to reality.

If reality were just an attribute of representation, and we had not evolved alternative styles of representation, then realism would be a problem neither for philosophers nor for aesthetes. The problem arises because we have alternative systems of representation.

It is precisely because there are alternative forms of representation – which in turn implies the permanent need to *choose* between them (together with all its political and ethical implications) – that representation is an eminently political process.

At this stage, it may be useful to recall that politics itself appeared for the first time as a question of representation. As Žižek (1998) reminds us politics began when in ancient Greece members of the *demos* – people who had no fixed place in the prevailing social hierarchy – presented themselves as the representatives, i.e., those who could speak on behalf of the whole society. In other words, there is nothing natural or transparent about representation. The right to represent has to be fought for and earned. Nor is representation necessarily fair or just – as the model Athenian democracy with its notorious exclusion of women and slaves demonstrated, and, indeed, as the ongoing debate over the true representative status of each of the member states in world bodies such as the UN attests to.

The reason why the political dimension of representation frequently goes unnoticed is that researchers all too often work on the tacit assumption that cognition (and hence, *a fortiori*, categorisation) begins where perception ends. Or, alternatively, it is often claimed that there can be no more to perception than what is what is in some sense anticipated by conception – percepts without concepts are blind, as Kant famously put it. Radical innatists, who take the cue from Kant, insist that perception begins where cognition (and, hence categorisation) ends. What radical empiricists and radical rationalists share is the common belief that perception and conception never interact the idea that the two may in fact turn out to be intertwined has been suggested in the literature but so far the view has not carried the day. The claim has re-

cently been reiterated by Schyns & Oliva (1999). Likewise, claims for hybrid models – where perception and conception work hand in hand – have also been made also by Goldstone & Barsalou (1998), Sloman & Rips (1998). These claims were of course foreshadowed by Piaget and his constructivist approach to cognition.

It is fairly easy to see that constructivist approach to cognitive development in general and the more recent connectionist programme of cognition that lends it some further credibility (cf. Elman et al., 1996 – but also Marcus, 1998, for a contrary view) have a direct bearing on the claim of the political nature of representation. Because what is being claimed is that categorisation is based on both perceived similarities and rule-like semantic representations and that, furthermore, this process is continuous and cumulative – which is the hall-mark of all political activity. Being a political activity, the process of representation cannot but be dynamic. It has also been suggested in the literature that categorisation may not be, when all is said and done, reducible to a single process – uniform across the board, and that there may in fact be several distinct categorisation strategies at work in human cognition (cf. Smith et al., 1988). Once again, we have here a claim which sits perfectly well with a political view of the problem of representation.

### **Politics of representation and its implications for the metalanguage of cognitive science**

Like all other sciences, the science of cognition too appeals to a metalanguage in order to talk about its object of investigation: mind and its workings. Investigators often nourish the hope that the metalanguage they employ will, ideally, represent the different objects in their field of enquiry in a value-neutral manner. Many cognitive scientists simply take it for granted that there is a discretely identifiable object called the human mind (*res cogitans*); most of them also proceed on the tacit assumption that the mind is located in the brain. The so-called identity-theory of mind further stipulates that a statement about the mind is referentially identical to a statement about a certain neurophysical state. If representation is a politically mediated matter, then it would follow that it cannot be the product of isolated grey matter located in the individual's brain. Politically mediated representation is only possible in a publicly accessible space. The individual's mind is, by

contrast, a black-box inaccessible to public inspection and, for all we know, even to private introspection most of the time.

Politics of representation thus defies a major postulate of most of the contemporary approaches to cognition *viz.*, that cognition is largely the work of the individual mind in isolation and either located in or indistinguishable from corresponding brain-states. Among the most renowned advocates of such radically alternative conceptualisations of the human mind is the Chilean biologist Humberto Maturana (*passim*, but especially, Maturana & Varela, 1988). Maturana has over the years forcefully made a case for thinking of the mind as a collective endowment of the humankind, or, at the very least, as something that is jointly nurtured by humans through contact with one another, rather than individual isles, isolated from one another except for the presence of universally available (and, by implication, ethically neutral) faculty of language.

Finally, the thesis of representation also has important consequences for the way we think of scientific theories. After all, what else are new theories if not new representations of reality? And, as philosophers of science have long told us, new representations are proposed in order to better satisfy felt needs and alleviate anxieties generated by the particular socio-historical set of circumstances we find ourselves in. Theories are in this sense our best answer to the world of (often) harsh reality around us; they are also the best political solution we can come up with in order to cope with the anxieties and riddles we encounter in our work-a-day world.

## **Acknowledgements**

A version of this paper was presented as part of the opening remarks of a panel entitled "Cognition, Identity, and the Politics of Representation" coordinated by the author during the 7<sup>th</sup> International Pragmatics Conference (IprA) held in Budapest, Hungary, in July 2000. I wish to thank the Fapesp (Process n.00/02434-8) for meeting my traveling expenses, enabling me to participate in the event. I am also grateful to the CNPq for financing my research (Process n.306151/88-0).



RAJAGOPALAN, K. Representação das identidades e política de representação em cognição. *Alfa (São Paulo)*, v.45, p.87-96, 2001.

- *RESUMO: Neste artigo, defendo a idéia de que a representação é principalmente uma questão política. Estabeleço uma argumentação de que, assumindo tal posição, podemos evitar muitas das armadilhas das teorias contemporâneas de cognição em sua tentativa de atacar a questão da representação. Muitos desses problemas estão relacionados ao fato de que a representação é tratada exclusivamente como uma questão mimética ou teatral. A questão é que a representação também tem uma dimensão política. De fato, ela sempre teve essa dimensão política que, por mais contraintuitiva que possa parecer à primeira vista, manifesta-se até mesmo na própria de conferir um caráter estético a toda a questão da representação (como em algumas versões do pós-modernismo) ou de negar seu papel completamente como um tertium quid entre o mundo exterior e a mente cognitiva (como no neopragmatismo contemporâneo). Além disso, também discuto que, ao reconhecer a natureza política da representação, preparo o caminho para apoiar a tese de que a mente é um construto social, sofrendo daí uma certa influência da tese da "identidade da mente e do cérebro" (conhecida como "teoria da identidade da mente").*
- *PALAVRAS-CHAVE: Cognição; representação; política; idealismo; ideologia; anti-representacionalismo.*

## References

- APPERLY, I. A., ROBINSON, E. T. Childrens mental representation of referential relations. *Cognition*, v.67, n.3, p.287-309, 1998.
- CLARK, A. *Microcognition: Philosophy, Cognitive science, and Parallel Distributed Processing*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1989. 218p.
- CUMMINS, R. *Meaning and Mental Representation*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1989. 149p.
- ELMAN, J. L. et al. *Rethinking Innateness: A Connectionist Perspective on Development*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1996. 232p.
- GOLDSTONE, R. L., BARSALOU, L. W. Representing perception and conception. *Cognition*, v.65, n.2-3, p.231-62, 1998.
- HACKING, I. *Representing and Intervening*. Cambridge: CUP, 1983. 149p.
- MARCUS, G. F. Can connectionism save constructivism? *Cognition*, v.66, n.2, p.153-82, 1998.

- MATURANA, H., VARELA, F. I *The Tree of Knowledge*. Boston: New Science Library, 1988. 246p.
- RYLE, G. *The Concept of Mind*. Oxford: Clarendon, 1949. p.210.
- SCHYNS, P., OLIVA, A. Dr. Angry and Mr. Smile: when categorisation flexibly modifies the perception of faces in rapid visual presentations. *Cognition*, v.69, n.3, p.243-65, 1999.
- SEARLE, J. R. The logical status of fictional discourse. In: SEARLE, J. R. *Expression and Meaning*. Cambridge: CUP, 1979. p.58-75.
- SLOMAN, S. A., RIPS, L. J. Similarity as an explanatory construct. *Cognition*. v.65 n.2-3, p.87-101, 1998.
- SMITH, E. et al. Alternative strategies of categorisation. *Cognition*, v.65, n.2-3, p.167-96, 1988.
- ZIZEK, S. A leftist plea for Eurocentrism. *Critical Inquiry*, v.24, n.4, p.988-1009, 1998.

# A VARIÇÃO DA CONCORDÂNCIA VERBAL EM TEXTOS ESCOLARES ESCRITOS

Wagner Ferreira LIMA<sup>1</sup>

- RESUMO: Trata-se de um breve estudo sociolinguístico sobre a regra de concordância verbal em redações de alunos de 8ª série de uma escola estadual de Assis – SP. Neste estudo, destacamos os fatores que influem na variação negativa da concordância verbal e sugerimos alguns procedimentos pedagógicos para solucionar tal problema.
- PALAVRAS-CHAVE: Variação linguística; produção textual; concordância verbal.

## Introdução

O presente estudo examina o problema da variação da regra de concordância verbal em redações escolares. O emprego da concordância verbal, como se sabe, está em variação no português falado do Brasil, pois um mesmo falante pode fazer uso alternado entre formas com e sem o emprego da concordância, ocasionalmente na mesma sentença e até com o mesmo verbo. Mas, observando os textos escolares, detectamos a ocorrência de muitos verbos sem marca de plural em contextos de aplicação da regra.

A ocorrência dessas formas verbais não flexionadas em textos escritos caracteriza o chamado fenômeno de “marcas de oralidade na es-

---

<sup>1</sup> Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas – Universidade Estadual de Londrina – UEL – 86051-990 – Londrina – PR. wflima@hotmail.com.

crita", ocasionado pela transferência direta de estruturas da fala para a expressão escrita. Acreditamos que esse fenômeno acontece porque, apesar de conhecer a norma lingüística padrão e saber que o texto escrito exige o emprego dessa norma, as crianças estão de tal maneira condicionadas no uso de uma variedade lingüística não-padrão que tendem a reproduzir vez e outra as formas dessa variedade em suas redações.

Nesse sentido, dado que o uso de formas não-padrão para a concordância verbal é condicionado por fatores lingüísticos constantes e regulares, supomos que a forma de organização do texto escrito favorece a atuação de alguma das variáveis que, na fala, concorrem para a não-aplicação da regra, apesar da forte pressão exercida pelo estilo da modalidade escrita no processo redacional.

A fim de aprofundar um pouco mais nossa reflexão sobre essa suposição, empreendemos uma análise das ocorrências verbais com sujeito em terceira pessoa do plural, aplicando o instrumental teórico-descritivo da sociolingüística variacionista. Tentaremos interpretar os resultados fornecidos por essa análise quantitativa em relação à forma de expressão escrita, procurando mostrar o comportamento das variáveis que atuam no processo de variação no âmbito do texto escrito.

## **Análise de concordância verbal de número**

### **Caracterização do problema de concordância verbal em redações**

A concordância verbal é uma variável tanto social quanto estilística. Isso pode ser verificado pela constatação de um padrão regular de emprego dessa variável no desempenho lingüístico dos falantes, que é fruto das restrições determinadas quer pela classe social quer pelo grau de formalidade da situação interlocutiva. O índice de marca explícita de plural no verbo é maior na fala de membros procedentes das classes sociais mais favorecidas do que no discurso oral de falantes de grupos socioeconomicamente menos favorecidos. Por sua vez, a taxa de concordância verbal nos enunciados lingüísticos é maior numa conversa de negócios entre executivos numa empresa do que numa conversa sobre futebol entre esses mesmos executivos num bar.

O aumento da taxa de emprego da concordância, contudo, é proporcional à frequência de uso da regra na fala casual dos indivíduos distribuídos por classes sociais em direção a circunstâncias formais de uso da

língua. Assim, dado que em seu vernáculo a concordância verbal é realizada por um número maior de variante explícita de plural, os membros das classes mais elevadas tendem a concordar mais consistentemente o verbo com o sujeito em situações de fala formais do que os indivíduos das camadas mais baixas da sociedade, cujo emprego da regra no desempenho lingüístico formal é, de modo geral, apenas esporádico.

Uma das explicações possíveis para essa disparidade social no uso de formas verbais padrão é a de que os indivíduos das classes média e média-alta começam a manipular mais cedo essas variantes, dado que sua forma de socialização se dá praticamente por meio dessa linguagem. Os integrantes das classes populares, por sua vez, só tomariam contato com essa variedade lingüística de prestígio muito mais tarde na escola, quando o processo de socialização básico já teria se cumprido mediante formas lingüísticas estigmatizadas. Além disso, por vontade inconsciente de preservar sua identidade cultural com o grupo social de que procede, indivíduos dessa última classe resistiriam a fixar a variedade expressiva padrão, já que esta encerra valores da classe dominante, e a empregá-la consistentemente em situações formais de interlocução na sociedade (Labov, 1974, p.66-7).

Por isso, é natural que as crianças dos grupos menos favorecidos variem negativamente em seu desempenho lingüístico muito mais que os alunos pertencentes às classes dominantes. E que, conseqüentemente, seus textos escritos apresentem mais formas estigmatizadas que os textos produzidos por crianças que convivem num ambiente regido predominantemente pela linguagem padrão.

A produção de textos na escola já constitui um exercício de variação estilística da linguagem. Como se sabe, a redação é uma situação artificial de uso da língua, pois, dado o caráter coercitivo da escola, o aluno escreve para seu professor e não para seus amigos de grupo e sabe que nessa atividade o que está em jogo é a avaliação de sua linguagem. Por isso, há uma tendência natural de a criança procurar usar em suas redações as formas lingüísticas de prestígio ensinadas na escola, com o fim de corresponder às expectativas do seu professor.

Mas apesar da pressão da escola, as redações escolares continuam apresentando variantes estigmatizadas de concordância verbal, ainda que em proporções menores que a da fala. Além da questão social, que aponta para o forte condicionamento do vernáculo apesar da imposição da norma pedagógica, parece que a forma de organização da linguagem escrita favorece em algum aspecto a permanência dessas variantes nas redações.

Assim, dado que a variação sociolingüística é determinada por fatores que atuam associadamente para o uso de uma ou de outra variante, a forma de produção do texto escrito apresenta circunstâncias concretas que favorecem o não-emprego da regra de concordância verbal, mesmo com a coerção do ambiente escolar.

Parece, assim, que a principal circunstância refere-se aos procedimentos estilísticos mais comuns nessa modalidade como: uso de períodos mais longos e complexos para transmitir as idéias, intercalação de material interveniente entre o sujeito e o verbo, empregos de orações subordinadas adjetivas, enfim as operações discursivas naturalmente utilizadas no texto escrito, mas não tão usadas na expressão oral.

A questão da influência social no ensino e uso da língua é fundamental para explicar o processo de variação lingüística no desempenho verbal das crianças na escola. Mas, com respeito à variação no âmbito da modalidade da expressão escrita, o fator social parece não ter muito peso explicativo, uma vez que no ato da produção escrita mesmo uma criança que manipula a linguagem não-padrão tem todas as possibilidades de concordar o verbo com o sujeito. Por causa da propriedade de permanência dos signos gráficos, que é uma condição específica de produção do código escrito, a linguagem escrita permite não só uma análise mais consciente das formas de expressão, mas, sobretudo, a revisão dos enunciados grafados no papel, possibilitando a correção das variantes não-padrão para a concordância verbal. Na fala informal, pelo contrário, esse procedimento é quase impossível, em razão de suas condições típicas de produção, como as trocas rápidas e superpostas dos turnos de fala, que incitam à concisão e à brevidade da expressão verbal; a efemeridade do som vocal, que se perde imediatamente após o seu devir; e, principalmente, as limitações da memória temporária, que, com a atuação da variável posicional, prejudicam a percepção da identidade do "plural" entre o núcleo do sujeito e o verbo.

Nesse sentido, se, por um lado, suspeitamos que a forma de organização da escrita favoreceria a variação negativa da regra, apesar da atuação da variável social, por outro suspeitamos também que o recurso a essa propriedade ajudaria a solucionar essa questão da variação lingüística no domínio do texto escrito.

## **Objetivos**

A fim de verificar mais de perto essa implicação entre a variação de regra de plural no verbo e a modalidade da linguagem escrita, traçamos

como objetivo dessa discussão o entendimento dos fatores que regem o uso dessa regra nas redações de um grupo de crianças de 8ª série de uma escola pública de Assis – SP. Portanto, descreveremos as variáveis lingüísticas que hipoteticamente favorecem (não favorecem) o emprego da regra, verificando o comportamento dessas variáveis no domínio específico do texto escrito.

Nossa hipótese central é de que a realização da regra gramatical depende do grau de impacto dos efeitos perceptuais com que ela se materializa: saliência fônica, linearidade do elo entre determinante e determinado, destaque do traço de pluralidade etc.

Contudo, visto que o texto escrito pressiona a variação positiva da regra, aumentando a frequência de variantes padrão para a variável dependente, acreditamos que certos grupos de fatores terão mais significância para a não-aplicação da regra que outros, também hipotetizados como responsáveis pela variação, e que esse fato deve ser visto como o efeito das próprias condições de produção e estilo do texto escrito sobre as variáveis lingüísticas.

Visamos com essa discussão sistematizar alguns princípios teórico-descritivos sobre a variação da concordância verbal no texto de alunos do 1º grau, que venham servir de subsídio pedagógico para os professores ginasiais.

### **Pressupostos teóricos: o modelo da sociolingüística variacionista**

A análise é feita com base nos princípios básicos da teoria da variação ou sociolingüística variacionista, desenvolvida pelo americano William Labov. Essa teoria funda-se sobre o pressuposto fundamental de que a variação é uma condição inerente à própria natureza da língua. Dado que serve de instrumento de comunicação e interação social, é natural que a língua sofra as pressões decorrentes da própria heterogeneidade social, caracterizada pela coexistência de diferentes classes sociais e pelos distintos graus de contato intergrupual das diversas subcomunidades. A variação, portanto, não é um fenômeno ocasional, mas um processo sistemático, caracterizado por padrões regulares e constantes de comportamento lingüístico.

Um conceito básico importante para entender o funcionamento da estrutura sociolingüística e para formalizar a variação é o conceito de *regra variável*. Para a sociolingüística, a organização de uma língua se dá não só pelo concurso de regras categóricas que obrigam o falante a

usar categoricamente certas formas – a casa – e não outras – casa a – (Naro, 1992, p.17), mas também pela concorrência de regras cuja aplicação ou não está sujeita a restrições contextuais lingüísticas ou extralingüísticas. Estas são as chamadas regras variáveis.

A regra variável é, por assim dizer, uma extensão da regra opcional<sup>2</sup> formulada pelo gerativismo, mas não se identifica completamente com esta. A regra opcional tem sido vista apenas como modo alternativo de se dizer uma mesma coisa. Por isso, ela não supõe nenhuma explicação acerca de o fato da opção poder estar sujeita à atuação de fatores lingüísticos ou sociais, deixando escapar, portanto, a variação sistemática e a informação de como os elementos da descrição estrutural podem favorecer ou inibir a aplicação da regra (Scherre, 1978, p.10). A regra variável, pelo contrário, supõe todas essas implicações teóricas e descritivas.

A formalização desse sistema de regras variáveis tem sido feita com base num modelo metodológico estatístico. Esse método consiste em associar a cada regra uma quantidade, que indica a probabilidade de sua aplicação. Sem entrar em pormenores a respeito desse modelo de descrição, o emprego da regra variável, com suas respectivas restrições, é representado assim:

$$X \rightarrow \langle Y \rangle / \langle \text{traço } i \rangle \langle \text{traço } j \rangle \langle \text{traço } k \rangle [\text{traço } z],$$

onde  $X$  é reescrito, “variavelmente”, como  $Y$  no contexto representado pelos traços  $i, j, k$  e  $z$ . As restrições são caracterizadas pelos traços ou fatores presentes no contexto, indicados na notação pelos parênteses angulares, e  $[Z]$  é o traço mínimo requerido para que a regra se aplique (Scherre, 1978, p.11). Assim, em uma variável, a quantidade é entendida como a probabilidade de a regra se aplicar em presença de determinados fatores.

---

2 Para a formalização do aparente “caos” da fala, Labov (apud Scherre, 1978, p.9) formulou o importante conceito de “regra variável”, a partir das colocações chomskianas a respeito dos tipos de regras gerativas. Com efeito, a gramática gerativa postula a existência de duas espécies de regras: as obrigatórias e as opcionais. “Dada uma seqüência de elementos, com uma descrição estrutural satisfatória, uma regra obrigatória é a que necessariamente se aplica a essa seqüência e uma opcional é a que pode ou não se aplicar” (Chomsky, apud Scherre, 1978, p.9). Assim, por exemplo, o cancelamento de sujeitos idênticos constitui uma regra obrigatória em português, ao passo que o cancelamento de sujeito dentro de uma sentença consiste numa regra opcional.

A partir da estrutura 1:

1. *Eu* (SNI) *quero* / *eu* (SNI) *sair da sala*.

geramos a estrutura 2 mediante a aplicação de uma regra obrigatória:

2. *Eu quero* ( $\Phi$ ) *sair da sala*.

E, a partir de 2, geramos 3 pela aplicação da regra opcional:

3. ( $\Phi$ ) *Quero sair da sala*.



Inferimos desse modelo de formalização da regra as duas noções operacionais básicas bem conhecidas na literatura variacionista: as variantes e as variáveis. As variantes são "as diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade" (Tarallo, 1986, p.8). O conceito de variável, por sua vez, se bifurca em variáveis dependentes e variáveis independentes. A variável dependente representa o traço lingüístico que está em variação na língua, que pode manifestar-se sob um conjunto de variantes; já as variáveis independentes correspondem aos traços contextuais que restringem o emprego de uma ou de outra variante para uma determinada variável dependente. Na reescritura da regra variável anterior, a variante é representada pelo colchete; a variável dependente, pelo primeiro parêntese angular à esquerda da barra; e as variáveis independentes, pela seqüência de parênteses angulares à direita.

Como vimos, a variação é regida por um conjunto de restrições, constituídas tanto por variáveis lingüísticas como por variáveis extralingüísticas ou sociais. As primeiras são representadas pelos fatores que atuam no contexto lingüístico de realização da regra, tais como segmentos fonológicos precedentes e seguintes, categorias morfológicas, posições sintáticas, traços semânticos etc. As variáveis sociais são constituídas pelas forças que pressionam a variação provenientes da estrutura social.<sup>3</sup>

Dado que a cada ocorrência da regra variável corresponde, como contexto de sua aplicação (ou não-aplicação), um conjunto de fatores associados, constituído de um fator de cada uma das variáveis consideradas, o peso de cada fator nesse contexto é medido mediante a aplicação de cálculos quantitativos.

Esse tratamento estatístico é realizado por meio de cálculos computacionais fornecidos pelo programa VARBRUL 2. Trata-se de um programa que pressupõe uma interação multiplicativa entre os diversos fatores e dá a probabilidade de aplicação da regra para cada fator. Os resultados

---

3 Os fatores sociais que pressionam a diversidade lingüística são de três ordens: o *geográfico*, que influi na divergência lingüística de comunidades de diferentes regiões do território nacional; o *social*, que condiciona a divergência lingüística entre diferentes subgrupos de uma mesma comunidade local, sendo fatores distintos a estratificação social, o sexo, a faixa etária, o grau de escolaridade, a ocupação profissional, o interesse em preservar a identidade cultural pelas características lingüísticas; e, finalmente, o *registro de uso*, que determina a diversidade lingüística pelo nível de formalidade em que é usada a língua de acordo com o tipo de situação comunicativa, numa gama que vai desde o mais coloquial ao mais formal.

numéricos fornecidos por esse cálculo revelam, por assim dizer, o padrão estatístico da variação de uma determinada regra gramatical.

É, portanto, com base nesse modelo teórico-descritivo que propomos analisar a variável “concordância verbal”, focalizando as variáveis lingüísticas que atuam na variação. Não trataremos, portanto, das variáveis sociais para não expandir a discussão em direção a questões ideológicas e culturais, o que levaria à abrangência do tema, prejudicando a unidade deste trabalho.

### **Fonte dos dados analisados**

As construções que analisamos fazem parte de um *corpus* constituído de 301 ocorrências verbais em situação de variação. Essas estruturas foram extraídas de 110 redações de alunos pertencentes às 8<sup>as</sup> séries diurnas de uma escola pública de Assis – SP, a EEPPG Francisca Ribeiro Mello Fernandes, localizada na periferia da cidade.

Do *corpus* coletado, destacamos todos os casos de verbos com sujeito na terceira pessoa do plural e testamos os efeitos probabilísticos das variáveis lingüísticas sobre as formas às quais a concordância poderia ter sido aplicada.

### **Análise das variáveis**

Observando as estruturas verbais do *corpus*, identificamos três grupos de fatores que poderiam estar atuando no processo de variação da regra de concordância verbal e testamos seus efeitos probabilísticos sobre a regra. Os grupos de fatores são os seguintes:

a) *Variável morfológica*: fundada na hipótese de uma interdependência entre o grau de saliência fônica da oposição entre a forma verbal do singular e a do plural e a probabilidade de emprego da forma verbal com a marca de plural. Supomos, aqui, que a maior perceptibilidade do efeito material da regra facilitar-lhe-ia o uso. A uma escala dessa espécie corresponderia, portanto, uma escala crescente de probabilidade de uso de formas plurais. A subclassificação dos verbos usados para testar essa hipótese foi a seguinte:<sup>4</sup>

---

4 Alguns exemplos que se seguem foram extraídos do texto de Miriam Lemle (1978) citado no presente trabalho.

- i. Classe *come* – *comem* (B): o plural difere do singular apenas pelo acréscimo de nasalidade à vogal átona final.
- 1. *...as pessoas comem só se alguém lhe der algum alimento...*
  - ii. Classe *fala* – *falam* (N): o plural difere do singular por mudança da qualidade vocálica e acréscimo de nasalidade à vogal átona final.
- 2. *Os outros falam que os jogadores jogam por dinheiro...*
  - iii. Classe *faz* – *fazem* (V): o plural difere do singular pela adição de um segmento vocálico nasalizado.
- 3. *...faz dois anos que ele é usuário.*
  - iv. Classe *está* – *estão* (M): o plural difere do singular na qualidade vocálica e presença de nasalidade; a posição do acento tônico coincide com a da marca número-pessoal.
- 4. *Esses prefeitos eles não estão nem aí...*
  - v. Classe *foi* – *foram* (Z): caso único.
- 1. *As coisas foram ficando cada vez mais...*
  - v. Classe *é* – *são* (T): caso único.
- 1. *Muitos brasileiros são explorados ...*
  - v. Classe *vai* – *vão* (W): caso único.
- 7. *...esses vão ter pelo menos uma coisa útil...*
  - vi. Classe *melhorou* – *melhoraram* (K): pretéritos perfeitos regulares – desinências inteiramente distintas, ambas acentuadas.
- 8. *Agora em 1998 os times da copa melhoraram...*
  - vii. Classe *soube* – *souberam* (Y): pretéritos perfeitos irregulares – acento tônico na raiz para o singular, e na desinência para o plural.
- 9. *Souberam que ele tinha morrido...*

b) *Variável posicional*: baseada na suposição de uma correlação entre a posição do sujeito relativamente ao verbo e a probabilidade de aplicação da regra. Identificamos os seguintes subfatores:

- i. Sujeito imediatamente anteposto ao verbo (A).
- 9. *Os desempregados passam por grandes apertos...*
  - i. Sujeito posposto ao verbo (P).
- 9. *Eu queria que acontecesse coisas maravilhosas.*
  - i. Sujeito anteposto separado do verbo por 1 a 5 sílabas (G).
- 9. *...as jóias do rei havia sido roubadas...*
  - i. Sujeito oculto (O).
- 9. *Dois meses depois foram despejados...*
  - i. Sujeito representado por relativo (R).
- 9. *...as pessoas que para nos faróis.*

c) *Variável sintática*: pressupondo que há um paralelismo entre a aplicação da regra e a natureza simples ou composta do sujeito. A sub-classificação dos casos foi a seguinte:

- i. Sujeito simples (S).
- 9. ...e enquanto isso eles continuam na mesma.
  - i. Sujeito composto (C).
- 16. Um dia Marcos e Rodrigo pegou ele na sua casa...

A partir desses grupos de fatores lingüísticos, temos a Tabela 1:

Tabela 1 – Exemplo de codificação dos dados

Forma verbal	Aplicação da regra	Natureza do sujeito	Posição	Classe morfológica
<i>Fizeram</i>	0	/	/	<b>Y</b>
<i>Foram</i>	0	S	O	<b>K</b>
<i>Pegou</i>	1	C	A	K
<i>Continuam</i>	0	S	A	N
<i>Acontecesse</i>	1	/	P	B
<i>Para</i>	1	/	R	N
<i>Faz</i>	1	/	P	V
<i>Estão</i>	0	S	G	M
<i>São</i>	0	S	A	T
<i>Vão</i>	0	S	A	W

O símbolo representado por / (barra) indica que o fator não exerce influência no contexto de aplicação da regra, isto é, o fator é nulo. Por isso seu valor não figura na tabela.

Submetemos, então, as variáveis à quantificação a fim de obtermos a freqüência e o peso relativo de cada fator. Aplicamos os cálculos computacionais de quantificação de fatores fornecidos pelo programa VARBRUL 2 e obtivemos a Tabela 2.

A Tabela 2 apresenta os resultados relativos às variáveis lingüísticas fornecidos pelo programa VARBRUL 2 para um *corpus* constituído de 410 casos de ocorrências verbais em situações de aplicação da regra. Os resultados numéricos obtidos revelaram que o programa não considerou como significativo para a variação da concordância verbal o terceiro grupo de fatores, e, conseqüentemente, como significativos os grupos de fatores 1 e 2. No processo de quantificação dos dados, estes últimos são representados pela variável posicional e pela variável sintática, enquanto aquele é indicado pela variável morfológica.

Tomamos, portanto, os números relativos às variáveis 1 e 2 como base de referência para interpretação dos dados. Os números decimais representam índices de probabilidade de aplicação da regra, as quantidades entre 0 e 0,50 indicam que o fator em questão desfavorece o em-

prego da regra, quantidades entre 0,60 e 1 indicam que o fator favorece a aplicação da regra, e quantidades entre 0,20 e 0,60 indicam o efeito neutro do fator.

Tabela 2 – Índice de frequência e de probabilidade de aplicação de concordância verbal para as variáveis morfológicas, posicional, sintática e semântica

	Descrição		Exemplos	Código	Frequência e probabilidade de aplicação
<b>Grupo</b> de fatores morfológicos	Acento na raiz		<i>come-comem</i>	<b>B</b>	26/39 = 67% <b>0,24</b>
			<i>fala-falam</i>	<i>N</i>	115/139 = 83% <b>0,57</b>
			<i>faz-fazem</i>	<i>V</i>	16/19 = 84% <b>0,48</b>
	Acento na desinência	Fusão de raiz e desinência	<i>vai-vão</i>	<i>W</i>	3/4 = 75% <b>0,25</b>
			<i>está-estão</i>	<i>M</i>	12/17 = 71% <b>0,42</b>
			<i>foi-foram</i>	<i>Z</i>	18/21 = 86% <b>0,58</b>
			<i>é-são</i>	<i>T</i>	12/14 = 86% <b>0,56</b>
		Desinências segmentáveis	<i>melhorou-melhoraram</i>	<i>K</i>	29/33 = 88% <b>0,61</b>
			<i>soube-souberam</i>	<i>Y</i>	6/7 = 86% <b>0,23</b>
<b>Grupo</b> de fatores posicionais	Sujeito anteposto		10	<i>A</i>	120/131 = 92% <b>0,70</b>
	Sujeito posposto		11	<i>P</i>	16/28 = 57% <b>0,18</b>
	Sujeito separado		12	<i>G</i>	20/29 = 69% <b>0,11</b>
	Sujeito oculto		13	<i>O</i>	54/56 = 96% <b>0,79</b>
	Sujeito representado por relativo		14	<i>R</i>	21/42 = 50% <b>0,13</b>
<b>Grupo</b> de fatores sintáticos	Sujeito simples		15	<i>S</i>	123/136 = 90% <b>0,60</b>
	Sujeito composto		16	<i>C</i>	17/24 = 71% <b>0,10</b>

Ao examinarmos os números da Tabela 2, notamos que nenhum índice decimal expressa um peso relativo para os fatores menor que 0,10. Esse fato é natural porque os números descrevem o comportamento da

variável dependente no âmbito do texto escolar escrito e não no campo da fala informal. Provavelmente, se tivéssemos trabalhado com gravações, focalizando o estilo não cuidado da língua, teríamos para o menor peso relativo valores muito mais baixos, talvez entre 0 e 0,5.

Esse fato influi diretamente sobre as hipóteses já lançadas. A consideração dos grupos de fatores 1 e 2 como significativos e a automática desconsideração do terceiro grupo sugerem que as variáveis orientadas para a sintaxe são mais relevantes para a variação do uso da concordância do que a variável pautada pela proeminência física da marca de plural.

Durante a investigação dos fatores que concorrem para a aplicação (ou não-aplicação) da regra, hipotetizamos que o maior grau de saliência fônica da marca de número-pessoal favoreceria o uso da concordância verbal. Essa suposição foi inspirada na hipótese da saliência fônica lançada originalmente por Liliam Lemle (1978, p.87) em seu trabalho sobre a regra de concordância verbal na fala dos mobralenses. Nessa pesquisa ela testou um grupo de fatores morfológicos semelhante ao nosso. Os resultados obtidos para esses fatores apontaram para uma escala crescente de pesos relativos que corrobora a hipótese aventada, segundo a qual haveria um paralelismo entre a hierarquização do grau de saliência fônica da oposição singular/plural e a hierarquização dos índices de probabilidade de concordância.

No entanto, testando esses fatores com os verbos do nosso *corpus* não obtivemos o mesmo padrão numérico. Pela Tabela 2 percebemos que os pesos relativos dos fatores testados não obedecem a uma escala crescente, paralela à hierarquia do grau de saliência fônica da oposição singular/plural da classe dos verbos. Os valores estão dentro da faixa entre 0,20 e 0,60, o que indica a neutralidade dos fatores no contexto de aplicação da regra.

Outra evidência que indica a incoerência entre a hipótese e a sua verificação empírica é dada pela proximidade do valor probabilístico dos fatores. De acordo com a hipótese aventada, fatores que deveriam apresentar valores opostos, por se situar em pontos distantes da escala de saliência, apresentam pesos praticamente iguais. Esse é o caso dos fatores N – Z/T, cujos valores são 0,57 – 0,58/0,56, respectivamente.

Mas também convém ressaltar que essa incoerência é ocasionada, em parte, pelo baixo número de ocorrências de certos fatores. É o caso dos fatores W e Y, que apresentaram quantidades aquém da expectativa, 0,25 e 0,23, respectivamente; a probabilidade aguardada para o fator Y acima de 0,60. Não obstante esse incidente, esses números não influem no resultado da análise como um todo.

Dada a não-confirmação dessa hipótese, não temos condições de tirar conclusões pedagógicas consistentes sobre a variável morfológica. O que podemos dizer é que em nosso *corpus* essa variável não teve maior importância na variação da regra de concordância verbal. Acreditamos que isso se deve ao fato de que na escrita a criança está um pouco mais concentrada na forma como ela se expressa, de modo que ela tende a flexionar muito mais o verbo, sobretudo nos contextos em que o sujeito está imediatamente anteposto a ele. Na fala, contudo, por causa da informalidade, a criança usa a língua de forma inconsciente, de modo que as formas menos salientes de marcação de plural não são normalmente pronunciadas.

Já os resultados obtidos para as variáveis posicional e sintática revelam escalas numéricas coerentes com as hipóteses aventadas. Com respeito ao grupo de fatores posicionais, os números indicam que a posição mais favorável à explicitação da concordância é aquela em que o sujeito está oculto (0,79) ou imediatamente antes do verbo (0,70); a posição menos favorável é a do sujeito anteposto porém distante do verbo (0,11) e a do sujeito representado por relativo (0,13); e, em nível intermediário, o caso em que o sujeito está posposto ao verbo (0,18).

Essa escala sugere para os fatores A, G e P que a ligação expressa pela concordância entre um elemento determinante (o nome) e um termo determinado (o verbo) é mais fácil de ser estabelecida quando o determinante antecede o determinado do que quando ele o precede, e tanto mais fácil quanto menor for a distância entre os dois. Do ponto de vista do processamento das conexões semanto-sintáticas, essa escala de fatores reflete graus de complexidade na manutenção da identidade gramatical do verbo com o sujeito, no processo de linearização das unidades semânticas.

A regra de concordância verbal pode ser entendida como um caso de redistribuição de unidades semânticas no plano da expressão. Segundo Chafe (1979), a simbolização das unidades do plano semântico não se dá de forma direta e imediata, mas é mediada por processos pós-semânticos, que podem alterar ou não a configuração semântica original. Entre esses processos encontra-se o da concordância:

As vezes, a unidade [semântica] não é suprimida de sua posição original, mas simplesmente copiada em outras posições e, dessa forma, ocorre mais de uma vez na representação de superfície. Os processos responsáveis por tal redistribuição são caracteristicamente os chamados de *concordância*. (Chafe, 1979, p. 51)

No plano semântico, a noção "plural" recai originalmente sobre o elemento determinante e só após a aplicação do processo pós-semântico de cópia é que ela reflete sobre o elemento determinado. Acreditamos que esse processo de redistribuição de noções gramaticais é favorecido pela percepção da identidade gramatical entre o elemento determinante e o elemento determinado. No plano da expressão, essa percepção é facilitada quando o determinante, que traz originalmente a marca de plural, é disposto antes e imediatamente próximo do termo determinado. Assim, a noção de plural tende a ser copiada no verbo. De outro modo, a percepção da conexão gramatical entre determinante e determinado é dificultada quando as duas condições, anteposição e proximidade, forem violadas, tal como sugerem os números da Tabela 2 para os fatores G e P.

Podemos explicar também os números dos fatores R sob essa linha de raciocínio. Acreditamos que o sujeito representado pelo relativo *que* desfavorece a aplicação da regra porque é uma forma que não reflete a marca de plural do nome a que se refere anaforicamente, assim como fazem os seus equivalentes *os quais* e *as quais*. Dessa forma, dada a sua interrupção pelo uso do pronome anafórico não-flexionável *que*, a percepção da identidade de número-pessoal entre o sujeito da oração principal e verbo da oração subordinada adjetival é dificultada, aumentando a probabilidade para a não-flexão do verbo.

Finalmente, a probabilidade alta de emprego da regra obtida para o sujeito pode ser interpretada como consequência de uma pressão compensatória para restabelecer uma conexão semântica que poderia ficar perdida, prejudicando a comunicação. Portanto, trata-se aqui de uma exigência do próprio sistema funcional da língua, pois o apagamento da unidade semântica no plano de expressão requer necessariamente a manutenção nesse plano de um segmento que identifique a unidade não explicitada.

Quanto à última variável considerada, os resultados obtidos para os subfatores expressam também índices significativos para a variação, corroborando nossa suposição de que haveria uma correlação entre o caráter numérico do sujeito e a probabilidade de aplicação da regra: o sujeito simples obteve uma marca de 0,60 e o sujeito composto 0,10. Portanto, quando a noção de plural se concentra num único núcleo, há uma pressão positiva para a concordância verbal; em contrapartida, quando essa noção não é explicitada lingüisticamente mas é inferida da soma de dois ou mais núcleos, essa pressão aumenta em favor da não-aplicação da regra.



A explanação que fizemos da atuação das variáveis lingüísticas sobre a variação do uso da regra nos permite tirar algumas conclusões relevantes para o ensino da língua materna. Os índices revelam que as crianças continuam variando negativamente a concordância verbal na expressão escrita da língua e que essa variação é pressionada, sobretudo, pelo condicionamento dos fatores sintáticos.

Nesse sentido, acreditamos que a forma de organização da linguagem escrita favorece a atuação desses fatores. Como vimos antes, do ponto de vista estilístico, a expressão escrita se distingue da fala informal por certos traços formais, tais como maior freqüência de uso de períodos complexos, maior ocorrência de orações intercaladas entre o sujeito e o verbo e, conseqüentemente, de emprego de relativos etc. Assim, o processo de apagamento das marcas de plural no verbo é mais fácil de ocorrer sob a influência dessas condições do que sob a ação de quaisquer outras, como a saliência fônica e o caráter definido da referência expressa pelo sujeito.

Apesar dessas condições, os números obtidos para as variáveis sintáticas não deveriam se justificar no âmbito do texto escrito, senão pela transgressão da propriedade de permanência dos signos gráficos. Essa propriedade confere ao produtor a possibilidade de voltar algumas linhas atrás em sua redação e revisar o que acabou de escrever, corrigindo as ocorrências das variantes não-padrão para a concordância verbal.

Esse fato deve influir na forma de o professor interpretar os “erros” de concordância verbal nos textos de seus alunos. Os “erros” identificados não devem ser interpretados categoricamente como fruto da ignorância dos alunos sobre as formas de concordância verbal, já que eles sabem flexionar qualquer classe de verbos, mas sim como produto do condicionamento de fatores sintáticos. Portanto, antes de emitir qualquer parecer sobre a competência das crianças em flexionar os verbos, convém ao docente analisar antes os contextos lingüísticos reais em que aparecem as formas verbais em situação de aplicação da regra.

Uma proposta de solução para esse problema de variação lingüística na escrita requereria, portanto, uma atividade de conscientização dos alunos sobre dois objetos distintos, porém interdependentes, a variável posicional e a característica específica da escrita. O professor demonstraria, em princípio, aos alunos como os fatores sintáticos agem sobre a variável dependente em causa, pressionando a não-aplicação da regra; e, posteriormente, como a revisão da redação é um meio eficiente de eliminar as variantes estigmatizadas que ocorrem no texto. Acreditamos que a freqüência relativamente alta de verbos sem marca

de plural em redações escolares implica menos a ignorância sobre a gramática da norma padrão do que o pouco-caso que a criança faz do que ela escreve.

## Considerações finais

Pudemos comprovar com a discussão proposta aqui que os alunos variam negativamente a regra de concordância verbal no âmbito das redações escolares. Os resultados numéricos da análise quantitativa revelam que essa variação é condicionada, principalmente, por variáveis de ordem sintática, que representam a situação do sujeito em relação ao verbo.

Ora, acreditamos que o fato de esses grupos de fatores sintáticos exercerem ainda grande influência na variação da concordância verbal é favorecido também pelas circunstâncias de estilo do código escrito: períodos longos, frases intercaladas entre o núcleo do sujeito e o verbo, o alto número de relativos representados *que* etc.

Sugerimos, portanto, que os professores atentem para as condições específicas de produção da modalidade da escrita quando considerarem os problemas de variação lingüística nas redações de seus alunos. Pois, muitas vezes, esses variam negativamente em razão do condicionamento das variáveis sintáticas, que têm nas circunstâncias de expressão escrita um forte aliado. Por sua vez, o professor poderá aproveitar outras condições do texto escrito, como a propriedade de permanência dos signos gráficos, para condicionar as crianças ao hábito de revisar sua redação, o que permitiria reduzir bastante a frequência de variantes não-padrão para a expressão da variável dependente em causa.

LIMA, W. F. Verbal concord variation in written school texts. *Alfa* (São Paulo), v.45, p.97-113, 2001.

- **ABSTRACT:** *This work is a brief sociolinguistic study on the verbal concord rule in eighth-graders essays from a State school in Assis (São Paulo State). The factors which influence on the negative variation of the verbal concord are emphasized and some pedagogical procedures to solve such a problem are suggested.*
- **KEYWORDS:** *linguistic variation; text production; verbal concord.*

## Referências bibliográficas

- CHAFE, W. L. Outros processos pós-semânticos. In: \_\_\_\_\_. *Significado e estrutura linguística*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979. p.51-5.
- LABOV, W. Estágios na aquisição do inglês *standard*. In: FONSECA, M. S. V., NEVES, M. F. (Org.) *Sociolingüística*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974. p.49-85.
- LEMLE, M. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. *Revista Tempo Brasileiro (Rio de Janeiro)*, v.53-54, p.60-94, 1978.
- NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M. C. (Org.) *Introdução à sociolingüística variacionista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. p.17-25. (Cadernos Didáticos UFRJ).
- PÉCORA, A. Problemas de coesão textual. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de redação*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p.47-68.
- SCHERRE, M. M. P. Fundamentos teóricos e metodológicos. In: \_\_\_\_\_. *A regra de concordância de número no sintagma nominal em português*. Rio de Janeiro, 1978. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica.
- TARALLO, F. A variável e as variantes lingüísticas. In: \_\_\_\_\_. *A pesquisa sociolingüística*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1986. p.8-11.

# RINDO DAS PIADAS, MANIPULANDO A LÍNGUA

Luciani Ester TENANI<sup>1</sup>

- RESUMO: Neste artigo, ao explicitar, por meio de análise em domínios prosódicos, os mecanismos fonológicos presentes em textos chistosos, argumenta-se que a dupla segmentação de uma mesma cadeia fônica envolve operações epilingüísticas que ultrapassam o nível da palavra e exigem a descoberta da ambigüidade sintática. A análise dos chistes ainda revela não só uma estratégia de dizer o que é proibido socialmente (sexualidade, racismo), mas também o trabalho do sujeito que opera com sua própria língua, que não é um “código perfeito”, mas um sistema heterogêneo que participa de um conjunto maior de instrumentos de significação.
- PALAVRAS-CHAVE: Discurso; heterogeneidade; sujeito; língua; fonologia; acento.

## Introdução

Tomar piadas como objeto de análise lingüística implica assumir como tarefa a explicitação dos mecanismos lingüísticos que são acionados por esses textos. A análise apresentada visa explicitar a complexidade de informação lingüística necessária à captura de múltiplas possibilidades de interpretação de pequenos textos chistosos, bem como de interpretações que se mostrariam como mais salientes quando relacionadas à veiculação de discursos proibidos.

---

<sup>1</sup> Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários - IBILCE - UNESP - 15054-000 - São José do Rio Preto - SP. lutenani@lev.bilce.unesp.br.

O objetivo deste trabalho é, mais especificamente, pôr à mostra os recursos de natureza fonológica que sustentam o efeito de humor das piadas, buscando argumentar que, ao fazer uma ou outra análise do enunciado, informações sobre a proeminência relativa das sílabas, não apenas no domínio da palavra, mas também no domínio da sentença, devem ser consideradas, juntamente com as propriedades entoacionais do enunciado, para se chegar a uma segmentação e a uma possível distribuição de proeminências associadas à veiculação do discurso proibido. Nos chistes selecionados, tais informações, que chamo de “prosódicas”, constituem o gatilho que permite a passagem de um *script* para outro, ou de um discurso para outro.

Dado tal objetivo, inicio a análise pelo jogo entre as proeminências das sílabas das seqüências (acento primário *versus* acento secundário), mostrando, por meio de grades métricas, que interpretar uma piada ou adivinha exige a descoberta de uma nova relação de proeminência na segmentação alternativa, a qual, por sua vez, está relacionada a diferentes domínios prosódicos, tais como palavra fonológica ( $w$ ), frase ou sintagma fonológico ( $\phi$ ), frase entoacional ( $I$ ).

Ao fazer uma análise focalizando tanto a grade métrica quanto os domínios prosódicos, defendo que a possibilidade de duas segmentações de uma mesma cadeia fônica (mecanismo básico dos chistes analisados) põe à mostra a competência prosódica dos ouvintes e “contadores” de textos chistosos. Assim, rindo das piadas/adivinhas, o leitor/ouvinte manipula a língua, interagindo/construindo (com) os sentidos dos discursos que perpassam os textos.

O fato de a dupla segmentação de uma mesma cadeia fônica estar presente nos textos chistosos revela, portanto, não só uma forma de dizer o que é proibido socialmente (sexualidade, racismo), mas também a dificuldade/habilidade do sujeito em operar com sua própria língua, que não é um “código perfeito”, mas cheio de “armadilhas”.

Revela-se aí o trabalho do sujeito com a língua. E, por meio da análise lingüística dos mecanismos fonológicos presentes nos textos chistosos, argumento a favor da concepção de sujeito defendida por Possenti (1988, 1996) que pode ser, resumidamente, formulada como: “o sujeito não sabe tudo, sabe menos do que pensa, desconhece o que parece controlar, mas revela, nas formas da heterogeneidade mostrada, que detém um certo saber” (Marques, Brunelli & Possenti, 1998, p.123).

Finalmente, por meio dessa argumentação, passo a discutir a noção de língua com que devemos operar quando é reconhecida a ambigüidade constitutiva da estrutura lingüística.

## Acento de frase e estratégias de veiculação de sentidos

Os dois chistes que se seguem permitem observar as possibilidades de segmentação de uma mesma cadeia fônica ao se manipular quer a localização dos acentos na seqüência quer diferentes tipos de proeminências das sílabas (acento de palavra fonológica ou de frase entoacional).

1. Qual o nome do Viagra em japonês?
  - Ajinomoto. (*age no morto*)
2. O que o ajinomoto falou para a ajinomota?
  - Vamo(s) ajinomato?

As duas adivinhas exploram as possibilidades de segmentação da palavra *Ajinomoto*, o nome comercial para “glutamato monossódico”, um tempero culinário para carnes. Tanto em (1) quanto em (2) a passagem do *script* da culinária ou da alimentação, relacionada ao nome do tempero; para o da sexualidade<sup>2</sup> se dá mediante a manipulação das fronteiras de palavra, bem como das proeminências silábicas envolvidas nas segmentações alternativas da cadeia sonora, como se observa nas grades métricas.

1.a. Grade métrica de <i>Ajinomoto</i>	1.b. Grade métrica de <i>age no morto</i>	2.a. Grade métrica de <i>vamo(s) agi(fr) no mato</i>
* * * * * * * *	* * * * * * * * *	* * * * * * * * * * *
# a . 3i . no . mo . tu #	# a . 3i # no # mor . tu #	#vã.mu # a. 3i # no # ma.tu #

Onde: pontos indicam fronteira de sílaba; #, fronteira morfológica; asteriscos, proeminência métrica. Na linha 0 da grade métrica, os asteriscos indicam todas as sílabas a serem consideradas na atribuição de acento. Na linha 1, são indicados os acentos secundários e na linha 2 o acento primário.

Em (1.b), a segmentação alternativa *age no morto* lida com um jogo de proeminências no domínio da palavra *ajinomoto*. Uma possibilidade de distribuição dessas proeminências é a primeira sílaba a passar a car-

2 Acionado o *script* da sexualidade na segmentação alternativa, possivelmente “temperar as carnes” (ou qualquer outro alimento) corrobora na veiculação do sentido haver a possibilidade de realização do ato sexual.

regar o acento do verbo *age*, e o acento da frase entoacional *age no morto*. Já na segmentação alternativa de (2), a cadeia sonora em questão é /vãmuazinomatu/, englobando, assim, *vamos* ao jogo de proeminências. Essa segmentação permite a construção de uma outra relação de proeminência entre as sílabas. Uma relação de proeminências possível é a sílaba /zi/ ser a portadora do acento de frase entoacional (I), enquanto a sílaba *ma*, o acento de frase fonológica ( $\phi$ ),<sup>3</sup> e *va* apenas o acento de palavra ( $\omega$ ).

O possível jogo com a proeminência relativa das sílabas dos enunciados está também relacionado aos domínios prosódicos de  $\phi$  e I. A análise, a seguir, torna explícitas as mudanças quanto às delimitações de palavras ( $\omega$ ) e frases fonológicas ( $\phi$ ), bem como as possíveis relações de proeminências entre  $\phi_s$  em cada segmentação.

1.a'. < { ( [ajinomoto] $\omega$ )c }  $\phi_+$  >I

1.b'. < { ( [agi] $\omega$ )c }  $\phi_{(+)}$  { ( [no] $\omega$  [morto] $\omega$ )c }  $\phi_{(+)}$  >I

2.b'. < { ( [vamos] $\omega$ )c ( [agir] $\omega$ )c }  $\phi_{(+)}$  { ( [no] $\omega$  [mato] $\omega$ )c }  $\phi_{(+)}$  >I

Onde: colchetes angulados indicam fronteiras de frase entoacional (I); chaves, fronteiras de frase fonológica ( $\phi$ ); parênteses, grupo clítico (C); colchetes quadrados, palavra fonológica ( $\omega$ ); e o sinal de soma entre parênteses, a possibilidade de proeminência de uma  $\phi$ .

Em (1.b'), o acento principal da frase entoacional pode recair sobre a sílaba tônica de *morto*, não só porque fonologicamente ocupa a posição mais à direita (posição "não-marcada", conforme algoritmo de formação de  $\phi$ , cf. nota 3), mas principalmente por carregar um elemento discursivamente relevante: *morto* é o estado do órgão sexual masculino ao qual se aplica o remédio. Porém, também a proeminência da mesma segmentação pode ser associada à sílaba tônica de *age*, se a interpretação do enunciado focalizar a suposta ação que o remédio provoca ("faz agir", ou seja, pode haver ereção). O mesmo jogo ocorre em (2.b'). O acento principal da frase entoacional pode ocorrer no  $\phi$  mais à direita,

3 Algoritmo de Formação da Frase Fonológica ( $\phi$ ) de Nespor & Vogel (1986, p.168):

- a) Domínio de ( $\phi$ ): o domínio de  $\phi$  consiste de um C (grupo clítico) que contém uma cabeça lexical X e todos os Cs no seu lado não-recursivo até o C que contém outra cabeça fora da projeção máxima de X;
- b) Construção de ( $\phi$ ): Reúna em uma  $\phi$  n-ária todos os Cs incluídos em uma cadeia delimitada pela definição do domínio de  $\phi$ ;
- c) Proeminência de ( $\phi$ ): Em línguas cujas árvores sintáticas ramificam-se à direita, o nóculo de  $\phi$  mais à direita é rotulado como *forte*; em línguas cujas árvores sintáticas ramificam-se à esquerda, o nóculo de  $\phi$  mais à esquerda é rotulado como *forte*. Todos os nóculos irmãos de *forte* são rotulados de *fracos*.

*no mato*, se for dado enfoque ao “lugar” em que se pode “agir” (no mato, e não no rio ou na cama, por exemplo); ou no  $\emptyset$  mais à esquerda da sentença, *vamo(s) agi(r)*, se esta frase for interpretada com um convite que as pessoas, em geral, não enunciam explicitamente (pelo menos em público!?): *vamo(s) transa(r)*?

A possibilidade de mais de uma localização da proeminência entoacional de uma cadeia fônica revela, mais generosamente nesses dados do que nos analisados em Tenani (2000), a ambigüidade constitutiva da estrutura lingüística. O algoritmo de construção do domínio prosódico considerado permite prever possibilidades de “pouso” da proeminência, mas não é possível determiná-lo. A escolha de uma das possibilidades só se efetiva na enunciação. Dessa maneira, o *script* da sexualidade, recuperável nas piadas, além de relacionado de modo ambíguo ao *script* da culinária ou da alimentação (o tempero *Ajinomoto*), é ambíguo em relação a si mesmo (pode ser topicalizado tanto o convite para “agir”, quanto o lugar em que pode ocorrer “a ação”). Existe a ambigüidade da língua e da piada.

Vale notar ainda que em (2) “ajinomoto” é dado como nome de algum ser do qual nada se conhece, nem é relevante conhecer, a não ser que é sexuado.<sup>4</sup> A noção de sexo está associada à informação de gênero marcada quer pelo artigo anteposto ao nome quer pela regra geral de flexão de gênero feminino da língua portuguesa aplicada a esse suposto nome: *ajinomoto* (masculino)/*ajinomota* (feminino). Já na pergunta, portanto, há uma manipulação da cadeia /aʒinomotu/ ao se acrescentar o morfema de gênero feminino /a/. Na “resposta”, em outro ponto da cadeia segmental a troca do fonema /o/ pelo /a/ leva a um novo lexema. Tem-se, aqui, a aplicação direta do princípio utilizado pela fonologia para descobrir fonemas de uma dada língua: o teste de comutação. Esse teste pode ser visto, por sua vez, como um mecanismo de descoberta de possibilidades de combinação de unidades mínimas da língua.

Ainda quanto à cadeia segmental, vale observar que a segmentação alternativa de (1) explora o fato de o falante nativo de japonês não realizar claramente o tepe do português. Assim, [aʒinomotu] é uma provável realização segmental para *age no morto*, não em japonês, mas para japoneses que falam português. Nota-se que, através do nome do remédio indicado para disfunções erécteis “Viagra”, o *script* inicialmente acio-

---

4 Observa-se uma espécie de “zoomorfismo” nesses chistes, uma vez que por meio de um animal é representado o comportamento humano.



nado é o da sexualidade, mais especificamente o da (im)potência sexual de uma etnia, “os japoneses” (o que revela também o racismo). Daí a formulação da pergunta sobre o nome do remédio em japonês.

## O discurso da sexualidade

Os chistes selecionados têm em comum o múltiplo uso (ou abuso) do mesmo material lingüístico, de uma mesma cadeia fônica. Esses chistes verbais, como seriam classificados segundo Freud (1905), têm em comum um “gatilho” lingüístico (por isso “verbal” para Freud) de natureza predominantemente prosódica que lançam mão de um trabalho com segmentações alternativas e atribuição de proeminências (rítmicas e entoacionais) à cadeia sonora. Esse mecanismo de condensação está presente nos chistes tendenciosos que têm a característica de servir a um propósito de agressividade, de sátira ou defesa, como em (1), ou de desnudamento, como em (2).

Os chistes que servem ao propósito de desnudamento são os vistos como obscenos por tratarem de fatos ou relações sexuais. Pela enunciação de palavras obscenas, o ouvinte de chistes (como 2) é compelido a imaginar a situação libidínosa construída nos textos chistosos, a qual passa a compartilhar com o enunciador. Um dos componentes originais da libido humana é o desejo de ver desmascarado o que é sexual (cf. Freud, 1905, p.118). Em face de um obstáculo para a realização desse desejo sexual, a enunciação de chistes tendenciosos torna possível a satisfação desse desejo. Disso resulta que a enunciação quase sem disfarce de uma indecência proporciona prazer a quem enuncia e o riso a quem a ouve.

O trabalho com as estruturas lingüísticas dos textos chistosos se torna também um ingrediente a proporcionar prazer por acrescentar a descoberta de enunciar o desejo de realizar ações proibidas. Comparando a análise em domínios prosódicos de (1.b’), e (2.b’), encontra-se a recorrência de mecanismos de descobertas de possíveis sentidos que estão associados às possibilidades de proeminências das sílabas da cadeia sonora que, conseqüentemente, é organizada em domínios prosódicos, como se verificam a seguir.<sup>5</sup>

---

5 As indicações dos domínios prosódicos dos enunciados são simplificadas nesse item a fim de facilitar a leitura. As indicações da análise formal de todos os domínios prosódicos dos enunciados são dadas a seguir.

1.b'. < { ([agi]ω)c } φ<sub>(1,1)</sub> { { [no]ω {morto}ω)c } φ<sub>(1,1)</sub> >I

2.b'. < { ([vamos]ω)c {agir}ω)c } φ<sub>(1,1)</sub> { { [no]ω {mato}ω)c } φ<sub>(1,1)</sub> >I

1.b" { [age] (+) [no morto] (+) }

2.b" { [vamu agi] (+) [no mato] (+) }

Onde: colchetes quadrados indicam fronteiras de frase fonológica; chaves, frase entoacional; sinal de soma entre parênteses, a possibilidade de proeminência de uma frase fonológica.

As possibilidades de proeminência entoacional recair em uma ou outra porção do enunciado alternativo, como indicado antes, estão associadas à possibilidade de topicalizar uma ou outra porção que mais diretamente permite veicular discursos proibidos.

Em *age no morto*, por exemplo, a proeminência entoacional pode estar associada à sílaba tônica de *age*, se a interpretação focalizar a ação; ou à sílaba tônica de *morto*, se for focalizado o objeto da ação. Neste e noutros chistes, há a regularidade de enunciados que pertencem ao discurso da sexualidade serem veiculados por meio da segmentação alternativa. Porém, esses enunciados sexistas são também permeados por outros discursos, como: o da patologia, o do racismo, o da religião, o da alimentação.

O lexema *ajinomoto* (chistes 1 e 2) pertence a enunciados relacionados, em princípio, ao discurso sobre alimentos. Porém, a segmentação alternativa desses itens lexicais veicula, como mostrado na seção anterior, enunciados cujos sentidos pertencem ao discurso da sexualidade. O sentido associado ao campo da sexualidade é veiculado ambigualmente com o sentido do item lexical *ajinomoto* e, desse modo, traz à cena também um sentido pertencente ao discurso da alimentação.

Verificam-se, portanto, entrecruzamentos de discursos. Nota-se que é recorrente a condensação em uma seqüência sonora de dois ou mais enunciados que podem ser identificados como pertencentes a mais de um discurso, como, por exemplo, o da sexualidade e o da alimentação.

Em (1), soma-se a esses discursos o da medicina ao ser mencionado o nome de um remédio indicado para disfunções erécteis, o já popular "Viagra". A doença em questão é a impotência sexual masculina, que foi vencida, aparentemente, para alguns casos, por meio da ingestão do mencionado remédio. A segmentação alternativa *age no morto* tematiza a suposta ação do remédio ao "fazer agir o que estava morto", ou seja, provoca a ereção. Entretanto, o chiste em análise aborda também a sexualidade de uma raça e revela o racismo em relação aos japoneses.<sup>6</sup> So-

---

6 Vale notar que o termo "japoneses" é usado popularmente para fazer referência a qualquer pessoa que tenha características asiáticas similares às dos japoneses.

bre estes, são recorrentes, na sociedade brasileira, as afirmações que os desqualificam sexualmente, o que não deixa de ser uma espécie de agressividade e sátira contra os japoneses e que se evidencia também como uma forma de autodefesa dos brasileiros.<sup>7</sup> Desse modo, o remédio é indicado para os impotentes japoneses e não para os potentes brasileiros!

Ao explicitar a repetição de enunciados pertencentes ao discurso da sexualidade, busca-se argumentar que não há um sentido único que se veicula nos chistes em análise, mas são múltiplos sentidos que se entrecruzam em torno da sexualidade e que, em última instância, revelam as ligações com o desejo sexual, com as possibilidades de realizar esse desejo.

Os mecanismos explicitados na seção anterior são estratégias de dizer o que é proibido, pois não se pode dizer tudo explicitamente, especialmente sobre a sexualidade, como já mostrou Foucault nos volumes sobre a História da sexualidade (especialmente, 1984). Ao serem identificadas as regularidades dos mecanismos lingüísticos, pelos quais se veiculam enunciados sobre a sexualidade, verifica-se como se desvenda o discurso da sexualidade que é permeado (de modo ambíguo) por enunciados pertencentes, aparentemente, apenas a outros discursos.

## **Chistes, língua, sujeito**

Foram mostradas as possibilidades existentes de articulação de mecanismos pelos quais se dão as descobertas de palavras sob as palavras. São descobertas de possíveis similaridades na cadeia fônica que estão “estrategicamente” articuladas com as dessemelhanças que se tornam claramente visíveis por meio das grades métricas e dos domínios prosódicos. Essas articulações se dão não só no âmbito da palavra fonológica ( $\phi$ ), como também no nível da frase entoacional (I), e abrangem as possibilidades de proeminência entre as sílabas de todo o enunciado. A análise dos chistes permite revelar a “habilidade de encontrar similaridades entre coisas dessemelhantes, isto é, descobrir similaridades escondidas” (Freud, 1905, p.23). Entender as piadas, portanto, implica, por parte do seu leitor/ouvinte, o trabalho lingüístico aqui expli-

---

7 Esse chiste revela ao mesmo tempo traços obscenos e hostis condensados em um breve enunciado que articula enunciados pertencentes aos discursos da alimentação, da medicina, do racismo e da sexualidade.

tado, exige um sujeito que manipula a língua e os possíveis sentidos associados a discursos que por ela/nela são veiculados.

Por meio da análise lingüística, pode-se defender a hipótese de que o ouvinte/leitor é ativo, age sobre as formas lingüísticas que estruturam os chistes. É recorrente, nos textos que seguem a proposta da Análise do Discurso francesa e defendem uma concepção de "sujeito que trabalha", a ênfase no trabalho do sujeito/locutor quando, por exemplo, analisam citações, *slogans*, provérbios. O trabalho a ser feito pelo sujeito que ocupa o lugar de ouvinte também requer uma competência lingüística que, como vimos, é complexa. Não se trata de um ouvir passivo, mas de um agir sobre as estruturas colocadas em um jogo de descobertas de possibilidades e de constantes escolhas (que podem até resultar em um riso).

As operações epilingüísticas necessárias (não suficientes) para que a piada funcione permitem identificar sujeitos que atuam. O sujeito que ocupa o lugar de falante age ao controlar o efeito e o gatilho dos textos chistosos. O sujeito que ocupa o lugar de ouvinte também é ativo ao operar sobre as estruturas para descobrir os sentidos veiculados pelos chistes.

A análise realizada visa contribuir com a Análise do Discurso, por exemplo, ao tratar de exemplos da presença do sujeito na atividade lingüística, explicitando por quais processos lingüísticos se veiculam vários sentidos e se chega às interpretações possíveis.<sup>8</sup> No entanto, afirmar que há um sujeito que opera com as estruturas lingüísticas não autoriza concluir que se postule um sujeito todo-poderoso ou que a língua seja desprovida de qualquer tipo de estrutura.

Quer-se argumentar que na língua existem estruturas, e que analisá-las não necessariamente implica, por seu turno, afirmar que a língua seja um sistema homogêneo e que haja somente um sentido, uma interpretação possível. É antes o contrário. A análise dos dados selecionados permite mostrar que a língua exige uma atividade do sujeito, "atividade esta de natureza constitutiva" (Possenti, 1988, p.49). Ao sujeito que lhe escaparem as possibilidades de organização/de estruturação prosódicas dos enunciados, também lhe "escapa" a piada.

Não só se verifica a atividade do sujeito em relação à língua e sobre a língua simultaneamente. Os dados analisados revelam também a am-

---

8 O levantamento dos processos lingüísticos mais recorrentes mostra apenas alguns dos possíveis mecanismos de construção de significação, os quais não são restritos aos de natureza lingüística.

bigüidade da língua, põem à mostra suas "imperfeições" estruturais. Ao se considerar uma estrutura, por exemplo, *age no morto*, não é possível determinar qual é a "adequada" localização do acento entoacional da frase, porque mais de uma possibilidade se apresenta como "adequada". Eis uma brecha para escolhas. Pequenas escolhas que o sujeito faz no momento da enunciação. E por essas escolhas serem recuperáveis na enunciação dos chistes, por exemplo, são definidas as possibilidades de interpretação e de estruturação de uma dada cadeia fônica.

Está-se argumentando, dessa maneira, contra a concepção de que sempre há apenas uma estrutura adequada para cada enunciado e a favor da tese que admite que as estruturas lingüísticas veiculam mais de um sentido e não apenas "o adequado", o que não implica afirmar, no entanto, que veicula qualquer um. Admitir que o falante/o ouvinte age sobre a língua não implica que possa fazer qualquer coisa ao falar/ao ouvir. A explicitação dos mecanismos lingüísticos acionados nos chistes lança alguma luz sobre as possíveis estruturas prosódicas hierarquicamente organizadas em domínios segundo seus princípios de formação. A análise proposta, no entanto, põe sob holofote a complexidade de sentidos associados às possíveis estruturas de um enunciado.

Nas abordagens formais da fonologia prosódica (por exemplo, Nespor & Vogel, 1986), quando não se verificam empiricamente os domínios da frase fonológica e da frase entoacional, tal como previstos pelos algoritmos de formação, são previstas reestruturações desses domínios que "dependem em grande parte de como atuam os aspectos globais da situação de fala". Sobre a possibilidade de reestruturação dos domínios prosódicos, as autoras fazem considerações nos seguintes termos:

We have already seen in relation to the phonological phrase that, at least in some languages, the length of certain phonological constituents plays a role in determining the ultimate division of a string into  $\phi_s$ . ... It will be shown ... that the intonational phrase, too, may undergo a process of restructuring. In the case of I, however, length is only one of several factors that may play a role in determining restructuring. Three other factors we will also examine here are rate of speech, style, and contrastive prominence. Since I restructuring *depends in large part on rather global aspects of the speech situation*, it is not possible to predict exactly when it will occur. (Nespor & Vogel, 1986, p.193; grifos meus)

Uma leitura atenta permite verificar que a topicalização de uma porção do enunciado (*contrastive proeminence*), o estilo e as velocidades de fala são até mencionados no texto. Contudo, é mínima a formulação do que venham a ser os processos que geram tais reestrutura-

ções.<sup>9</sup> Aliás, o próprio termo "reestruturação" pressupõe uma estrutura ideal que, quando enunciada (ou em "situações de fala"), sofre alteração. Essa concepção de reestruturação tem por base a oposição chomskyana competência *versus* desempenho, que guarda relação com a dicotomia básica saussureana: a língua, um sistema homogêneo, social, e a fala, o domínio do indivíduo que usa o sistema. No entanto, a análise formal dos dados selecionados torna evidente a natureza não homogênea constitutiva das estruturas das línguas.

Uma "lingüística das formas" que não trata com o rigor necessário das alternativas da própria estrutura parece não alcançar completamente os seus propósitos. A explicitude não é levada a cabo nos domínios em que as possibilidades de estruturação dos enunciados (ou "reestruturação" nos termos da fonologia prosódica) estão mais evidentemente articuladas à veiculação de mais de um sentido. Fica, pois, colocado em segundo plano o motor gerador da possibilidade de reestruturação: a ambigüidade constitutiva da língua.

A abordagem defendida aqui é a de não temer o desafio de identificar as "fendas e rachaduras" das estruturas lingüísticas e de analisar detalhadamente as formas a fim de explicitar as estratégias que permitem a construção de textos chistosos. Essas estratégias "usam" da porosidade das palavras e da própria estrutura lingüística para veicular, com pouco material fônico, muitos (mas não qualquer um, insisto) sentidos.

Essa análise dos chistes leva água para o moinho dos que consideram que as palavras não coincidem com elas mesmas: há palavras "escondidas" sob as palavras. Vale remeter ao início desta seção por meio das palavras de Authier-Revuz (1998, p.26), quando afirma que

essas palavras **porosas** [são] carregadas de discursos que elas têm incorporados e pelos quais elas restituem, no coração do sentido do discurso se fazendo, a carga nutriente e destituente, essas palavras **embutidas**, que se cindem, se transmudam em outras, palavras caleidoscópicas nas quais o sentido, multiplicado em suas facetas imprevisíveis, afasta-se, ao mesmo tempo, e pode, na vertigem, perder-se ... essas palavras **que separam** aquilo mesmo entre o que elas estabelecem o elo de uma comunicação, é no real das não-coincidências fundamentais, irredutíveis, permanentes, com que elas afetam o dizer, que se produz o sentido.

---

9 Por exemplo, a discussão sobre as diferenças que o estilo formal *versus* o informal gera para a análise fonológica do enunciado é tratada brevemente em um parágrafo de apenas dez linhas.

É ao explicitar os mecanismos lingüísticos acionados na interpretação dos textos chistosos que se encontram processos formais recorrentes, os quais permitem colocar em questão o sentido do que se diz. Com base na análise formal, torna-se explícito que a língua não pode ser tomada como o domínio do homogêneo, do fechado, do repetível, mas sim, nas palavras de Authier-Revuz (1998, p.166), como

um campo duplamente marcado pelo NÃO-UM, pela heterogeneidade teórica que o atravessa, a língua articulando-se ao sujeito e "ao mundo", e pelo caráter não-repetível da compreensão que dele se pode ter, inevitavelmente afetada pela subjetividade e pela incompletude.

A língua, portanto, deve ser vista como um sistema não absolutamente sistemático, mas heterogêneo, que participa de um conjunto maior de instrumentos de significação. A análise exaustiva ora realizada permite ressaltar os processos formais que não têm sentido por si mesmos, não se constituindo em respostas quanto ao sentido do que se diz, mas que se constituem em material confiável a interrogar e a interpretar a partir de outro campo de pertinência (que não o da lingüística): o campo do sentido no discurso, espaço marcado pelo não-um de sua heterogeneidade e da dimensão intersubjetiva que o atravessa.

Para finalizar, cabe uma indagação: em que medida uma descrição lingüística como a realizada, que mostra que, tanto no domínio do léxico quanto, especialmente, no da sintaxe, a língua não é estritamente estruturada, poderia sustentar ou pôr em questão uma tese como a lacaniana segundo a qual o inconsciente é estruturado como linguagem? Observe-se, especialmente, que o mesmo tipo de funcionamento atravessa mais de um nível, sendo sabido que a noção de estrutura, classicamente, era relacionada basicamente com as palavras, os signos. Seria certamente interessante verificar em que medida uma teoria psicanalítica que considerasse a linguagem da mesma forma que Lacan sentiria alguma necessidade de reorganizar-se para "absorver" as exigências postas por análises como esta, que, não custa repetir, ultrapassa o nível da palavra.

## **Agradecimentos**

Agradeço ao Prof. Dr. Sírio Possenti (IEL/Unicamp) a discussão de versões preliminares deste trabalho; ao Prof. Dr. Lourenço Chacon (UNESP/Marília) as observações a propósito da ambigüidade das pia-

das, à Profa. Anna Flora Brunelli (UNESP/SJRP) o incentivo e a leitura deste texto.

TENANI, L. E. Laughing at jokes, manipulating language. *Alfa (São Paulo)*, v.45, p.115-127, 2001.

- **ABSTRACT:** *This paper analyses the comic texts that are characterized by possible prosodic domains of alternative segmentation of a phonemic chain. By the analysis of phonological processes that occur in those texts, we argue that linguistic operations involve more than the word domain and work with the syntactic ambiguity that must be discovered by the joke's listeners. The linguistic analysis shows a strategical work done by the subject of the discourse who has to find out some mechanisms of saying the prohibited utterances about sex and racism. This subject's work in the discursive process displays the language nature that is defended here: language is not a "perfect code", but a heterogeneous system that takes part in a great set of means of making sense.*
- **KEYWORDS:** *Discourse; heterogeneity; subject; language; phonology; stress.*

## Referências bibliográficas

- AUTHIER-REVUZ, J. Duas ou três coisas sobre as relações da língua com o que não é ela... In: \_\_\_\_\_. *Palavras incertas. As não coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p.165-75.
- FOUCAULT, M. *Histoire de la sexualité 3: le souci de soi*. Paris: Gallimard, 1984. \_\_\_\_\_ . *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Trad. M. T. C. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FREUD, S. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 1905.
- MARQUES, M. C. S. S., BRUNELLI, A. F., POSSENTI, S. Discurso do outro: lá onde o sujeito trabalha. *Alfa (São Paulo)*, v.42, p.113-31, 1998.
- NESPOR, M., VOGEL, I. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris Publications, 1986.
- POSSENTI, S. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. \_\_\_\_\_ . Concepções de sujeito na linguagem. *Boletim da Abralin (São Paulo)*, v.13, p.13-30, 1993.



- POSSENTI, S. O sujeito fora do arquivo. In: MAGALHÃES, I. (Org.) *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: Editora da UnB, 1996. p.37-47.
- \_\_\_\_\_. *Os humores da língua: análises lingüísticas de piadas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998a.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre condições de possibilidade da subjetividade, especialmente na linguagem. *Cadernos de Estudos Lingüísticos (Campinas)*, v.35, p.95-107, 1998b.
- TENANI, L. E. Piadas e domínios prosódicos. *Anais do II Congresso da ABRALIN* (Florianópolis), p. 438-49, 2000.

## **DEBATE/OPINIÕES**

## EMPRÉSTIMOS E NEOLOGISMOS: UMA BREVE VISITA HISTÓRICA

Carlos Alberto FARACO<sup>1</sup>

- RESUMO: O artigo situa o tema dos empréstimos lexicais numa perspectiva histórica. Revisita as abordagens do tema na lingüística e discute as dimensões sociopolíticas daquele fenômeno, dando destaque às reações puristas, às quais estão agregados, hoje, discursos nacionalistas.
- PALAVRAS-CHAVE: Empréstimos; estrangeirismos; purismo lingüístico.

### Gramática e léxico

Podemos dizer que há uma espécie de senso comum no interior da lingüística, isto é, um conjunto de crenças que vão se mantendo ao longo do tempo e acabam por adquirir um certo *status* de quase axiomas. Assim é que, por exemplo, tomamos como certo que para descrever uma língua humana precisamos de, pelo menos, um componente gramatical e de outro lexical, embora tenhamos profundas discordâncias (decorrentes de nossos diferentes modelos teóricos) quanto ao modo como cada um desses componentes deva ser configurado.

Acreditamos também que o componente gramatical é relativamente fechado e que o lexical é aberto, o que significa dizer que enquanto o léxico é um universo em contínua expansão, a gramática não o é – vale dizer: as mudanças que afetam a gramática da língua não se caracteri-

---

1 Departamento de Lingüística, Letras Vernáculas e Clássicas – UFPR – 80060-150 – Curitiba – PR.

zam propriamente por uma expansão indefinida de seus princípios e regras. A gramática é, assim, um universo que se transforma continuamente, mas não se expande (diferentemente do léxico).

Esse entendimento parece remeter, em parte, pelo menos, às formulações de Sapir (1971) – que mantêm, portanto, sua pertinência no quadro de nossas crenças gerais: a gramática possui essa característica por ter plenitude formal (no sentido de se tratar de um sistema que se basta), embora marcada por um equilíbrio instável em razão de ação permanente da deriva (entendida como as forças que fazem o sistema se remodelar continuamente, mas mantendo sua plenitude formal. Novamente, admitimos, no geral, a noção de deriva, embora cada modelo teórico a conceba de modo diferente). Por isso, as línguas não multiplicam seus princípios e regras gramaticais, mas multiplicam continuamente seu léxico.

Costuma-se argumentar também que a abertura do léxico é o mecanismo que garante aos falantes a possibilidade de manter a língua permanentemente adaptada às contínuas mudanças trazidas pela dinâmica histórica das sociedades humanas, permitindo-lhes nominá-las.

Para obter essa multiplicação lexical contínua, os falantes têm à disposição vários processos, seja por meio de manipulação de recursos próprios seja pela incorporação de elementos lexicais de outras línguas (os chamados empréstimos, que, num primeiro momento, recebem muitas vezes a denominação de estrangeirismos). No primeiro caso, podemos arrolar diferentes processos composicionais (por justaposição – *salário-família*; ou aglutinação – *aguardente*) e derivacionais (por sufixação – *dólar/doleiro*; ou prefixação – *leal/desleal*; ou ambos – *chocolate/achocolatado*), bem como processos de derivação regressiva (como “agito”, “sufoco”), de derivação conversiva (uso de uma palavra de uma classe lexical em outra: o adjetivo *impossível* ocorrendo como substantivo), de redução da forma de palavras (como *refri* por *refrigerante*; *micro* por *microcomputador*; *fone* por *telefone*), de geração de siglas que passam a funcionar como palavras (como *INSS*, *IPTU*, *ONU*, *Anatel*), de mudança de nomes próprios em comuns (como “gilete”, “macadame”, “xerox”). Além desses, é preciso não esquecer de todos os intrincados processos de natureza semântica que, de alguma forma, alteram a significação dos itens lexicais, ampliando-a ou especializando-a.

Essa lista não exaustiva de processos de expansão lexical – para estudos detalhados da questão em português pode-se consultar Rocha (1999) ou Sandmann (1989), entre outros – deixa claro que os caminhos possíveis são múltiplos e bastante heterogêneos. Embora se possam en-

contrar processos relativamente regulares em diferentes segmentos do léxico, a dinâmica lexical como um todo parece escapar, de fato, a qualquer generalização ou previsibilidade, levando os investigadores à sensação de que, quando tratam de fenômenos lexicais, estão lidando com uma área em que predomina o idiossincrático.

## **Empréstimos: o olhar dos lingüistas**

O mesmo pode ser dito no caso dos empréstimos, tema que mais diretamente nos interessa neste artigo e para o qual nos voltamos a partir de agora. É imprevisível dizer, por exemplo, em que circunstâncias os falantes adotarão palavras de outras línguas e quais palavras exatamente. Uma vez adotada uma palavra, é imprevisível a direção que ela tomará: ela poderá ser abandonada em seguida (como *saison*, que era corrente no começo do século XX no Brasil); ou poderá ser nativizada de diferentes maneiras. Algumas, por exemplo, acabam por ser incorporadas diretamente (como *futebol*, *deletar*), sendo submetidas aos ajustes fonológicos e morfológicos determinados pela gramática receptora (podendo ou não receber forma gráfica nativizada, como *uisque* e *show*, respectivamente); outras são substituídas por decalques de forma, i.e., traduções diretas das palavras ou expressões (como *centroavante* do inglês *center-forward*; ou *ter lugar* do francês *avoir lieu*), ou por decalques de significação (os chamados *loan-shifts*), pelos quais uma palavra nativa adquire um significado por empréstimo (como o uso – principalmente na linguagem acadêmica – de *assumir* com o sentido de “pressupor”, por influência do verbo inglês *assume*). Ainda: uma palavra emprestada poderá substituir uma expressão já em uso (como *táxi*, que substituiu *carro de praça* ou *automóvel de aluguel*) ou provocar a criação de uma palavra nova (como *motorista*, neologismo gerado na luta dos puristas contra o uso de *chauffeur*, e que convive hoje com a forma *chofer*, de há muito aporuguesada). Curiosamente, os falantes poderão ainda criar, com elementos de outra língua, palavras inexistentes nela como *shopping (center)*, desconhecida como tal dos falantes de inglês (com essa significação específica), que denominam esse tipo de centro comercial de *mall*.

Na história da lingüística moderna (aquela que se constituiu dos fins do século XVIII para cá), a questão dos empréstimos mereceu atenção especial ainda no século XIX, a partir do momento em que se perce-

beu que os processos de mudança lingüística (fundamentalmente, mudanças no plano fonético-fonológico), embora tivessem grau elevado de regularidade (processos que foram descritos pelos neogramáticos por meio das chamadas "leis fonéticas"), conheciam "exceções", isto é, palavras que não eram alcançadas por tais mudanças.

Buscaram-se, então, explicações para essas ocorrências e, além da estipulação teórica de mecanismos de analogia, constatou-se que palavras emprestadas (de outras línguas ou de outros dialetos) resultavam em segmentos lexicais desviantes dos fenômenos de resto regulares (complicando, por conseqüência, o trabalho de reconstrução histórica). E essa aparente irregularidade decorria, muitas vezes, do fato de terem tais palavras entrado na língua em momentos em que aqueles processos já não eram mais produtivos, como, em português, os chamados empréstimos eruditos.

Essa última expressão é usada para designar termos latinos literários adotados em período tardio da história do português (já no fim da Idade Média e na Renascença), como *clave* ou *pleno* e que, por isso, não foram alcançados por mudança fonética anterior, pela qual, na passagem do latim para o português, os encontros consonantais iniciais latinos, constituídos de consoante+i, passaram à consoante fricativa grafada pelo dígrafo ch-. Por essa mudança, as palavras latinas *clave* e *pleno*, por exemplo, resultaram nas portuguesas *chave* e *cheio*.

Como exemplo de palavras que escaparam à mesma regra mencionada por terem sido adotadas de dialetos que haviam passado por processos diferentes de mudança fonética, podem-se citar *praia* e *cravo*, seguindo a interpretação de Mattoso Câmara Jr. (1972, p.249).

Ainda aqui se podem mencionar casos de palavras importadas que, por diferentes razões socioculturais, permanecem sendo usadas sem perder totalmente sua marca de elemento estrangeiro. É o caso de *campus*. Trata-se de uma palavra latina e que foi emprestada pelos falantes de inglês para designar "a área em que estão reunidos os edifícios de uma universidade". Nessa acepção, ela veio a ser emprestada pelos falantes de português no correr do século XX. Se totalmente assimilada, seria uma palavra sem forma especial para o plural, como outras terminadas em -s, a exemplo de *bônus* e *ônibus*. Permanece, contudo, idiossincriticamente para ela a forma plural latina, *campi*.

Caso semelhante, mas talvez menos perceptível na fala, é o plural de *gol*, que se fixou em *gols*, forma que se poderia considerar, em princípio, idiossincrática, por manter a flexão da língua de origem. Contudo, tal fato é perfeitamente explicável pela mudança sonora que afetou

o /l/ final, transformando-o em /w/ no português brasileiro, exatamente ao mesmo tempo em que aquela palavra estava sendo incorporada. Nesse sentido, apenas a forma gráfica é, propriamente, idiossincrática.

Esse conjunto de observações levou a um estudo mais aprofundado do contato interlingüístico e/ou interdialeto e de seus diferentes efeitos. São pioneiros, nesse sentido, os trabalhos de Whitney (1881) e de Schuchardt (1928), nos fins do século XIX e começos do XX. A discussão de Bloomfield (1933) pode ser lida como uma súpula de todos esses estudos. É dele a importante distinção entre “empréstimos íntimos” (aqueles que decorrem de situações em que povos de diferentes línguas estão em contato direto no mesmo espaço geográfico, de que seriam exemplos os empréstimos árabes no português medieval) e “empréstimos culturais” (aqueles que decorrem de intercâmbio cultural a distância, como os empréstimos do provençal no português medieval ou do francês e do inglês no português contemporâneo).

Resultou da continuidade dessas investigações a percepção da complexidade dos eventos e situações de contato (ficou clara, desse modo, a impossibilidade de reduzir todo o contato a situações de dominação direta de um grupo social sobre outro). Em decorrência, percebeu-se igualmente que o processo de incorporação de elementos lexicais de outras línguas é também complexo e motivado por diferentes fatores, não sendo possível reduzi-lo a assertivas simplistas, como aquelas que classificam os empréstimos de “invasão” (como se o movimento não fosse, no fundo, de dentro para fora, isto é, como se não fosse um processo basicamente de importação); ou que, desconsiderando a complexidade envolvida no contato intercultural e interlingüístico, entendem que tudo não passa de “dominação ideológica”, como se os processos interculturais fossem redutíveis a relações de causalidade unilinear, unidirecional (ver Garcez & Zilles, 2001, para mais detalhes).

Uma primeira abordagem da complexidade desses processos pode ser lida já em Hermann Paul (1970, cap.XXII). Interessantemente, esse autor distingue várias situações em que, segundo ele, os empréstimos se dão por necessidade “propriamente dita” (entendida como o preenchimento de lacunas lexicais), como nomes de lugares e pessoas, de produtos importados, e de conceitos importados de natureza técnica, científica, religiosa, política; e outras em que a motivação seria o prestígio da outra cultura (o que, hoje, certamente interpretaríamos como decorrentes também de necessidades – identitárias, por exemplo).

Em um estudo mais contemporâneo, vamos encontrar em Mattoso Câmara Jr. (1972, cap.XVIII) a descrição de diferentes situações do conta-

to sociocultural, com exemplos de seus diferentes efeitos lingüísticos. Essas análises, entre outras (cf. Hock, 1986, cap.14), deixam claro que não se pode conceber o contato sociocultural e os empréstimos lingüísticos como realidades homogêneas, a que se poderia dar um tratamento descritivo único.

Nesse percurso histórico da lingüística, acumulou-se também um conjunto de pressupostos ainda hoje relativamente fortes. Um desses pressupostos diz, por exemplo, serem os empréstimos freqüentes no léxico, mas raríssimos na gramática (uma discussão nuançada desse pressuposto pode ser lida em Harris & Campbell, 1995, cap.6). Costuma-se dizer também que os nomes são mais emprestados do que os verbos; ou, ainda, que o sempre eventual empréstimo de afixos alcançará os derivacionais, mas muito raramente os flexionais; e, por fim, que o vocabulário básico é muito menos afetado por empréstimo do que o vocabulário mais especializado (sobre esse último tópico, pode-se ler uma discussão nuançada em Hock, 1986, cap.14).

Todos esses pressupostos não constituem, evidentemente, uma teoria geral do empréstimo, mas antes um conjunto de inferências generalizantes com base em estudos empíricos sempre ainda restritos. Se são indicativas da ampla complexidade do processo, não podem ser asseveradas sem a devida cautela, lição que se pode ler em Mattoso Câmara Jr. (1972, cap.XVII).

Fica claro, por todas essas considerações, que os lingüistas em geral desenvolveram uma atitude basicamente descritiva (e não proscritiva ou prescritiva) do fenômeno dos empréstimos. O estudo mais sistemático da dinâmica histórica das línguas humanas e a percepção da inevitabilidade do contato intercultural e, portanto, interlingüístico das sociedades humanas levaram os lingüistas a perceber que os empréstimos são fenômenos normais da história de qualquer língua; constituem uma “condição geral dos idiomas” (para usar a expressão de Sousa da Silveira, 1972, p.21).

Como não há evidência alguma de que uma língua qualquer exista em total isolamento, sem nenhum contato com outra(s) língua(s), os empréstimos devem ser vistos, conforme bem sintetiza o lingüista francês Hagège (1983, p.43), não como *“l’aventure fortuite qui déstabilise mais une des conditions mêmes de la vie des langues”*.

Consolidou-se, assim, a idéia de que os empréstimos lexicais são um dos muitos meios de expansão do vocabulário: constituem, nas palavras de Mattoso Câmara Jr. (1972, p.287), fatos normais da vida de qualquer língua e jamais fator de empobrecimento ou degeneração, noções, aliás,



que desapareceram – por absoluta falta de sustentação empírica – do quadro teórico da lingüística histórica já por volta dos fins do século XIX.

Por tudo isso, é muito raro encontrar textos de lingüistas que acrescentem às análises descritivas um juízo de valor. Um exemplo disso pode ser encontrado em Bréal (1992), ainda nos fins do século XIX. Esse autor reitera, com todas as letras, o fato de o trabalho dos lingüistas ser eminentemente descritivo – “o lingüista, que tem a tarefa de descrever as leis da linguagem, mas não de ditá-las” (p.179). Formula uma análise bastante aguçada do fenômeno dos empréstimos, fazendo, por exemplo, o seguinte comentário:

Assim os empréstimos são de todas as épocas. São tão velhos quanto a civilização, porque os objetos úteis à vida, os instrumentos das ciências e das artes, assim como as concepções abstratas que consolidam e afinam o sentido moral, não se inventam duas vezes, mas se propagam pelos povos, para tornarem-se o bem comum de todas as nações. Parece legítimo conservar seus nomes. Já que as palavras são, a seu modo, documentos históricos, é um pouco fora de propósito e talvez um pouco falso suprimir preconcebidamente seu testemunho. (Ibidem, p.172)

Isso tudo, porém, não o impediu de, algumas páginas à frente, se pôr a “ditar leis”, isto é, não o impediu de assumir uma atitude proscritiva e prescritiva, afirmando:

Que é preciso condenar é o abuso das palavras estrangeiras: o abuso seria acolher sob nomes exóticos o que já possuímos. O abuso seria também empregar palavras estrangeiras diante de qualquer espécie de auditório. (Ibidem, p.174)

Esse tipo de comentário, aparentemente incoerente (em face das duas observações anteriores), não deve, porém, surpreender, considerando o contexto cultural francês, que foi, desde o século XVII, marcado por um prescritivismo excessivo (um pesado aristocratismo lingüístico nascido ao tempo de Richelieu, o consolidador do absolutismo na França e, não por acaso, o criador da Academia Francesa) que se mantém forte até os dias de hoje.

Deve ficar claro, assim, que a atitude prescritiva e proscritiva com relação aos empréstimos em particular não tem propriamente um fundamento empírico (vale dizer, científico), mas tem a ver com um imaginário sociocultural que concebe a língua como uma realidade uniforme, homogênea e pura (conforme voltaremos a discutir adiante) e que, algumas vezes, pode contaminar até mesmo o discurso científico.

Por ora, vale lembrar, a esse propósito, outro produto do estudo histórico sistemático dessa questão entre os lingüistas: a percepção de que têm sempre resultados muito limitados os esforços de grupos sociais de combater o uso de estrangeirismos. Hock (1986, cap.14) comenta vários exemplos nesse sentido e sugere que a razão para isso talvez esteja no fato de tais movimentos serem efetivamente apenas do interesse ideológico e político de grupos sociais muito restritos.

De todos os casos mencionados por Hock, o mais emblemático é certamente o da França, onde a constante condenação, pela Academia Francesa, dos empréstimos não impediu a contínua entrada de palavras estrangeiras no vocabulário corrente, situação que não se alterou substancialmente com a aprovação, pela Assembléia Nacional, de uma lei de "defesa" da língua contra as palavras estrangeiras.

Pode-se acrescentar a essa observação o comentário de Hall (1974, p.209) a respeito do francês do Québec em que anglicismos são também bastante freqüentes, apesar dos esforços contrários de determinados segmentos sociais.

## **Empréstimos e purismo lingüístico**

Essa atitude geral dos lingüistas (fundamentalmente descritiva) raramente alcançou o chamado senso comum. Certamente não será absurdo pressupor que a razão principal para isso seja o fato de que muitas das asserções da lingüística (como, aliás, aquelas de grande parte da ciência moderna) sejam profundamente contra-intuitivas para a maioria das pessoas.

É contra-intuitivo para a maioria dos falantes, por exemplo, pensar a língua como uma realidade que tem história (não sendo, portanto, em nenhum sentido, estática); como um fenômeno sempre híbrido (não sendo a pureza atributo das línguas humanas) e como um conjunto heterogêneo de variedades (não havendo uma variedade superior *per se*).

Muitos dos discursos sociais que constroem as percepções corriqueiras da língua enunciam-na bem ao contrário: apresentam-na como uma realidade marcada por permanência (e nunca por mudança), por legitimidade (e nunca por mistura) e por perfeição (e nunca por variabilidade e heterogeneidade). No geral, essa imagem da língua (essa língua ideal) é especialmente forte nas sociedades que têm escrita, porque, nestas, a língua tende a ser confundida com a escrita, cuja relativa fixi-

dez a faz parecer permanente, uniforme e homogênea, atributos que se espalham para a imagem da língua como um todo.

Nesse imaginário social, a língua é concebida, portanto, como uma realidade estática, una, homogênea, pura e perfeita, sendo a mudança, a heterogeneidade e a mistura percebidas como fenômenos desviantes, como "erros", como "vícios", que ameaçam a integridade e o futuro da língua, cabendo, por consequência, combatê-los e eliminá-los. Trata-se do discurso purista que tem variadas faces, variados alvos e variadas intensidades em diferentes circunstâncias históricas (ver Faraco, 2002, para detalhes sobre aspectos dessa questão no Brasil).

O purismo lingüístico se sustenta na falsa premissa de que existem línguas puras, o que o leva a defender, diante daquilo que identifica como "impureza", a necessidade de um movimento de "limpeza", de "higienização", de "purificação". Os dois grandes alvos do purismo lingüístico são, tradicionalmente e por razões óbvias, os empréstimos lexicais de outras línguas e os fenômenos (gramaticais ou lexicais) de variedades socialmente desprestigiadas da mesma língua. O purista identifica os dois casos como um mal, um perigo, um empobrecimento, uma corrupção, uma decadência da imaginária língua "pura".

Não é difícil observar que o discurso purista em língua tem os mesmos pressupostos maniqueístas de todas as manifestações puristas em qualquer área da vida humana, nos campos étnico, religioso, moral, político ou cultural. Seu grande fundamento é a dificuldade de aceitar a alteridade. A diferença e a heterogeneidade são-lhe incompreensíveis e intoleráveis e vistas como ameaçadoras, donde decorre o desejo de eliminar aquilo que julga "impuro", "misto", "corrompido".

Como a premissa do discurso purista é sempre falsa (não existe, de fato, língua pura), sua sustentação só se faz possível por meio de apelos emocionais diante de um difuso perigo que ameaça o que é "nosso", seja a "nossa raça" seja a "nossa religião", o "nosso país", a "nossa cultura", a "nossa língua".

É por isso também que o purismo lingüístico e as ideologias racistas e nacionalistas costumam se mesclar com bastante facilidade. Para todos esses, o outro, o diferente, o heterogêneo se apresentam igualmente como inaceitáveis e ameaçadores.

Nesse sentido, Thomas (1991, p.26) mostra que *"the link between racialism and linguistic purism has sometimes been painfully close"*, lembrando, entre outros exemplos, que o discurso anti-semita dos nazistas incluía uma condenação do que eles identificavam como "iidi-

chismos" (isto é, termos emprestados do iídiche) na língua alemã. Em outros termos, a "raça pura" deveria falar uma "língua pura".

Quanto às relações entre purismo e nacionalismo lingüístico, vale notar que, embora o purismo seja, como veremos adiante, muito mais antigo que o nacionalismo, no momento em que este começou a se formular, em meados do século XIX (cf. Hobsbawm, 1990), os dois confluíram de tal forma que, hoje, pode-se dizer, seguindo Thomas (1991, p.43), que *"it is hard to think of an instance of purism which is not motivated by some form of cultural or political nationalism"*.

## **Purismo lingüístico e nacionalismo**

Alguns dos diferentes passos históricos dessa confluência foram discutidos por Hobsbawm em seu rico livro *Nações e nacionalismo desde 1780*. Neste, o autor mostra como a entidade política *Estado-Nação* é uma construção histórica recente. Como a conhecemos hoje, ela é produto da conjuntura que se seguiu às revoluções políticas dos séculos XVII e XVIII, período em que as unidades políticas deixam de ser vistas como patrimônio (por hereditariedade) de um monarca (que exercia seu poder por direito divino) e passam a ser entendidas como patrimônio do conjunto de seus cidadãos (substituindo-se, como justificativa do poder, o direito divino pela soberania do povo).

Hobsbawm (1990) mostra também que as concepções revolucionárias que desembocaram no conceito de Estado-Nação não estabeleciam uma conexão necessária entre o corpo de cidadãos de um Estado e a identificação de uma "Nação" em bases lingüísticas, étnicas, religiosas ou em qualquer outra que indicasse o reconhecimento coletivo de pertencimento de grupo.

O que caracterizava o povo-nação era ser este fundamentalmente um corpo político; isto é, o fato de ele representar o interesse comum contra os interesses particulares e o bem comum contra o privilégio. Nesse contexto, a língua ou a etnicidade não tinham nada a ver, em princípio, com o pertencimento a uma nacionalidade. Em termos concretos, segundo Hobsbawm (1990, p.34), não era, por exemplo, o uso nativo da língua francesa que fazia de uma pessoa um cidadão francês, mas a disposição para adotar a língua francesa junto com outras coisas como as liberdades, as leis e características comuns daquela cidadania. Poder-se-ia dizer que, nesse caso, o raciocínio era: por sermos cidadãos france-

ses, falamos francês (e, eventualmente, também outra língua) e não o contrário; isto é, por falarmos francês é que somos cidadãos franceses.

Assim, será o Estado-Nação, uma vez constituído, que vai transformar determinada língua num elemento de identificação, investindo na sua ampla difusão social (em especial por meio do sistema escolar), sem que isso significasse a criação de um Estado monolíngüe.

Posteriormente, durante o período de 1880-1918, diante da intensificação das lutas sociais e políticas que haviam colocado as massas trabalhadoras em cena, o Estado e as classes dominantes foram postos diante da necessidade de competir com seus rivais pela lealdade popular. O Estado precisava de um elemento mobilizador, de uma "religião cívica" que pudesse neutralizar a divisão econômica e social. É nesse contexto que emerge o discurso do patriotismo (do amor incondicional a uma pátria abstrata), que logo se transforma no discurso nacionalista, que faz imaginariamente da "nação" uma totalidade social homogênea.

Chauí (2000, p.18-9) observa que:

Foi exatamente no momento em que a divisão social e econômica das classes apareceu com toda clareza e ameaçou o capitalismo que este procurou na "idéia nacional" um instrumento unificador da sociedade. Não por acaso, foram os intelectuais pequeno-burgueses, apavorados com o risco de proletarização, que transformaram o patriotismo em nacionalismo quando deram ao "espírito do povo", encarnado na língua, nas tradições populares ou folclore e na raça (conceito central das ciências sociais do século XIX), os critérios da definição da nacionalidade.

A partir dessa época, a nação passou a ser vista como algo que sempre teria existido, desde tempos imemoriais, porque suas raízes deitam-se no próprio povo que a constitui. Dessa maneira, aparece um poderoso elemento de identificação social e política, facilmente reconhecível por todos (pois a nação está nos usos, costumes, tradições, crenças da vida cotidiana) e com a capacidade para incorporar numa única crença as crenças rivais, isto é, o apelo de classe, o apelo político e o apelo religioso não precisavam disputar a lealdade dos cidadãos porque todas essas crenças podiam exprimir-se umas pelas outras sob o fundo comum da nacionalidade. Sem essa referência, tornar-se-ia incompreensível que, em 1914, milhões de proletários tivessem marchado para a guerra para matar e morrer servindo aos interesses do capital.

Esse complexo quadro ideológico gera, portanto, seus efeitos de sentido a partir da construção de uma unidade imaginária, de uma totalidade homogênea (a "nação"), cujos ingredientes étnicos, lingüísticos e culturais, sendo supostamente comuns a todos, assegurariam a "comu-

nhão nacional” e deveriam exigir a lealdade incondicional de todos. Daí decorrem tanto o folclorismo (isto é, a exaltação daquilo que se toma como manifestação “genuína” da cultura do povo) quanto a celebração da etnia (e de seu “glorioso” passado, processo claramente marcado pela “invenção das tradições”, conforme discutido por Hobsbawm & Ranger, 1997); e da pretensa unidade lingüística: “Todos falamos a mesma língua e nos entendemos plenamente em todos os rincões da pátria”.

Todos esses ingredientes, por razões óbvias, passam a ser alvo de gestos puristas: defende-se a pureza cultural, étnica e lingüística, o que, em geral, faz irromper sentimentos xenófobos em diferentes graus, condenando-se gestos, atitudes, comportamentos ou grupos sociais considerados “estrangeiros” e, portanto, interpretados como ameaça àquilo que é “genuinamente nosso” e, por consequência, à “unidade nacional”.

Neste ponto, é interessante deixar claro que o senso de nacionalidade – isto é, a consciência de pertencimento a uma coletividade identificada com um Estado-Nação e as lealdades daí decorrentes – envolve múltiplos fatores; é um processo complexo e até contraditório.

É um erro achar que, para haver senso de nacionalidade, é preciso homogeneidade ou, pior, homogeneização. Um Estado-Nação, para existir e consolidar sua soberania, não precisa ser em nenhum sentido homogêneo. A heterogeneidade étnica, cultural, lingüística é, aliás, a regra em praticamente toda a parte. A diversidade não é fator de risco à unidade do Estado-Nação; ao contrário, é fator de riqueza e de força. É claro que, para ser fator de riqueza e força, é fundamental que se reconheça a diversidade como um bem e não como algo que precisa ser silenciado ou eliminado, como fazem, por exemplo, os promotores dos horrendos processos de limpeza étnica em várias partes do mundo; os promotores de *apartheids* sociais, de proibição de práticas religiosas ou do uso público de certas línguas.

## **Discurso nacionalista e a ficção da homogeneidade**

No caso da relação língua/nacionalidade, é interessante voltar às considerações de Hobsbawm (1990). No livro citado, o autor mostra que o senso de nacionalidade é algo muito complexo para ser descrito apenas por uma língua. Não há, segundo ele demonstra, nenhuma relação necessária entre uma língua e um Estado-Nação. Bastaria lembrar, nesse sentido, que há mais ou menos seis mil línguas no mundo atualmente e apenas 225 Estados.

Hobsbawm mostra também como o discurso nacionalista da unidade lingüística se estrutura a partir de uma distorção que faz prevalecer um certo significado simbólico de uma determinada língua sobre seu uso real. Para que esse discurso funcione, é necessário operar com a chamada ficção da homogeneidade (Lyons, 1982, p.35). Sobre isso, diz Hobsbawm (1990, p.74):

A identificação mística de uma nacionalidade com uma espécie de idéia platônica da língua existindo atrás e acima de todas as suas variedades, é muito mais uma criação ideológica de intelectuais nacionalistas, dos quais Herder é o profeta, do que uma característica dos reais praticantes comuns do idioma.

Para se sustentar, esse discurso místico-platônico precisa esconder o fato de que o Estado-Nação é multilíngüe; precisa desqualificar (apresentando-a como “erro”, “deturpação”, “decadência”, “corrupção”) a variação lingüística da língua tornada símbolo (a não ser nos casos em que a variação pode ser folclorizada, isto é, exaltada pelo pitoresco, em geral pela estereotipia de pronúncias e léxicos regionais); e esconder o fato de que a variação lingüística é fator poderoso de exclusão social, o que torna bastante problemático o discurso de que a língua X é fator de integração e unidade nacional. Como pode integrar e unir, se exclui?

É nesse discurso (que se articula a partir dessa representação idealizada, da língua) que se mesclam o nacionalismo e o velho purismo lingüístico, passando a motivar movimentos de “defesa” e “preservação” dessa língua abstrata, tornada o grande ícone da nacionalidade; e, conseqüentemente, justificando propostas de “purificação” da língua, direcionadas tanto contra os estrangeirismos quanto contra as variedades sociais desprestigiadas.

## **Purismo lingüístico: uma retrospectiva**

Dizíamos antes que o purismo é bem mais velho que o nacionalismo. Sua raiz, na cultura ocidental, está no ideal greco-latino de pessoa culta, ao qual se agregava o pressuposto de bem-falar e bem-escrever, isto é, de cultivar certos padrões de língua identificados com o uso dos autores consagrados. A chamada *puritas* (isto é, a “correção idiomática”, ou, como diríamos hoje, o uso da norma padrão) era, assim, uma das grandes qualidades do estilo do orador e do escritor.

Como nenhuma norma padrão é estática (as línguas mudam permanentemente no eixo do tempo) e como as línguas são heterogêneas (a norma padrão está, em certo sentido, sempre em conflito com as demais normas), o cultivo de um padrão de língua pode tender, em certos momentos históricos, para um apego excessivo a modelos do passado, o que acaba redundando na emergência de uma atitude purista. Esta faz renascer o mito da "idade de ouro", do período idealizado em que pretensamente todos falariam "corretamente" e "uniformemente".

O purismo foi bastante forte, por exemplo, no período medieval, porque o latim como tal passou a ser do domínio de uma restrita parcela social (os letrados) e era usado fundamentalmente na escrita. O esforço desses eruditos era escrever mantendo os padrões clássicos da língua, o que era cada vez mais difícil, considerando que tais padrões eram, de fato, uma referência lingüística congelada no tempo, porque perdera sua vitalidade com a progressiva desintegração de Roma.

Esses mesmos eruditos procuravam também falar, em situações formais, um certo latim que tinha como referência só a escrita, na medida em que não era mais a língua viva da população.

Esse contexto marcado por grande artificialidade favoreceu o desenvolvimento de uma certa atitude purista pelo fato de ser necessário explicitar continuamente, numa situação em que não havia referência viva de nenhum padrão social, o que era o latim "correto", o latim "puro". Os eruditos medievais, tendo como referência o latim clássico, lutavam permanentemente contra a "invasão", em seus textos, de elementos vindos das línguas vernáculas.

A partir da Baixa Idade Média e na Renascença, com o crescente uso das línguas vernáculas, inclusive na produção literária, expande-se um movimento intelectual de prestigiamento dessas línguas, contrapondo-as ao latim. O argumento principal aqui era o de que essas línguas eram tão boas quanto o latim; isto é, essas línguas tinham recursos expressivos comparáveis aos do latim e poderiam substituí-lo na escrita sem nenhum problema. Eram, portanto, línguas plenas, dotadas de um "gênio" próprio (conceito que terá longa vida nos debates posteriores sobre a questão da língua).

Desencadeia-se, então, um conjunto de ações visando à consolidação dessa legitimidade, com a identificação de uma norma padrão e, em conseqüência, com a escrita de gramáticas e dicionários. É interessante observar que, no início, fez parte desse processo a crítica de alguns autores aos empréstimos de termos latinos (o que hoje chamamos de empréstimos eruditos) ou de outra origem pelos falantes das línguas



vernáculos. Leite (1999, p.24) lembra que, na história do português, capta-se um exemplo disso no *Leal Conselheiro*, texto de D. Duarte, escrito no início do século XV, em que, ao lado da ocorrência freqüente de latinismos, encontra-se uma condenação a seu uso imoderado.

## **Purismo e língua portuguesa**

Na continuidade da história do português, esse mesmo tipo de condenação voltará nos fins do século XVIII, tendo, dessa vez, os empréstimos do francês como grande alvo e em nome da “defesa” do “gênio da língua”, de sua “natural formosura”, e da “preservação do antigo e bom uso”. A propósito desse período, comenta Leite (1999, p.25):

Já no século XVIII, havia a preocupação dos estudiosos com a preservação do “bom português”. No entanto, a metalinguagem que registra esse tipo de atitude, o purismo, somente veio a lume no começo do século XIX, com o *Glossário das Palavras e Frases da Língua Francesa, que por Descuido, Ignorância ou Necessidade se Tem Introduzido na Locução Portuguesa Moderna; com juízo crítico nas que são adotáveis nela*, do Cardeal Saraiva, publicado em 1816.

A mesma autora destaca também a repercussão posterior desse *Glossário* no desenvolvimento de uma atitude purista entre os letrados portugueses e brasileiros, dizendo:

Morel Pinto (1976), por exemplo, falando sobre o desenrolar dos estudos lingüísticos portugueses no século XIX, registrou que o dicionário de Saraiva marcou época pelo zelo purista, gerado pela leitura dos clássicos, tendo sido exemplo de intransigência e visão estreita dos fatos da língua. Essa foi uma situação que contaminou espíritos e gerou polêmicas, características da Filologia portuguesa e brasileira. (Ibidem, p.26)

A bandeira de combate aos chamados galicismos permanecerá, entre nós, como uma marca forte dos debates sobre a língua até, pelo menos, meados do século XX, quando a presença crescente de empréstimos do inglês (os chamados anglicismos) redirecionou o alvo das velhas condenações, culminando, recentemente (1999), na esdrúxula proposta de um deputado federal que, ignorando a história e a dinâmica lexical das línguas humanas, propôs proibir, por lei, o uso de estrangeirismos (ver Faraco, 2001, para mais detalhes).

Interessante observar, nesse sentido, que as diferentes manifestações no Brasil contra o uso de palavras estrangeiras tiveram sempre essa característica de mero impressionismo, nascido do imaginário de uma língua “pura”. Justificaram-se, no passado, pela necessidade de preservar a pureza do mítico “gênio da língua”. E, mais recentemente, agregaram a previsível dose de apelos nacionalistas, conforme se pode ler, por exemplo, nas justificativas do projeto de lei mencionado.

Essa história conheceu o delírio neologista de Castro Lopes (alvo do sarcasmo de Machado de Assis); as condenações iracundas de Candido de Figueiredo (1938) e esteve presente na famosa polêmica entre Rui Barbosa e Carneiro Leão a propósito do texto do Código Civil, conforme discute Leite (1999, p.76-111).

Mas conheceu também o contraponto da lucidez científica da maioria de nossos filólogos e lingüistas, conforme pudemos observar nas análises do assunto feitas, por exemplo, por Sousa da Silveira (1972) e Mattoso Câmara Jr. (1972).

## Concluindo

Como se pôde observar, o tema dos empréstimos não é simples e tampouco pode ser discutido apenas numa perspectiva lingüística. Trata-se de um fenômeno em que se entrecruzam, de forma bastante intrincada, questões de língua e questões políticas e de valores bastante complexas. Se as análises dos lingüistas já alcançaram destrinçar com clareza esse fenômeno como fato de língua, permanece o desafio de enfrentar criticamente suas dimensões políticas e de valores, para o que é indispensável uma interlocução de pesquisadores de várias áreas, entre as quais a antropologia, a sociologia e a psicologia social.

FARACO, C. A. Borrowings and neologisms: a short history. *Alfa (São Paulo)*, v.45, p.131-148, 2001.

- *ABSTRACT: This article presents a historical approach to the theme of lexical borrowings. There is a review of the analysis of this subject in Linguistics, followed by a discussion of the sociopolitical dimensions of that phenomenon, particularly the purist reactions and the nationalist discourses linked to them.*
- *KEYWORDS: Borrowings; foreign words; linguistic purism.*

## Referências bibliográficas

- BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1933.
- BRÉAL, M. *Ensaio de semântica*. (1897) São Paulo: Educ/Pontes, 1992.
- CÂMARA JR., J. M. *Princípios de lingüística geral*. 4.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1972.
- CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- FARACO, C. A. (Org.) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001.
- \_\_\_\_\_. A questão da língua: revisitando Alencar, Machado de Assis e cercanias. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos (Campinas)*, n.7, p.33-51, jan./jun. 2001.
- FIGUEIREDO, C. *Estrangeirismos*. 5.ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1938. 2v.
- GARCEZ, P. M., ZILLES, A. M. S. *Estrangeirismos: desejos e ameaças*. In: FARACO, C. A. (Org.) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001. p.15-36.
- HAGÈGE, C. Voies et destins de l'action humaine sur les langues. In: FODOR, I., HAGÈGE, C. (Ed.) *Language reform: history and future*. Hamburg: Buske, 1983. v.1.
- HALL, R. A. *External history of the Romance languages*. New York: American Elsevier, 1974.
- HARRIS, A., CAMPBELL, L. *Historical syntax in cross-linguistic perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- HOBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOBSBAWM, E. J., RANGER, T. (Org.) *A invenção das tradições*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOCK, H. H. *Principles of historical linguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986.
- LEITE, M. Q. *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*. São Paulo: Humanitas (FFLCH/USP), 1999.
- LYONS, J. *Língua(gem) e lingüística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- PAUL, H. *Princípios fundamentais da história da língua*. (1880/1920) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.
- ROCHA, L. C. de A. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

- SANDMANN, A. J. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Editora da UFPR, 1989.
- SAPIR, E. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. (1921) 2.ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.
- SCHUCHARDT, H. *Hugo Schuchardt Brevier*. Org. Leo Spitzer. 2.ed. Halle: Niemeyer, 1928.
- SOUSA DA SILVEIRA, A. *Lições de português*. 8.ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1972.
- THOMAS, G. *Linguistic purism*. London: Longman, 1991.
- WHITNEY, W. D. On mixture in language. *Transactions of the American Philological Association*, v.12, p.1-26, 1881.

## ESTRANGEIRISMOS SEM FRONTEIRAS

Claudia Maria XATARA<sup>1</sup>

- RESUMO: Participando do debate proposto para este número, discutimos questões relativas ao emprego de estrangeirismos e empréstimos, seja no âmbito do uso cotidiano seja no caso de submissão das normas desse uso ao texto da lei.
- PALAVRAS-CHAVE: Estrangeirismos; empréstimos.

Em qualquer situação de comunicação, um indivíduo faz a sua escolha de palavras. Essa escolha, aparentemente livre, está condicionada, mesmo que não se tenha consciência disso, a uma série de fatores, dentre os quais destaca-se o objetivo de ser eficaz, de “atingir” o interlocutor adequadamente, em conformidade com a modalidade (oral ou escrita), com o registro (formal ou informal) e com o nível de linguagem em questão (padrão ou coloquial, para simplificar).

Se esse indivíduo seleciona, pois, palavras estrangeiras, ou seja, unidades lexicais pertencentes a uma determinada língua, em vez de palavras vernáculas disponíveis em sua língua materna, é possível que esteja havendo um problema. Arriscaríamos diagnosticar o fator *prestígio/desprestígio* como motivador da escolha do estrangeirismo. Trata-se, então, do valor que é dado à língua materna, do alcance que ela tem para que seu locutor dela saiba se servir e sentir-se satisfeito.

---

1 Departamento de Letras Modernas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP. xatara@lem.ibilce.unesp.br.

Em certas línguas, pode-se detectar uma maior penetração dos estrangeirismos, fenômeno inversamente proporcional à penetração dessas mesmas línguas no cenário internacional. É o caso do nosso português e do francês; o inglês e o espanhol estão mais confortáveis quanto a isso.

Em Portugal, o sentimento de “preservação” da língua nacional é bem mais acentuado do que no Brasil. Há o que chamamos de “planejamento lingüístico”, não só amparado por uma legislação que tem o reconhecimento popular, mas por uma política educacional que procura cultivar a valorização e a soberania da língua portuguesa em território nacional.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) pode vir a ter uma função aglutinadora, em que quem fale português como língua-mãe seja bem-vindo, mas sem privilégios, não importando de onde. Assim, parece mais exequível a terrível missão de preservar o lugar da língua portuguesa em um mundo no qual estamos todos à margem do jogo conduzido pelas mãos apenas de algumas poucas potências. Entretanto, essa vantagem esbarra na falta de vontade política dos países dessa pretensa “comunidade”, que é na verdade um reflexo da desconsideração do povo em relação à sua língua, atormentado com muitas outras preocupações básicas, tidas como prioritárias. Em tese, pois, a unificação do português é viável; na prática, extremamente trabalhosa, além de onerosa e de demandar um longo tempo. O maior problema, contudo, permanece, na maioria dos países que formariam a CLPP, a falta de atenção, de cuidado para com a língua portuguesa, o seu desvalor, o seu desprestígio, fronteiras de livre acesso aos estrangeirismos.

Na França e no Canadá ocorrem também medidas protecionistas, de modo ainda mais visivelmente significativo. Os grandes dicionários, por exemplo, sempre que registram estrangeirismos, incluem no verbete o vocábulo francês “recomendado” oficialmente por decreto ministerial, após análise de especialistas (por exemplo: *palmarès* é recomendado a *hit parade*). Os especialistas franceses são praticamente “heróis da resistência” ao avanço implacável da língua inglesa que, por sua vez, só tem esse alcance porque o fator dominante é mais do que lingüístico, é sócio-econômico-cultural, sem dúvida, embora muitos vejam aí um invasão imperialista.

Seja onde for, a valorização da língua pátria deve ser fomentada pela educação, nas escolas, em todos os níveis de ensino. Contudo, no caso da língua portuguesa, esse trabalho parece não surtir o efeito desejado. Falta-nos uma verdadeira política educacional quanto a isso, que também poderia utilizar todos os recursos da mídia, com a finalidade de despertar nos cidadãos a importância de uma língua como pa-

trimônio e identidade cultural e de se saber usá-la corretamente (e aí se começa outra discussão: o que seria correto?...).

No Brasil, na falta de tais iniciativas, foi proposto o projeto de lei 1.676/99 do deputado federal Aldo Rebelo já aprovado pela Câmara dos Deputados e cujo substitutivo, aprovado por sua vez pelo Senado Federal, está em trâmite. Compartilhamos suas preocupações; cremos que alguma reação positiva deva surgir – ao menos fomentaram muitas discussões –, entretanto não deixaremos de estar diante, mais uma vez, de uma medida “de cima para baixo”, que não provoca de fato uma mudança de mentalidade, apesar de, infelizmente, representar bem o estilo de tudo o que parcamente funciona neste país: salvo exceções sempre presentes, mas nada abundantes, respeita-se a velocidade permitida em ruas e estradas sobretudo para se evitarem multas, reduz-se o consumo de energia elétrica para não haver sobretaxas ou cortes, estuda-se seriamente para se recuperar notas etc. A grande esperança é que talvez seja esse mesmo o “jeitinho” de aprendermos, a conscientização e maturidade firmando-se apenas depois de duras penas.

De outro ponto de vista, uma lei que proíba os estrangeirismos sem uma rigorosa e criteriosa análise de cada caso será uma lei normativa, que irá contra o efetivo uso da língua, pois há vários estágios de emprego dos estrangeirismos em uma língua. Eles podem, por um lado, acompanhar a entrada de um produto ou conceito novo, por exemplo, importado de outra cultura. E isso é inevitável, em um primeiro momento. Comissões de normalização, compostas por especialistas (lexicólogos e terminólogos), poderiam propor, no entanto, um vernáculo correspondente, ainda que se recorra à criação neológica. Consideremos, entretanto, que essa “iniciativa” causa até repulsa em muitos colegas lingüistas, rotulada de “retrógrada”. Por outro lado, os estrangeirismos podem entrar desnecessariamente (à primeira vista) co-ocorrendo, concorrendo ou suplantando o termo vernáculo. Aí voltamos à questão do *prestígio/desprestígio* e esses estrangeirismos poderiam ser considerados, pois, nocivos. Há, todavia, de se relativizar essa afirmação, uma vez que o léxico de qualquer língua natural é flexível, constantemente aberto à incorporação, criação, consagração, arcaização etc. de uma palavra. Os estrangeirismos, claro, fazem parte desse movimento, desse processo de enriquecimento lingüístico.

Em outras palavras, devemos considerar três grandes casos:

1) o dos estrangeirismos que imperam sem concorrência, considerados incorporados ao léxico da língua portuguesa, contra os quais

nada pretende o projeto de lei a que nos referimos (exemplo: *flash back*, *réveillon*);

2) o dos estrangeirismos que convivem com termos vernáculos; na maior parte das vezes, são desnecessários, mas de forte impacto social, amplamente difundidos pela mídia e já assimilados pela sociedade, tratando-se, portanto, de uma questão delicada (exemplo: *delivery*, *hot dog*, *self service*);

3) o dos estrangeirismos neológicos, que às vezes tardam a receber seu correspondente vernáculo, trabalho a ser agilizado por comissões normalizadoras (exemplo: *software*, *mouse*).

Os casos 2 e 3 podem merecer nossa atenção e serem reavaliados, repensados, e quem sabe possa haver alguma mudança de atitude perante eles, apesar de se referirem a um número realmente reduzido de palavras se tomado, nem diríamos o léxico total da língua portuguesa (as suas quinhentas mil unidades), mas apenas um repertório de aproximadamente três mil palavras, que reuniria o vocabulário ativo e passivo de um usuário médio.

Vemos que no próprio *Aurélio* os estrangeirismos não são tratados de maneira uniforme. Podemos localizar palavras estrangeiras sem nenhuma adaptação quanto à forma ou à significação; são os estrangeirismos puros, como *savoir-vivre*, *vernissage*... Mas há também palavras estrangeiras adaptadas e já incorporadas à língua portuguesa, os empréstimos (*boate*, *sutiã*...), além de outras que são registradas na nomenclatura do dicionário com ou sem adaptação formal, por exemplo, *atelier* ou "ateliê", *complot* ou "complô". Verificam-se até casos de "sugestões" em português – rapidamente absorvidas pela mídia – para desbancar alguns estrangeirismos por décadas incrustados no uso popular, a que serviria de exemplo o tão atualmente divulgado "apagão", no lugar de *black-out* ou "blecaute".

Consideremos, ainda, que a adoção de traços lingüísticos peculiares a outras línguas pode se dar em diversos níveis: fonético, morfológico, sintático e semântico, atingindo os sistemas lexical e estrutural da língua em que se constata o fenômeno do estrangeirismo. Para que essa língua seja descaracterizada e passe a constituir uma outra, basta que um desses sistemas sofra alterações consideráveis. Mas não encontramos um ponto pacífico, de consensual unissonidade, nem mesmo nos limites entre dialeto e língua, ou entre a mesma língua falada por povos distantes geograficamente, como é o próprio português do Brasil e o de Portugal, o francês da França e o do Canadá, onde encontramos, na rea-



lidade, povos diferentes, com usos e costumes diferentes, falando uma língua com um sem-número de diferenças, atrelados por uma história de “descoberta”, de “civilização”, mas que, sincronicamente considerando, disputam o topo da hierarquia ou, ao menos, uma efetiva independência lingüística. Tal dificuldade vale no que concerne aos estrangeirismos: determinar com objetividade até que ponto o uso abusivo destes possa descaracterizar o conjunto lexical ou estrutural de uma língua dada. Até o momento, essa preocupação parece-nos totalmente descabida.

Enfim, todos os estrangeirismos, necessários ou não, e amplamente utilizados – até defendidos – por acadêmicos, profissionais liberais, agentes da imprensa e povo em geral não parecem representar de fato nenhuma ameaça à integridade do português brasileiro, embora inegavelmente causem em alguns um certo desconforto, digamos, lingüístico. Acreditamos, todavia, que possa “virar moda”, até tornar-se um “hábito cultural”, a volta a esse português ou a procura por ele para nos expressarmos com os nossos próprios recursos lexicais, se tivermos uma política educacional que aponte para essa direção, levando debates e propostas ao seio da sociedade em todas as suas camadas.

Por que ainda comer um *hot dog* vendido pelo Pedro, se há tanto tempo, a duas quadras dali, o Juca nos prepara um “cachorro-quenté” maravilhoso? Ou será que artigos *on sale* terão mais desconto que os “em liquidação”? Ora, podemos importar e absorver o que for bom e útil, ou que simplesmente estiver em voga aí pelo mundo, mas nada deve necessariamente nos impedir de o vestirmos com os tecidos produzidos aqui.

XATARA, C. M. Foreign words with no boundaries. *Alfa (São Paulo)*, v.45, p.149-154, 2001.

- **ABSTRACT:** *Engaging the debate which was proposed to this issue, we intend to discuss aspects related to the use of foreign words and borrowings, both at the level of daily use and in the case of subjection to the norms.*
- **KEYWORDS:** *Foreign words; borrowings.*

## **Referências bibliográficas**

ALVES, I. M. O conceito de neologia: da descrição lexical à planificação lingüística. *Alfa*, (São Paulo), 40: 11-16, 1996.

- FARACO, C. A. (org.) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001. 190 p.
- REBELO, A. *Projeto de lei 1676/1999*. Diário Popular, 7/11/1999.
- XATARA, C. M. O empréstimo e suas medidas. *Alfa* (São Paulo), 36: 99-109, 1992.

## ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Acento, p.115  
Adjetivo avaliativo / determinativo /  
classificador, p.71  
Anteposição, p.71  
Anti-representacionalismo, p.87  
Cognição, p.87  
Concordância verbal, p.97  
Discurso da gramática, p.11  
Discurso da norma, p.11  
Discurso, p.115  
Empréstimos, p.131, 149  
Estrangeirismos, p.131, 149  
Fonologia, p.115  
Heterogeneidade, p.115  
História da língua portuguesa, p.33  
História das idéias lingüísticas, p.11  
Historiografia, p.49  
Idealismo, p.87  
Ideologia, p.87  
Intertextualidade, p.11  
Língua, p.115  
Lingüística e filologia no Brasil, p.49  
Lingüística histórica, p.33  
Periodização, p.49  
Política, p.87  
Português arcaico, p.33  
Português moderno, p.33  
Posposição, p.71  
Produção textual, p.97  
Purismo lingüístico, p.131  
Representação, p.87  
Semiótica discursiva, p.11  
Sujeito, p.115  
Variação lingüística, p.97

## ***SUBJECTS INDEX***

- Anteposition, p.71  
Anti-representationalism, p.87  
Borrowings, p.131, 149  
Cognition, p.87  
Discourse, p.115  
Discursive semiotics, p.11  
Evaluating / determining / classifying  
    adjective, p.71  
Foreign words, p.131, 149  
Grammar speech, p.11  
Heterogeneity, p.115  
Historical linguistics, p.33  
Historiography, p.49  
History of Portuguese language, p.33  
Idealism, p.87  
Ideology, p.87  
Intertextuality, p.11  
Language, p.115  
Linguistic purism, p.131  
Linguistic variation, p.97  
Linguistics and philology  
    in Brasil, p.49  
Linguistics ideas history, p.11  
Modern Portuguese, p.33  
Norm speech, p.11  
Old Portuguese, p.33  
Periodization, p.49  
Phonology, p.115  
Politics, p.87  
Postposition, p.71  
Realism, p.87  
Representation, p.87  
Stress, p.115  
Subject, p.115  
Text production, p.97  
Verbal concord, p.97

**ÍNDICE DE AUTORES**  
***AUTHORS INDEX***

BARROS, D. L. P. de, p.11  
CAVALIERE, R., p.49  
DALLA PRIA, A., p.71  
FARACO, C. A., p.131  
LIMA, W. F., p.97

MATTOS E SILVA, R. V., p.33  
RAJAGOPALAN, K., p.87  
SILVA, A. da, p.71  
TENANI, L. E., p.115  
XATARA, C. M., p.149

# NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

## Informações gerais

A ALFA – Revista de Linguística – publica trabalhos originais de autores da UNESP e de outras instituições nacionais ou internacionais na forma de artigos inéditos, retrospectivas, resenhas e traduções. Contempla também a publicação de textos de debate voltados para um tema determinado pela Comissão Editorial, além de textos enviados para a seção carta ao editor.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português ou em outro idioma. O *Resumo* e as *Palavras-chave* que precedem o texto deverão ser escritos no idioma do artigo; os que sucedem o texto, em inglês (*Abstract/Keywords*).

É vedada a reprodução dos trabalhos em outras publicações ou sua tradução para outro idioma sem a autorização da Comissão Editorial.

## Preparação dos originais

*Apresentação.* Os autores enviarão à Comissão Editorial três cópias impressas do trabalho e uma cópia em disquete. Em duas dessas cópias, não deverá constar nem o nome dos autores, nem o da instituição à qual estão filiados, nem qualquer outro tipo de referência que possa identificá-los. Na terceira cópia, o nome e a instituição de filiação deverão estar presentes. O trabalho deverá ser impresso em *Word for Windows*, versão 6.0 ou 7.0, em papel como A4 (21 cm x 29,7 cm), com margens superior e inferior de 2,5 cm e com margens direita e esquerda de 3,0 cm. A fonte

deverá ser Times New Roman, corpo 12. O trabalho deverá ter uma extensão máxima de 30 páginas (incluindo bibliografia) digitadas com espaçamento duplo.

A Comissão Editorial encaminhará os trabalhos para dois membros do Conselho Editorial, que emitirão parecer sobre eles, aprovando-os ou sugerindo eles que julgarem necessárias. Em caso de um parecer ser favorável e outro contrário, o trabalho será enviado a um terceiro membro do referido Conselho.

Depois da análise, os trabalhos serão devolvidos aos autores juntamente com cópia dos pareceres. Num segundo momento, quando aceitos os trabalhos, os autores introduzirão as eventuais modificações e deverão remeter, além do texto em disquete, duas cópias impressas.

*Estrutura do trabalho.* Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: **título**, que deve ser centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página; **nome do autor**, por extenso e apenas o último sobrenome em maiúsculas, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita; **filiação científica**, em nota de rodapé, chamada no final do nome do autor, constando o departamento, o nome da faculdade ou instituto, o nome da universidade (em sigla), o CEP, a cidade, o estado, o país e o endereço eletrônico do autor (se houver); **resumo** (com, no máximo, 200 palavras), duas linhas abaixo do título, sem adentramento e em espaçamento simples; mantendo-se o espaçamento simples, duas

linhas abaixo do resumo deverão constar as **palavras-chave** (no máximo 7), separadas por ponto-e-vírgula. A Comissão Editorial sugere que, para facilitar a localização do trabalho em consultas bibliográficas, as palavras-chave sejam retiradas de *Thesaurus* da Lingüística, ou correspondam a conceitos mais gerais da área do trabalho; duas linhas abaixo das palavras-chave, inicia-se o texto, em espaçamento duplo. Os subtítulos correspondentes a cada parte do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito e sem adentramento; duas linhas após o término do texto, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão constar **agradecimentos** (quando houver), **abstract** e **keywords** (versão para o inglês do Resumo e das Palavras-chave precedida pela referência bibliográfica do próprio artigo). Duas linhas abaixo, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão figurar as **referências bibliográficas**, em ordem alfabética e cronológica, indicando os trabalhos citados no texto. Após as referências, deverá figurar a **bibliografia consultada** (quando necessário) com a indicação de obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto, também em ordem alfabética e cronológica.

*Referências.* Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023, 2000, da ABNT.

*Abreviaturas.* Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*. Exemplos:

#### ■ Livros e outras monografias

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

#### ■ Capítulos de livros

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C. S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972. p.47-66.

#### ■ Dissertações e teses

BITENCOURT, C. M. F. *Pátria, civilização e trabalho*. O ensino nas escolas paulis-

tas (1917-1939). São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

#### ■ Artigos e periódicos

ARAUJO, V. G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. *ARTEUnesp (São Paulo)*, v.7, p.59-63, 1991.

#### Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A. J. Educação continuada. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1, 1990. *Anais...* São Paulo: UNESP, 1990. p.114-8.

As publicações apresentadas em meio eletrônico deverão seguir as orientações da NBR 6023, 2000, contempladas nos seguintes itens:

7.3. Monografias em meio eletrônico;

7.4.2.2. Artigo e/ou matéria de jornal;

7.5.3. Evento em meio eletrônico, no todo ou em parte;

7.13. Documentos de acesso exclusivo em meio eletrônico.

*Citação no texto.* O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (Barbosa, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Morais (1955) assinala...". Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separadas por vírgula e precedidas de p. (Munford, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (Peside, 1927a) (Peside, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por vírgula (Oliveira, Mateus, Silva, 1943), e quando tiver mais de três, indica-se o primeiro seguido de et al. (Gille et al., 1960).

*Notas.* Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página; as remissões

para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

*Anexos e/ou Apêndices.* Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

*Figuras.* Podem ser publicados desenhos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos em papel vegetal e tinta nanquim, ou por computador; fotografias em papel brilhante; radiografias e cromos, ambas em forma de fotografia. As figuras e suas legendas devem ser claramente legí-

veis após sua redução no texto impresso de 13 x 19 cm. Devem-se indicar, a lápis, no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo FIGURA.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores, ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.



## **REVISTAS CIENTÍFICAS PUBLICADAS PELA EDITORA UNESP**

Alfa: Revista de Linguística (anual)  
Alimentos e Nutrição (anual)  
ARBS – Annual Review of Biomedical Sciences (anual)  
ARTEunesp (anual)  
Científica: Revista de Agronomia (semestral)  
Didática (anual)  
Eclética Química (anual)  
Geociências (semestral)  
História (anual)  
Naturalia: Ciências Biológicas (anual)  
Perspectivas: Revista de Ciências Sociais (anual)  
Revista de Ciências Farmacêuticas (semestral)  
Revista de Engenharia e Ciências Aplicadas (anual)  
Revista de Geografia (anual)  
Revista de Letras (anual)  
Revista de Matemática e Estatística (anual)  
Revista de Odontologia da UNESP (semestral)  
Trans/Form/Ação: Revista de Filosofia (anual)  
Veterinária e Zootecnia (anual)

EDITORA UNESP  
Praça da Sé, 108  
01001-900 – São Paulo – SP  
Tel.: (0xx11) 3242-7171  
Fax: (0xx11) 3242-7172

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

*Coordenação Geral*

Sidnei Simonelli

*Produção Gráfica*

Anderson Nobara

*Edição de Texto*

Nelson Luís Barbosa (Assistente Editorial)

Nelson Luís Barbosa (Preparação de Original)

Ada Santos Seles e

Ana Paula Castellani (Revisão)

*Editoração Eletrônica*

Lourdes Guacira da Silva Simonelli (Supervisão)

Cia. Editorial (Diagramação)

*Ilustração de Capa*

Robert Delaunay (1885-1941)

*Discs: Sun and Moon (1912-13)*